

ANDRÉ LUÍS BEZERRA FARIAS

**A DEFASAGEM SALARIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A PARTICIPAÇÃO
DA FORÇA NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

**Trabalho de Monografia apresentado
como requisito do grau de Bacharel no
curso de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. José Wladimir Freitas
da Fonseca**

CURITIBA

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ LUÍS BEZERRA FARIAS

A DEFASAGEM SALARIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: _____
Profº Dr. José Wladimir Freitas da Fonseca

Avaliador: _____
Profº Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

Avaliador: Armando Vaz Sampaio
Profº Dr. Armando Vaz Sampaio

"Senhor, umas casas existem, no vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares... Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a liberdade e a vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e os defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E, desde hoje, é como se o fizessem. Porque, por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai coragem, e à sua direita a disciplina".

(MONIZ BARRETO - Carta a El-Rei de Portugal, 1893)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
RESUMO	ix
INTRODUÇÃO	1
OBJETIVO GERAL.....	2
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
METODOLOGIA.....	3
1 A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	5
1.1 A CHEGADA DOS PORTUGUESES E OS PROBLEMAS DA NOVA TERRA	5
1.1.1 O conflito Espanha e Holanda e a invasão do Brasil pelos holandeses	7
1.1.2 A Batalha dos Guararapes: a fusão de raças e o Exército Brasileiro	8
1.1.3 Os conflitos dos séculos XVIII e XIX e a Proclamação da Independência	11
1.2 O PRIMEIRO REINADO	12
1.2.1 A Confederação do Equador	13
1.2.2 A Cabanagem.....	14
1.2.3 A Revolução Farroupilha	14
1.2.4 A Sabinada	15
1.2.5 A Balaiada	15
1.3 O SEGUNDO REINADO	15
1.3.1 O Movimento Liberal de 1842.....	16
1.3.2 A Revolução Praieira	16
1.3.3 A Guerra do Paraguai.....	17
1.3.4 Duque de Caxias	18
1.4 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E OS CONFLITOS DA REPÚBLICA VELHA	18
1.4.1 A revolta de Canudos	20
1.4.2 A guerra do Contestado.....	21
1.5 A ERA VARGAS.....	21
1.5.1 A participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial	23
1.5.2 O fim do Período Getulista.....	25
1.6 A POLÍTICA BRASILEIRA NO PERÍODO 1945 – 1964.....	26
1.7 O GOVERNO MILITAR	27
2 AS AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE 1988	30
2.1 A CARTA MAGNA DE 05 DE OUTUBRO DE 1988.....	30
2.2 A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM MISSÕES DE PAZ	31
2.2.1 Missões de paz já concluídas	32
2.2.2 Missões de paz em andamento	34
2.3 AS AÇÕES SUBSIDIÁRIAS	35
2.4 AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E AS ELEIÇÕES	37
2.5 O EXÉRCITO BRASILEIRO E A AMAZÔNIA DO BRASIL	41
2.5.1 Raposa Serra do Sol	43
3 A EVOLUÇÃO SALARIAL DO EXÉRCITO NO PERÍODO 1964 – 2008	47
3.1 O INGRESSO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E O PLANO DE CARREIRA MILITAR	47
3.1.1 As características da carreira militar	50
3.2 A EVOLUÇÃO SALARIAL DO EXÉRCITO NO PERÍODO DE 1964 A 2008.....	52
3.2.1 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro I	53

3.2.2 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro Novo.....	56
3.2.3 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro II	58
3.2.4 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzado	67
3.2.5 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzado Novo.....	70
3.2.6 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro III	72
3.2.7 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro Real.....	75
3.2.8 A evolução da remuneração dos militares – Plano Real	76
3.3 COMPARATIVO DO PODER DE COMPRA.....	84
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE.....	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 – Posto e Tempo de Permanência – Militar Formado na AMAN.....	49
TABELA 3.2 – Posto e Tempo de Permanência – Militar Formado na EsSA.....	49
TABELA 3.3 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro I - Capitão.....	53
TABELA 3.4 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro I – Terceiro Sargento.....	54
TABELA 3.5 – Defasagem Salarial Plano Cruzeiro Novo - Capitão.....	56
TABELA 3.6 – Defasagem Salarial Plano Cruzeiro Novo - Terceiro Sargento.....	57
TABELA 3.7 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro II - Capitão.....	58
TABELA 3.8 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro II – Terceiro Sargento.....	62
TABELA 3.9 – Evolução Salarial Plano Cruzado - Capitão.....	67
TABELA 3.10 – Evolução Salarial Plano Cruzado – Terceiro Sargento.....	68
TABELA 3.11 – Evolução Salarial Plano Cruzado Novo - Capitão.....	70
TABELA 3.12 – Evolução Salarial Plano Cruzado Novo – Terceiro Sargento.....	71
TABELA 3.13 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro – Capitão.....	72
TABELA 3.14 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro – Terceiro Sargento.....	73
TABELA 3.15 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro Real – Capitão.....	75
TABELA 3.16 – Evolução Salarial Plano Cruzeiro Real – Terceiro Sargento.....	75
TABELA 3.17 – Evolução Salarial Plano Real – Capitão.....	76
TABELA 3.18 – Evolução Salarial Plano Real – Terceiro Sargento.....	80
TABELA 3.19 – Comparativo do Poder de Compra nos Diferentes Padrões Monetários – Capitão.....	85
TABELA 3.20 – Comparativo do Poder de Compra nos Diferentes Padrões Monetários – Terceiro Sargento.....	85
TABELA 3.21 – Diferença entre o Maior Poder de Compra e o Poder de Compra Atual – Capitão e Terceiro Sargento.....	86
TABELA 3.22 – Salário Nominal Necessário Para Manter Maior Poder de Compra do Plano Real – Capitão e Terceiro Sargento.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.1 – Evolução Poder de Compra Plano Cruzeiro – Capitão e Terceiro Sargento.....	55
GRÁFICO 3.2 – Evolução Poder de Compra Plano Cruzeiro Novo – Capitão e Terceiro Sargento.....	58
GRÁFICO 3.3 – Evolução Poder de Compra Plano Cruzeiro II – Capitão e Terceiro Sargento.....	67
GRÁFICO 3.4 – Evolução Poder de Compra Plano Cruzado – Capitão e Terceiro Sargento.....	70
GRÁFICO 3.5 – Evolução Poder de Compra Plano Cruzado Novo – Capitão e Terceiro Sargento.....	71
GRÁFICO 3.6 – Evolução Poder de Compra Plano Cruzeiro III – Capitão e Terceiro Sargento.....	74
GRÁFICO 3.7 – Evolução Poder de Compra Plano Cruzeiro Real – Capitão e Terceiro Sargento.....	76
GRÁFICO 3.8 – Evolução Poder de Compra Plano Real – Capitão e Terceiro Sargento.....	84
GRÁFICO 3.9 – Evolução Poder de Compra Período Abril de 1964 a Setembro de 2008 – Capitão e Terceiro Sargento.....	85
GRÁFICO 3.10 – Diferença entre o Maior Poder de Compra e o Poder de Compra Atual – Capitão e Terceiro Sargento.....	87

RESUMO

Este trabalho busca apresentar uma série histórica com a evolução do salário dos militares do Exército Brasileiro, para mensurar o quanto à remuneração está defasada. Para que isto seja possível, será feita uma análise dos salários desde abril de 1964 até setembro de 2008, utilizando-se como base o salário de Terceiro Sargento e de Capitão, por serem a graduação e o posto em que o militar fica mais tempo, dado o concurso que tenha prestado. Para isto, no primeiro capítulo será feita uma descrição histórica de como foi criado e quais foram as principais participações do Exército Brasileiro para a formação da sociedade brasileira até 1988. No segundo capítulo são abordadas as principais atividades desenvolvidas pela força a partir de 1988, por já se inserirem nas definições constantes na atual Constituição Federal do Brasil, promulgada naquele ano. Já no terceiro capítulo será apresentada brevemente as duas principais formas de ingresso no Exército (Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN e a Escola de Sargentos das Armas – EsSA), as exigências aos candidatos, o plano de carreira de cada uma das formas de acesso e as principais características que identificam a carreira militar. Neste capítulo, pretende-se ainda apresentar a defasagem salarial do Exército Brasileiro.

INTRODUÇÃO

A formação do Estado brasileiro passou ao longo da história por diversos conflitos e momentos extremamente delicados onde só foi possível restabelecer a ordem através da intervenção militar. Desde o surgimento do Exército Brasileiro em Guararapes até os dias de hoje, cabe aos militares defender e lutar pelos anseios da população e pelas principais decisões que influenciaram e influenciam a política nacional. Desta forma, foi à tropa terrestre que expulsou os holandeses ainda no período do Brasil colônia. Quando da declaração da independência do país, coube ao Exército a pacificação das diversas revoltas populares, destacando-se a figura de seu patrono, o Duque de Caxias, que também foi soberano na primeira batalha externa, a guerra do Paraguai. Com o desgaste do imperador e a pedido da população, coube a outro militar, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamar a República e ao Marechal Floriano Peixoto consolidá-la. Mais uma vez, grandes conflitos ocorreram, e novamente foram controlados.

A soberania política das oligarquias paulista e mineira surgida com a República Velha e conquistada pela violência e corrupção que lhes permitia ficar no poder, só foi contida por intervenção do Exército que permitiu a Getúlio Vargas assumir a presidência da República. Na era Vargas a força terrestre participou ainda da maior guerra de todos os tempos, a Segunda Guerra Mundial, tendo sido reconhecida uma das mais importantes forças que atuaram no teatro de operações europeu. A ameaça da política controversa de Getúlio ao país, no pós-guerra, trouxe a necessidade de mais uma vez à força atuar em solo pátrio, desta vez permitindo a realização de eleições e a chegada ao poder de mais um presidente eleito pelo povo.

O período 1945 -1964 foi acompanhado de perto pelos militares tendo em vista a ameaça comunista, após o Brasil ter se alinhado ao capitalismo imposto pelos Estados Unidos. Quando o chefe do Estado brasileiro mostrou-se incerto quanto ao destino da nação, a pedido do povo as Forças Armadas, representada principalmente pelo Exército (uma vez que a Marinha e a Aeronáutica passavam por sérios problemas internos) assumiram o poder. Ao longo de vinte e um anos de governo militar, a ameaça comunista em solo brasileiro foi sufocada e foi garantida a soberania nacional. Durante este período foi criada a estrutura de base para que o

país pudesse ter condições de crescer e se desenvolver, tendo sido realizado obras que em muitos casos ainda hoje dão suporte ao país como, por exemplo, na área energética. Os anos passaram e o desgaste de ter de combater irmãos de pátria, ainda que em caminhos contrários ao da maioria da nação, tiveram com que a população pedisse que os militares deixassem o poder, e mais uma vez, atendendo ao pedido da nação, souberam acatar e retornaram a caserna.

Atualmente, o Exército Brasileiro atua nas mais diversas missões, seja mundo a fora contribuindo nas missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), seja em solo mãe, em locais muitas vezes em que só ele chega para prestar apoio à população e integrar o solo brasileiro. Ano após ano incorpora milhares de jovens possibilitando-lhes uma oportunidade muitas vezes negada em outros setores da sociedade de conseguir uma primeira ocupação, e após um ano nas fileiras do exército, muitos saem em condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho após terem passado por projetos como o Soldado Cidadão, que lhes permite o aprendizado de uma profissão. O Exército ainda atua em diversas outras missões apoiando outros órgãos do governo que por motivos diversos muitas vezes não conseguem suprir as necessidades da população, por exemplo, no combate a dengue, distribuindo água em comunidades carentes, atuando em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, etc.

Ainda que presente desde o descobrimento do país até os dias de hoje e atuando das mais diversas formas em prol da sociedade brasileira, nas últimas décadas o salário dos militares vem cada vez mais perdendo poder de compra. Desta forma, uma das carreiras mais desejadas pelos jovens e que está entre os concursos mais disputados no país, tem tido também um crescente número de pedidos de demissão já nos primeiros cinco anos de atividade. Desta forma, pretende-se atingir os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é apresentar uma série histórica com a evolução do salário dos militares do Exército Brasileiro, para mensurar o quanto à remuneração está defasada. Para que isto seja possível, será feita uma análise dos salários desde abril de 1964 até setembro de 2008, utilizando-se como base o

salário de Terceiro Sargento e de Capitão, por serem a graduação e o posto em que o militar fica mais tempo. dado o concurso que tenha prestado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fazer uma análise histórica da participação do Exército Brasileiro na formação do Estado brasileiro, desde o descobrimento do Brasil até 1988;
2. Apresentar as principais atividades desenvolvidas pela força terrestre a partir de 1988 até os dias de hoje; e
3. Apresentar brevemente as principais formas de ingresso no Exército, seus respectivos planos de carreira e as principais características da profissão militar. Será ainda feita uma análise detalhada da evolução da remuneração dos militares desde abril de 1964 até setembro de 2008;

METODOLOGIA

Ao longo deste trabalho procura-se precisar os fundamentos teóricos do objetivo central. Desta forma, procura-se identificar os elementos que constituem a problemática.

No primeiro capítulo, procura-se fazer a descrição histórica de como foi criado e quais foram as principais participações do Exército Brasileiro para a formação da sociedade brasileira até 1988, tendo em vista o fim dos governos militares em 1985 e a promulgação da atual constituição brasileira três anos depois.

No segundo capítulo, apresentam-se as principais atividades desenvolvidas pelo Exército em prol e/ou junto da sociedade brasileira após 1988, por já se inserirem na atual definição de atuação das Forças Armadas, de acordo com a Constituição Federal aprovada naquele ano.

No terceiro capítulo, preocupa-se em demonstrar brevemente as duas principais formas de ingresso no Exército (Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN e a Escola de Sargentos das Armas – EsSA) , as exigências aos candidatos, o plano de carreira de cada uma das formas de acesso e as principais características que identificam a carreira militar. Neste capítulo, pretende-se ainda apresentar a defasagem salarial do Exército Brasileiro desde 1964 até 2008, em contraste com a importância da força para o país. Para que isso seja possível, todos

os salários serão medidos em poder de compra de um Real de 1º de julho de 1994, ano em que o atual padrão monetário entrou em vigor. Para tanto, como no período que compreende a análise o país passou por oito padrões monetários diferentes, todos os anteriores ao Plano Real terão de ser convertidos. Para isso será analisado a inflação brasileira no intervalo, medida através do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no período de abril de 1964 a dezembro de 1979 e a partir daí o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que só foi disponibilizado a partir da década de oitenta. Com base nestes dados será calculado a inflação acumulada no intervalo que se fizer necessário, possibilitando aplicá-la aos valores nominais relativos a cada período permitindo convertê-los para Real. Para que seja possível medir o poder de compra e sua evolução, será comparado o aumento dos preços com os reajustes salariais. Através dos números índices relativos a cada mês de inflação em relação à base estabelecida, será feita a análise do comportamento da remuneração militar dentro de cada padrão monetário e em seguida uma análise comparativa de todos eles através do deflacionamento de séries para que seja possível obter o poder de compra de cada mês.

1 A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

O objetivo deste capítulo é apresentar a participação do Exército Brasileiro na formação do Brasil desde o descobrimento até 1988, tendo em vista o término do período dos governos militares em 1985 e a promulgação da atual Constituição Federal do Brasil em 1988. Pretende-se ainda apresentar a evolução da força ao longo deste período, o que será feita através de uma análise das diferentes épocas vividas pelo Brasil.

1.1 A CHEGADA DOS PORTUGUESES E OS PROBLEMAS DA NOVA TERRA

As grandes expedições marítimas do século XVI permitiram que em 1500 os portugueses, na caravela comandada pelo fidalgo português Pedro Álvares Cabral, chegassem à terra que denominaram inicialmente de Ilha de Vera Cruz, nome que logo mudou para Terra de Vera Cruz, tão logo se deram conta de que o território no qual haviam aportado era muito maior do que eles imaginavam. Assim oficialmente nasceu o Brasil, nome esse recebido somente em 1511 quando da descoberta de grandes quantidades de pau-brasil existentes aqui¹. Tido como descoberta de Portugal, a nova terra passou então a pertencer à coroa portuguesa, e ainda que já fosse habitada por diversos povos indígenas, veio a se tornar uma das mais importantes colônias de exploração portuguesa, em virtude das diversas riquezas naturais aqui presente.

A forma como se deu o “descobrimento”, aliado a imensidão do território, gerou desde o início uma grande miscigenação de povos, além de constantes conflitos por terras, fossem elas movidas pelos nativos que já estavam aqui antes de 1500, bem como por aqueles que receberam terra da coroa portuguesa, e também pelas expedições comandadas por outros desbravadores em busca de terras para exploração.

Com tantos problemas logo se tornou necessário um grande esforço para garantir a defesa do novo território. Isto ocorreu de diversas maneiras. A primeira delas foi dividindo o território em quinze partes, as quais foram distribuídas a representantes de Portugal e que vieram a ser chamadas de Capitanias

¹ Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/historia-brasil.htm>> Acesso em:13 Maio. 08.

Hereditárias. Seus donatários tinham diversos direitos e deveres, entre eles o de defender a parte que lhes cabia de conflitos e invasões, da maneira que mais lhes fosse conveniente, fosse através de exércitos mercenários, ou escravizando povos para usá-los como soldados. Entretanto, o alto custo de defesa (tendo em vista que deveria ser provida com recursos dos donatários) e o baixo investimento de Portugal fizeram com que logo as Capitanias Hereditárias entrassem em decadência. Em 1548 passou a ser adotada uma nova forma de administração da colônia onde surgiu a figura do Governador Geral. Nomeados pela metrópole, os governadores gerais eram representantes diretos de Portugal e vigoraram até 1808 com a chegada da família real ao Brasil. Eles tinham atribuições e poder superiores em relação aos donatários e colonos nas questões políticas e administrativas da colônia, além do comando de um poderio militar de alcance superior ao dos exércitos regionais. A nova forma trouxe inicialmente mais instabilidade e conflitos, uma vez que se sobrepunha às capitanias hereditárias e aos colonos. Com ela nasceu a primeira capital brasileira, Salvador, e com o passar dos anos mostrou-se mais centralizadora e eficiente, ainda que com sérios problemas, permitindo que as questões mais importantes à nova terra fossem mais facilmente resolvidas.²

Em linhas gerais, a defesa da colônia portuguesa se dava através de tropas enviadas pela metrópole ou através de exércitos mercenários³. Tanto em um caso como no outro, a defesa acabava deixando a desejar, até mesmo pela falta de compromisso que essas tropas tinham com relação ao Brasil.

Ainda que fossem necessários os esforços para garantir a defesa da nova colônia, Portugal enfrentava serias dificuldades para guarnecê-la, tendo em vista os vários problemas enfrentados por este reino principalmente na área política, militar e econômica. Em 1580 Portugal passou ao domínio Espanhol, o que ficou conhecido como União Peninsular, e como consequência as suas colônias passaram à exploração espanhola. A Europa como um todo passava por um período de grande turbulência. A Holanda tornara-se província da Espanha, essa sob o comando do rei D. Felipe II, católico fervoroso, e os flamengos na sua maioria cristãos novos

² Disponível em: <http://www.gocities.com/rgn1945/link0037.htm>> Acesso em: 18 Abr. 08.

³ De acordo com o que escreveu Nicolau Maquiavel em *O Príncipe* (1513, Cap. XII), os Exército Mercenários são formados por homens que prestam seus serviços em troca de pagamento ou benefícios, dispostos, portanto, a servirem aqueles que lhes pagarem melhor, logo, dispostos a mudarem de lado a qualquer tempo.

calvinistas, o que gerou uma grande perseguição religiosa por parte da Espanha. COTRIN (1996).

1.1.1 O conflito Espanha e Holanda e a invasão do Brasil pelos holandeses

Tão logo a Espanha tomou o controle das colônias portuguesas, ela se empenhou em dificultar e até mesmo a proibir o comércio de qualquer uma delas com a Holanda. Os holandeses se sentindo prejudicados e seguindo os preceitos de Calvino (este dizia ser o lucro um dom divino), fundaram a Companhia das Índias Orientais e anexaram várias colônias espanholas no Oriente. Não obstante, partiram rumo ao Brasil com a intenção de explorar as terras brasileiras, uma vez que essas se adaptaram muito bem a cana-de-açúcar, um dos principais produtos na pauta de exportações com a Europa. Assim, de acordo com COTRIN (1996), criaram em 1621 a Companhia das Índias Ocidentais, que tinha entre seus principais objetivos a ocupação do nordeste brasileiro. A idéia central era de criar um estado holandês em terras brasileiras para que a Holanda pudesse retomar o comércio de açúcar com a Europa, já que outras especiarias de importante relevância para aquele continente já vinham sendo exploradas e comercializadas por ela através da Companhia das Índias Orientais.

Ainda que fosse uma importante colônia luso-espanhola, a muito a Espanha deixava a desejar quanto à segurança do Brasil, que também já não tinha sido prioridade quando pertencente somente a Portugal. Isso permitiu que em 1624, com relativa facilidade, a Holanda tomasse a capital brasileira, Salvador, aprisionando D. Marcos Teixeira, Governador da Bahia nesse período. A audácia holandesa associada às pregações de D. Marcos, que conseguira fugir rumo ao interior do território, passaram a incitar o povo local contra os batavos. Mas, estes só foram expulsos em 1625 com o envio de um reforço luso-espanhol ao Brasil⁴.

Contando com uma forte estrutura econômica e militar, e inconformados com os prejuízos causados a Companhia das Índias Ocidentais em virtude da expulsão do Brasil, os flamengos realizaram novo aprestamento em 1629, com o objetivo de mais uma vez ocupar o Brasil⁵. Tamanho era o descaso da Metrópole, que tão

⁴ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/seduto.htm>> Acesso em: 27 Mar. 08

⁵ Idem a 4.

somente se deram o trabalho de comunicar a iminência de um ataque holandês, permitindo que facilmente o invasor lograsse êxito em sua ação. Desta vez a região escolhida foi Pernambuco. Mais opulenta das quatorze capitanias hereditárias, fruto da capacidade gerencial do primeiro donatário, Duarte Coelho, esta se transformara em pólo de atração de investimentos apoiados, particularmente, na exploração da cana-de-açúcar e mais para o interior na criação de gado. Instalados em Pernambuco os holandeses procuraram tomar medidas para diminuir os conflitos e a revolta do povo da região, concedendo créditos, pregando a tolerância religiosa e realizando obras urbanas. Contudo, a presença do invasor holandês, obstinado no domínio da terra e na busca pelo aumento de sua presença, já não mais era suportada por diversos grupos de habitantes.

1.1.2 A Batalha dos Guararapes: a fusão de raças e o Exército Brasileiro

As fáceis vitórias holandesas fizeram com que um de seus principais líderes, o comandante das tropas flamengas Von Schkoppe, subestimasse a capacidade de defesa do povo que aqui habitava. Conhecedores de apenas um caminho que dava acesso do Recife ao Cabo, os holandeses resolveram tomar uma estratégica posição por onde se viam obrigados a passar. Essa região, conhecida pelo nome de Montes Guararapes (hoje pertencente ao Parque Nacional dos Guararapes), é composto por três importantes morros, conhecidos hoje pelos nomes de morro do Telégrafo (composto na verdade por duas cotas⁶ idênticas), morro da Igreja e o morro do Oitizeiro. Os morros que se entendem até próximo ao mar, eram pontos certos da passagem holandesa que se dava pelo caminho alagadiço formado na região, e conhecido pelo nome de Boqueirão⁷. Mal sabia Von Schkoppe que aquela área também havia despertado o interesse de um grupo composto por povos de diversas origens e que, cansados da presença do invasor e da falta de interesse da coroa Portuguesa (Portugal passava por uma reestruturação após conseguir se libertar do domínio espanhol, dando início à dinastia dos Bragança com D. João IV), decidiram enfrentá-los na tentativa de expulsá-los. Em 1648 algo até então jamais visto em terras luso-brasileiras aconteceu. Um grupo comandado por Francisco

⁶ De acordo com as informações disponíveis em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Cota_\(topografia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cota_(topografia))> Acesso em: 27 Mar. 08, cota refere-se a altura de um ponto no terreno, em relação ao nível do mar.

⁷ Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/vencer.htm> > Acesso em: 23 Mar. 08.

Barreto de Menezes e composto por quatro destacamentos⁸ partiu então em marcha acelerada, rumo ao Morro dos Guararapes, na madrugada anterior à previsão de passagem dos holandeses pelo Boqueirão⁹.

É interessante, contudo, antes de apresentar o que ocorreu nos Guararapes, mostrar a composição do grupo formado por Francisco Barreto de Menezes. Este era o Mestre de Campo General¹⁰, nascido no Peru e que chegou ao Brasil em 1647 vindo posteriormente a ser Governador de Pernambuco e na sequência Governador Geral do Brasil. Em seu apoio estava o Mestre-de-Campo¹¹ João Fernandes Vieira, nascido em 1613, em Funchal, Ilha da Madeira. Este chegou ao Brasil aos 11 anos de idade, tornando-se um rico senhor de engenho em Pernambuco. Foi incumbido de comandar o terço dos brancos na parte baixa junto ao córrego da Batalha, entre o Oitizeiro e o Outeiro. Embrenhado na restinga de mato existente dentro dos alagados, estava o índio Mestre-de-Campo Antônio Felipe Camarão. Nascido em 1580, em Igapó – RN, comandou o terço formado por índios. Esteve também presente o Mestre-de-Campo Henrique Dias, nascido em Pernambuco. Filho de escravos este negro comandou o terço que ficou responsável por ocupar a parte central do Morro do Oitizeiro. Foi ainda mobilizado um terço de nordestinos comandados pelo Mestre-de-Campo André Vidal de Negreiros, responsável por fazer a abordagem pela retaguarda dos batavos. Este nasceu em 1620, na Vila da Paraíba, PB, vindo ainda a ser Governador-Geral do Maranhão e do Grão-Pará e, posteriormente, de Pernambuco e de Angola. Participou ainda o Mestre-de-Campo Antônio Dias Cardoso, que nasceu por volta de 1600, na cidade do Porto em Portugal, mudando-se ainda jovem para o Brasil. Extremamente habilidoso, tornou-se um excelente estrategista em ataques do tipo emboscada, e foi o responsável pelo contato inicial com os holandeses¹².

⁸ São os vários grupos formados dentro de uma composição completa que possuem missões específicas que contribuirão para o objetivo final.

⁹ Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/verdade.htm> > Acesso em: 23 Mar.08.

¹⁰ Posto utilizado até o século XVIII pelo Exército português, concedido apenas a Infantaria e equivalente a General. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ex%C3%A9rcito>> Acesso em 29 Mar. 08.

¹¹ Posto do Exército português, concedido apenas a Infantaria e equivalente a Coronel. Disponível em: <<http://guerradarestauracao.wordpress.com/2008/08/26/postos-do-exercito-portugues-13-o-mestre-de-campo/>> Acesso em: 29 Mar. 08.

¹² As informações referentes ao grupo formado por Francisco Barreto de Menezes para lutar em Guararapes estão disponíveis em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/patriaca.htm>> Acesso em: 23 Mar. 08.

Apresentada a composição formada por Francisco Barreto de Menezes, é inegável que, ainda que relativamente preparados, a tropa formada era tecnicamente, logisticamente e numericamente inferior a dos holandeses, bem como havia pensado Von Schkoppe. O que ele não sabia é que o quantitativo de homens mobilizados, ainda que inferior ao da tropa batava, era muito maior do que o pensado, e que eles chegariam antes aos pontos mais importantes dos Guararapes. A batalha se deu na forma de emboscada. A surpresa dos flamengos foi tamanha que rapidamente eles se viram cercados por todos os lados, e começaram a bater em retirada¹³ de maneira desordenada e desesperada. Assim, aconteceu a primeira batalha dos Guararapes com uma surpreendente derrota do invasor holandês que, ou debandou¹⁴, ou foi trucidado¹⁵. Mais importante do que isso, é que diante da diversidade da tropa formada por Barreto de Menezes, a vitória se deu em virtude da fusão de raças e pelo sentimento patriota que envolveu cada um de seus participantes. A palavra Pátria que surgira pela primeira vez no dia 23 de maio de 1645, quando foi assinado o Compromisso de Honra por senhores de engenhos liderados por João Fernandez Vieira, teve sua verdadeira expressão nesta batalha que envolveu homens de diferentes origens no que se chamou de “Exército Libertador ou Patriota”¹⁶.

Ainda que tenham saído derrotados, um ano depois os holandeses convictos na tentativa de firmar raízes em solo brasileiro, se reorganizaram e tentaram nova passagem pelos Guararapes. Desta vez foram totalmente destruídos pelos Patriotas ficando restritos ao Recife onde se renderam em 1654. A ação do Exército Patriota foi decisiva na derrota e rendição dos holandeses. Como Portugal havia retomado o controle de suas colônias e historicamente mantinha boas relações com a Holanda, preferiu não tomar partido algum na Batalha dos Guararapes (pelo menos não oficialmente, isso porque também lhes era do interesse a saída dos holandeses do Brasil). Diante destes fatos é que foi escolhido o dia 19 de Abril de 1648¹⁷, data da primeira batalha dos Guararapes, como o marco inicial do Exército Brasileiro. Isso por que, foi aí o primeiro momento em que um povo totalmente miscigenado e com

¹³ O termo bater em retirada refere-se ao fato da tropa receber o comando de recuar.

¹⁴ De acordo com o Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, debandar significa “pôr-se em debandada; fugir desordenadamente; dispersar-se”.

¹⁵ De acordo com o Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, trucidar significa “matar barbaramente, com crueldade”.

¹⁶ Idem a 7.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/patriaca.htm>> Acesso em: 23 Mar. 08.

grandes diferenças sociais, se organizou em prol de um único ideal: o de servir e defender o que se chamou de Pátria.

1.1.3 Os conflitos dos séculos XVIII e XIX e a Proclamação da Independência

O período colonial brasileiro foi marcado por diversos conflitos e revoltas ao longo dos anos. Motivadas pelos vários ciclos econômicos pelo qual o Brasil passou (açúcar, ouro, diamante, etc.) as revoltas se davam, de maneira geral, pelo conflito de interesses da coroa e daqueles que haviam nascido aqui. Além da questão econômica, os conflitos foram motivados pelos interesses religiosos e pela briga por terras, fosse pela expansão territorial ou pelo impasse sobre a quem deveria pertencer por direito as terras brasileiras. Assim, segundo COTRIN (1996), as revoltas podem ser divididas entre aquelas que apenas visavam reformas na estrutura política e social, mas mantendo o domínio português, e aquelas que tinham por objetivo a separação definitiva do Brasil e Portugal. No primeiro caso é possível citar como exemplos a Revolta de Beckman de 1684, a Guerra dos Emboabas de 1708, a Guerra dos Mascates de 1710 e a Revolta de Vila Rica em 1720. No segundo caso, temos como exemplos a Conjuração Mineira em 1789 e a Conjuração Baiana em 1798.

O século XVIII foi também um importante divisor de águas no mundo em virtude da Revolução Industrial deflagrada na Inglaterra. Com ela, tem-se o fim do sistema colonial e a vigência de um novo modelo, o capitalismo. Com a mudança, Portugal passou a enfrentar nova crise na área econômica e política. A primeira se deu em virtude da nova ordem econômica adotada. A questão política, contudo, foi ainda mais delicada. A Inglaterra nesse período se tornara a principal força naval mundial. Em contrapartida, a França de Napoleão Bonaparte, era a principal força terrestre e que dominara a Europa, à exceção da Inglaterra, que por ser uma ilha e possuir uma poderosa marinha não se rendeu ao domínio francês. Não podendo dominar a ilha britânica, Napoleão determinou o Bloqueio Continental que proibia que qualquer país sob seu domínio negociasse com os ingleses. O príncipe português, D. João VI, não queria retaliar a Inglaterra com receio de perder suas colônias em face ao poderio marítimo inglês, mas também não podia deixar de acatar a França. Percebendo a indecisão do príncipe lusitano, Napoleão firmou com a Espanha o Tratado de *Fontainebleau* em 1807. Assim, formou-se uma tropa

franco-espanhola de 1.200 soldados comandados por Andoche Junot, que invadiu Lisboa. Isso fez com que D. João VI transferisse, com apoio inglês, a sede do reino português para o Brasil. COTRIN (1996).

A presença da família Real no Brasil agravou ainda mais os conflitos em virtude das medidas adotadas pela corte. Mais um importante conflito foi contido, a Revolução Pernambucana de 1817, revolução essa que chegou inclusive a sair da conspiração e a atingir brevemente o poder. Após manobras políticas ocorridas em Portugal e sob forte pressão daquele país, D. João VI retornou a Lisboa em 26 de abril de 1821, ficando em seu lugar o príncipe D. Pedro. Com forte apoio popular, D. Pedro se recusou a retornar para Portugal e a seguir as determinações da corte portuguesa com relação ao Brasil. Assim, no dia 09 de janeiro de 1822 decidiu ficar na colônia e em 07 de setembro de 1822, proclamou a independência, sendo aclamado como imperador e recebendo o título de D. Pedro I. COTRIN (1996).

1.2 O PRIMEIRO REINADO

Ainda que tendo suas origens históricas datadas do século XVII, foi só a partir de 1767, por influência do Marquês de Pombal, que o Exército foi organizado no Brasil (ainda nos moldes do Exército Real Português) só sendo elevado à categoria de instituição a partir da proclamação da independência (composto pelo que se chamou de Tropas Imperiais) e da promulgação da Constituição de 25 de março de 1824¹⁸. Diferentemente dos demais países latinos americanos que adotaram a república após a independência, o Brasil adotou a monarquia e como imperador um português. Assim, para COTRIN (1996), tanto os outros países latinos como diversos focos dentro do país e principalmente Portugal, tardaram em reconhecer a independência brasileira. Lutando contra diversos grupos de resistência que eram apoiados e financiados por Lisboa ou pelas classes dominantes que usavam o povo como meio de atingirem seus propósitos, as tropas brasileiras venceram diversos conflitos que ocorreram durante todo o Primeiro Reinado, o Período Regencial e o Segundo Reinado, nas províncias da Bahia, Pará, Maranhão, Piauí, etc. Entre estes diversos conflitos ocorridos neste período, surgiu o

¹⁸ Ainda que se considere a data da 1ª Batalha dos Guararapes como a data oficial da criação do Exército, só é possível considerá-lo como tal a partir da Independência do Brasil, quando aí sim passou a ser uma instituição de um Estado de fato e de direito. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3625>> Acesso em: 19 Abr. 08.

mais importante vulto do Exército Brasileiro. Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Durante o Primeiro Reinado ocorreram importantes mudanças políticas de forma a adaptar a sociedade brasileira a nova realidade imposta com a independência. Todavia, pouco a pouco os interesses do Imperador do Brasil e os da população (principalmente a parcela em condições de empreender ou requisitar mudanças) passaram a divergir em pontos de suma importância. A primeira Constituição outorgada pelo decreto imperial de 25 de março de 1824 ilustra bem essa situação. Seu caráter concentrador acabou agradando mais ao Partido Português do que ao Partido Brasileiro e aos grupos liberais. Assim, se intensificaram os conflitos internos só sendo contidos, em geral, com a utilização das Tropas Imperiais. COTRIN (1996).

1.2.1 A Confederação do Equador

Iniciada em 02 de julho de 1824, essa revolta foi comandada e idealizada, entre outros, por Manuel de Carvalho Pais de Andrade e pelo frei Caneca. Os proprietários de terra e os políticos liberais do norte e nordeste, descontentes com a Carta Magna e com a concentração das decisões políticas no Rio de Janeiro, rebelaram-se com a intenção de criar uma república independente do governo imperial do Brasil. Espalhando-se pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, a Confederação do Equador só foi contida com a ação do exército comandado pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que apoiado por uma esquadra naval composta de cinco navios (esquadra esta que foi contratada por um valor extremamente alto) comandada pelo escocês Lorde Cochrane, pôs fim ao movimento em 17 de setembro do mesmo ano. COTRIN (1996).

A questão política no império encontrava-se em situação delicada em virtude do absolutismo adotado pelo imperador. O partido liberal não o apoiava e até mesmo os moderados queriam mudanças. Na área econômica o país enfrentava sérios problemas, e o povo era quem sentia as maiores consequências em virtude do aumento do custo de vida. Em 07 de abril de 1831, percebendo não mais contar com um apoio que lhe permitisse governar, D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que tinha apenas cinco anos. COTRIN (1996).

A abdicação de D. Pedro I não foi suficiente para por fim aos conflitos internos no Brasil. O Período Regencial foi marcado pela intensa disputa dos grupos políticos pelo poder. Na área econômica o país perdeu a competitividade e se tornou dependente das grandes potências. Na área social o descontentamento fez com que novos conflitos surgissem a cada dia.

1.2.2 A Cabanagem

A Cabanagem ocorreu no Pará entre 1835 e 1840, e foi comandada pelo padre Batista de Campos e chegou a ocupar a capital daquela província, Belém, onde foi executado o presidente local, Lobo de Souza, juntamente com outras autoridades. Apoiada inicialmente pelos fazendeiros que estavam descontentes com o governo, foi composta por negros, índios e mestiços, mas perdeu logo o apoio dos proprietários de terra que, ao perceberem as reais intenções dos cabanos, ficaram receosos das conseqüências que poderiam sofrer em suas atividades e abandonaram o movimento. Após vários conflitos, a revolta foi controlada com o envio de numerosas tropas para o local. COTRIN (1996).

1.2.3 A Revolução Farroupilha

Também conhecida como a Guerra dos Farrapos, essa foi a mais longa revolta do período regencial e imperial do Brasil, e ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Liderada por Bento Gonçalves, Davi Canabarro e José Garibaldi, a Revolução Farroupilha foi motivada por interesses econômicos e políticos dos estancieiros gaúchos que utilizaram principalmente o povo como massa de manobra. Na área política o grupo era altamente influenciado pelas idéias republicanas vindas da Argentina, Paraguai e Uruguai. Na área econômica queriam maior proteção do governo imperial com relação ao charque produzido naquela província e vendido principalmente para o nordeste, e que enfrentava grande concorrência daqueles países. A revolução ocupou Porto Alegre que sem condições de resistir rendeu-se, e em pouco tempo partiu rumo a Santa Catarina onde fundaram a República Juliana. A derrota só começou a vir quando em 1842 o Exército comandado por Luís Alves de Lima e Silva passou a adotar firme ação militar contra os Farroupilhas. Percebendo que não poderiam lutar contra a tropa de

Caxias. Davi Canabarro assinou rendição em 1º de março de 1845. COTRIN (1996).

1.2.4 A Sabinada

Na Bahia a Sabinada, comandada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, durou de 1837 a 1838 e tinha como objetivo proclamar uma república naquela província. Esse movimento acabou não sendo muito bem visto pela população que não o apoiou. Em contra partida, contou com o apoio dos fazendeiros e com parte das tropas baianas. Assim, acabou sendo contido apenas com o envio das Tropas Imperiais. COTRIN (1996).

1.2.5 A Balaiada

Ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841, a Balaiada foi uma revolta popular motivada pelos sérios problemas econômicos enfrentados em decorrência da perda de mercado do algodão, principal produto da região, frente ao algodão dos Estados Unidos. Formado pela classe média dos bem-te-vis e com apoio total dos sertanejos, o movimento teve entre seus principais líderes o fazedor de balaios Manuel dos Anjos Ferreira, o ex-escravo Cosme Bento das Chagas e Raimundo Gomes, vaqueiro empregado de um partidário dos bem-te-vis. Sem objetivos claros, e inconsistentes na sua organização, chegou a dominar uma das principais cidades maranhenses, Caxias, ocasião em que a classe média passou a tentar conter os sertanejos. Logo que tomaram conhecimento de que a tropa terrestre sob o comando do Duque de Caxias estava a caminho, abandonaram o movimento e passaram a apoiar as tropas governamentais, que após duros e violentos combates sufocou o movimento. COTRIN (1996).

1.3 O SEGUNDO REINADO

O Segundo Reinado iniciado em 23 de julho de 1840 começou com a antecipação da maioridade de D. Pedro II para que este pudesse assumir o poder. Assim como nos períodos anteriores, este também foi marcado por diversas revoltas

internas, por guerra envolvendo outros países e com importantes modificações na estrutura política.

1.3.1 O Movimento Liberal de 1842

Durante todo o Segundo Reinado a liderança política do país foi alternada pelos membros do Partido Liberal e do Partido Conservador. Com ideologia parecida, a idéia de defender os interesses das elites da sociedade brasileira era a que prevalecia. A disputa pelo poder em geral era feita através da violência sendo que nas eleições de 13 de outubro de 1840, os partidários dos liberais fraudaram as eleições através de ameaças e da substituição das urnas verdadeiras por falsas. A ação dos Liberais fez com que os Conservadores exigissem do Imperador a anulação das eleições e que lhes permitissem concentrar a ação judicial e policial que era exercida pelos coronéis. Isso, contudo, fez com que os Liberais se rebelassem, desencadeando em 1842, em São Paulo e Minas Gerais, um conflito liderado por Tobias de Aguiar, Diogo Antônio Feijó (ambos em São Paulo) e Teófilo Ottoni (em Minas Gerais), todos Liberais. Mais uma vez o movimento só foi controlado com a chegada das Tropas Imperiais comandadas por Luís Alves de Lima e Silva. COTRIN (1996).

1.3.2 A Revolução Praieira

Ocorrida a partir de 07 de novembro de 1848 e com objetivos voltados a mudanças na estrutura política administrativa, a Revolução Praieira ocorreu em Pernambuco e não durou um ano. As tropas Imperiais sufocaram o movimento comandado entre outros por Pedro Ivo e Borges da Fonseca, o primeiro um comandante militar que se engajou na revolução e o segundo um jornalista. A principal importância desta revolução, é que ela foi à última revolta interna ocorrida e controlada pelo governo imperial. Assim, por meio de diversas articulações, passaram a ocorrer importantes modificações na estrutura política do Brasil. Todavia, as relações brasileiras com seus vizinhos, enfrentavam sérios problemas. COTRIN (1996).

1.3.3 A Guerra do Paraguai¹⁹

Anos após o término da revolução Farroupilha, o governo Imperial do Brasil voltou novamente à atenção para a região sul do país, desta vez em virtude da instabilidade política do Uruguai. Temendo que os problemas do país vizinho acabassem contaminando novamente o Rio Grande do Sul, D. Pedro II resolveu interferir na política daquele país. Em represália a ação brasileira, o governo paraguaio aprisionou o navio Marquês de Olinda em novembro de 1864. Em seguida o presidente paraguaio Francisco Solano López ordenou a invasão do sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e declarou guerra ao Brasil.

Em uma das principais batalhas já disputadas pelo nosso Exército, o Brasil uniu-se a Argentina e ao Uruguai para lutar contra o Paraguai. A estrutura militar paraguaia era naquele período uma das mais desenvolvidas, contando com uma artilharia de aproximadamente quatrocentos canhões. Não é por acaso, que em pouco tempo eles conquistaram importantes regiões do Brasil. Mas a determinação dos chefes militares brasileiros foi decisiva para o êxito na batalha. Assim, em batalhas como a do Riachuelo, comandada pelo chefe-de-divisão Francisco Manuel Barroso da Silva, o Brasil obteve importantes vitórias sobre o inimigo. Também se destacou no campo de batalha o Marechal Manuel Luís Osório, patrono da Cavalaria, que retomou Uruguiana que havia sido invadida pelos paraguaios. Outros merecem destaque, como o General José Luís Mena Barreto, o Brigadeiro Antônio de Sampaio, patrono da arma de Infantaria, o Tenente-coronel Emílio Luís Mallet, patrono da Artilharia, todos tendo lutado na batalha de Tuiuti, além do Tenente-coronel João Carlos de Vilagrã Cabrita, patrono da arma de Engenharia, morto em Itapiru.

A guerra foi extremamente desgastante não só pelos conflitos, mas pelas epidemias que causavam grande número de baixas aos exércitos. Em 10 de outubro de 1866 o Marechal Luís Alves de Lima e Silva foi designado para comandar a tropa brasileira, onde encontrou um exército inoperante diante das enfermidades, além de constatar que pouco a pouco os uruguaios e argentinos se retiravam da guerra. Foi aí que, diante de sua grande capacidade de comando e da força de nossa tropa, Caxias reestruturou o exército e após inúmeras e importantes batalhas o Brasil

¹⁹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Paraguai> Acesso em: 13 mai. 08.

sagrou-se vencedor em 20 de junho de 1870, pondo fim na maior batalha já ocorrida em solo Americano.

1.3.4 Duque de Caxias²⁰

Nascido em 25 de agosto de 1803, assentou praça em 22 de novembro de 1808, como cadete no 1º Regimento de Infantaria, ingressando, posteriormente, na Academia Real Militar. Como Tenente, integrou o recém-criado Batalhão do Imperador, onde recebeu o batismo de fogo, em 03 de maio de 1823, já revelando excepcionais qualidades de iniciativa, comando, inteligência e bravura. Recebeu o título de Pacificador por conter diversas revoltas no Império garantindo assim a unidade territorial, além de participação decisória em importantes combates externos. Duque de Caxias ainda exerceu importantes cargos na área política e militar. Com pouco mais de 20 anos, já era capitão e em 02 de dezembro 1839 Coronel. Foi ainda nomeado Presidente da Província do Maranhão quando recebeu o título de Barão de Caxias e a promoção a Brigadeiro. Em 1842 foi promovido a Marechal-de-Campo e eleito Senador pelo Rio Grande do Sul, ocasião em que recebeu o título de Conde. No ano de 1851 foi promovido a Tenente-General e intitulado Marquês. Em 16 de junho de 1855, foi Ministro da Guerra e, em 1856, Presidente do Conselho de Ministros, sendo que em 10 de outubro de 1866 foi efetivado no posto de Marechal-de-Exército. Caxias foi Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros por mais duas vezes e recebeu, em 23 de março de 1869, o título de Duque, o mais alto título de nobreza concedido pelo Imperador.

1.4 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E OS CONFLITOS DA REPÚBLICA VELHA

A partir da segunda metade do século XIX, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira foram cada vez mais desgastando o sistema monárquico. A abolição da escravatura em 1888 através da Lei Áurea, promulgada pela princesa

²⁰ Disponível em: <<http://www.velhosamigos.com.br/datas especiais/diasoldado.html>> Acesso em: 10 Abr. 08.

Izabel, fez com que importantes latifundiários abandonassem o apoio ao governo. A Igreja também estava descontente uma vez que não podia seguir as ordens do Papa, tendo em vista que era uma instituição submetida ao Estado. Com o apoio e a participação de importantes intelectuais como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, entre outros, foi criado o Manifesto Republicano e na sequência o Partido Republicano Paulista. Desde a independência do país, importantes movimentos sufocados pelas tropas Imperiais continham caráter republicano. Acontece que após a Guerra do Paraguai, o Exército Brasileiro adquiriu cada vez mais importância perante a sociedade, importância essa que não era reconhecida pelo governo imperial. A sucessão de punições em caráter disciplinar impostas a militares, fez com que, em 1884, importantes chefes militares como Marechal Deodoro se revoltassem contra o governo, que acabou perdendo também o apoio das armas. Sem a sustentação dada pelos principais ramos da sociedade, o sistema monárquico enfraqueceu e pode ser superado com relativa tranquilidade. Assim, na noite de 15 de novembro de 1889 o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando do Quartel General do Rio de Janeiro e proclamou a República. No dia seguinte D. Pedro II e sua família foram convidados a se retirarem do país. COTRIN (1996).

O primeiro presidente do Brasil foi o Marechal Deodoro da Fonseca que assumiu em caráter provisório, sendo posteriormente substituído por outro militar, o Marechal Floriano Peixoto, este conhecido como o Marechal de Ferro, o consolidador da república. A presença dos militares no poder foi à garantia de que a nova ordem política adotada no país não seria ameaçada. Assim, logo no início do novo governo foram adotadas importantes mudanças na estrutura política brasileira. Como forma de governo foi adotado o federalismo, de forma que as províncias passaram a ser estados membros da federação. A sede governamental passou a se chamar Distrito Federal e foi situado no Rio de Janeiro, que passou a ser a capital da República. Foi ainda adotada a forma dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e houve a separação da Igreja e do Estado. Para materializar a república foi criada a nova Bandeira Nacional, em substituição a Bandeira do Império, onde foi introduzido o lema “Ordem e Progresso”, uma proposta do Ministro da Guerra, Benjamin Constant. Foi ainda criada a nova Constituição do Brasil em 24 de fevereiro de 1891, que entre outras coisas oficializou o presidencialismo no país. COTRIN (1996).

Em 1894 assumiu a presidência da república Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil do Brasil. Com ele o período republicano brasileiro marcou uma nova fase na política nacional onde se destacaram o coronelismo (que eram grandes fazendeiros e não militares) e o que ficou conhecido como a república do “café com leite”, que foi o período onde se sucederam no poder políticos de São Paulo (maior produtor de café) através do Partido Republicano Paulista (PRP) e Minas Gerais (maior produtor de leite) através do Partido Republicano Mineiro (PRM). Os primeiros anos da república foram marcados por grave crise econômica que só veio a ser controlada a partir de 1902. Os problemas sociais eram muitos e o descontentamento da população mais humilde era grande. Isso fez com que grandes revoltas ocorressem no período, principalmente comandadas por líderes “religiosos”, que utilizavam principalmente sertanejos em suas lutas, e que ficaram conhecidas como revoltas messiânicas. COTRIN (1996).

1.4.1 A revolta de Canudos

Junto com o primeiro governo civil da república surgiu também a primeira revolta deste período. Ocorrida entre 1893 e 1897, na Bahia, a revolta de Canudos foi comandada por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Dizendo-se homem de extrema religiosidade e um missionário de Deus, ele conseguiu estabelecer em Canudos (um arraial no sertão da Bahia) uma das maiores cidades daquele estado, com cerca de trinta mil sertanejos. Composta somente por pessoas humildes, Antônio Conselheiro estabeleceu um sistema comunitário onde tudo, com exceção das roupas pessoais e móveis, era repartido com todos. Não existia a cobrança de impostos, polícia e não reconheciam as autoridades civis e militares instituídas legalmente. Após pressão da classe social dominante e diante da ameaça a Constituição do Brasil, o governo decidiu enviar tropas federais para restabelecer a ordem em Canudos. Somente em 05 de outubro de 1897, uma tropa constituída por 7.000 homens organizada pelo Ministro da Guerra pôde por fim a Canudos e a Antônio Conselheiro. COTRIN (1996).

1.4.2 A guerra do Contestado

Iniciado por um monge conhecido como João Maria, a guerra do Contestado ocorreu em uma região disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina entre 1912 e 1916. Mas quem realmente organizou a revolta foi um outro monge que assumiu após a morte de João Maria, Miguel Lucena Boaventura, conhecido como monge José Maria. Utilizando-se da fé das pessoas e da religião, ele conseguiu organizar cerca de vinte mil sertanejos. Seguindo o exemplo de Canudos, eles adotaram um sistema de governo próprio e com normas igualitárias, fundando ainda o que ficou conhecido como a Monarquia Celeste. Mais uma vez, somente com a ação do Exército Brasileiro, é que o governo federal pode retomar a sua autonomia.

Ainda que relativamente curto o período da República Velha (1889 – 1930), ela teve importantes revoltas no cenário nacional que acabaram pouco a pouco exigindo mudanças principalmente na estrutura política do país. Com isso, tem-se início um novo marco para a política nacional, a era Vargas, e com ela o início da República Nova. COTRIN (1996).

1.5 A ERA VARGAS

Os conflitos ocorridos no período anterior somado aos grandes problemas políticos (fraudes eleitorais e apenas dois partidos se revezando no poder) e ainda a crise financeira mundial em virtude da crise de 1929, enfraqueceram as relações entre o PRP e o PRM por não terem entrado em acordo quanto à sucessão de Washington Luís nas eleições de 1930. Aproveitando o momento, a oposição criou a Aliança Liberal e lançou como candidato a presidência da república o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, e para vice o governador da Paraíba, João Pessoa. Com o apoio das mais diversas classes da sociedade brasileira (entre elas o próprio PRM), Vargas disputou as eleições com Júlio Prestes, apoiado pelo PRP. O ponto forte da campanha da Aliança eram as propostas inovadoras, dentre as quais o fim do voto de cabresto e a criação do voto secreto. COTRIN (1996).

Apurados os resultados, conforme COTRIN (1996), Júlio Prestes foi apontado vitorioso. A Aliança não reconhecendo a vitória, tendo em vista as diversas fraudes eleitorais, deu início a uma revolução com o apoio dos líderes gaúchos, paraibanos e mineiros. A população como um todo não aceitou o resultado e exigiu

mudanças. Assim, defendendo os interesses nacionais e para por fim a luta armada iniciada em 03 de outubro de 1930, o Exército Brasileiro comandado pelos Generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, depuseram o presidente Washington Luís no dia 24 de outubro de 1930, entregando o poder a Vargas, chefe político da revolução de 1930. COTRIN (1996).

O período getulista é dividido em governo provisório (1930 – 1934), governo constitucional (1934 – 1937) e governo ditatorial (1937 – 1945). Estes quinze anos de governo foram marcados por profundas mudanças na sociedade brasileira, tanto politicamente como economicamente, não ficando livre de conflitos, sendo o primeiro já nos primeiros dois anos de governo, em São Paulo.

A elite paulistana que foi contra a tomada do poder por Vargas ficou ainda mais descontente com as primeiras medidas do novo presidente. Mostrando-se centralizador, Getúlio tratou de, entre outras providências, suspender a Constituição de 1891 e nomear interventores para os estados. Ainda segundo COTRIN (1996), ele mostrava-se preocupado com a questão social dos trabalhadores, com a defesa das riquezas nacionais e com a realização de mudanças no sistema eleitoral. Tais atitudes soavam como uma ameaça à oligarquia paulista, que desejava a volta da República Velha. Na busca da retomada pelo poder e exigindo a elaboração da nova constituição, São Paulo reuniu cerca de trinta mil homens armados e deu início, no dia 09 de julho de 1932, a Revolução Constitucionalista de 1932, contando com o apoio de importantes indústrias bélicas instaladas naquele estado, além do apoio de Mato Grosso, único membro da federação a apoiar o movimento. Desta forma, o governo federal não teve outra escolha senão contar com o poderio da Força Terrestre e após três meses de duros conflitos contra irmãos de pátria, o Exército pois fim a Revolução de 1932. COTRIN (1996).

Após este movimento, Vargas garantiu a elaboração da nova constituição. Assim, no dia 16 de julho de 1934, ficou pronta a nova Constituição do Brasil trazendo como novidades o voto secreto, importantes mudanças na questão trabalhista e o nacionalismo econômico, ou seja, as riquezas naturais passariam a ser propriedade do governo. Também neste período começou o governo constitucional, além do surgimento de dois grupos políticos de oposição, a Ação Integralista Brasileira criada pelo escritor Plínio Salgado e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e presidido por Luís Carlos Prestes. No contexto internacional crescia a ideologia Marxista e a idéia

de estados socialistas e comunistas principalmente apoiados por Moscou. Em pouco tempo tais idéias encontraram no Brasil um importante representante, o presidente da ANL, Luís Carlos Prestes. O governo federal temendo a expansão do comunismo no país decidiu fechar a Aliança. Importantes grupos da sociedade estavam ligados ao Partido Comunista e a ANL e acabaram rebelando-se contra a atuação do governo federal. Apoiado pela Internacional Comunista e por grupos de militares ligados ao PCB, nasceu em novembro de 1935 a Intentona Comunista no Brasil. Rapidamente o Exército dominou os focos de rebeliões nos quartéis bem como efetuou a prisão de Prestes. Vargas decretou estado de guerra (suspendendo direitos políticos e garantias individuais) e suspendeu a Constituição de 1934. Em seu lugar foi adotada, em 1937, uma carta Magna muito parecida com a polonesa e que trazia muita semelhança com os regimes ditatoriais da Alemanha e da Itália, nascendo assim no Brasil, o período do Estado Novo ou o governo ditatorial. COTRIN (1996).

As relações internacionais viviam momentos de grande turbulência em virtude das conseqüências da Primeira Guerra Mundial. Na Europa era visível a iminência de um novo conflito principalmente diante da ascensão de Adolf Hitler na Alemanha, introduzindo o nazismo, e Benito Mussolini adotando o regime fascista na Itália. Desta forma, em 1939 teve início a Segunda Guerra Mundial entre as potências do Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão, e as potências Aliadas, lideradas por Inglaterra, União Soviética e posteriormente pelos Estados Unidos.

1.5.1 A participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial²¹

Getúlio Vargas procurou manter o Brasil em situação neutra durante a Segunda Guerra Mundial tentando tirar o máximo de proveito econômico sobre o incidente. Todavia, a partir de 1941 o governo brasileiro firmou acordos com os Estados Unidos permitindo que estes instalassem bases militares no nordeste, em troca do financiamento para a construção da usina de Volta Redonda. Esta ação foi interpretada como a decisão brasileira quanto ao lado em que estava na guerra. Imediatamente veio a retaliação alemã com o bombardeio de nove navios brasileiros onde morreram cerca de seiscentas pessoas. A ação militar germânica contra o

²¹ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Artigos/0011005.htm>> Acesso em: 13 Maio. 08.

Brasil fez com que o povo se mobilizasse pedindo que o país respondesse a afronta alemã. Assim, em 31 de agosto de 1941, Vargas declarou guerra ao Eixo e começou os preparativos para o Brasil ir à guerra. Oficialmente as relações diplomáticas com a Alemanha foram cortadas em 28 de janeiro 1942, na Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres, no Rio de Janeiro.

O passo inicial foi à formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a adaptação da tropa a doutrina norte-americana (desde a Primeira Guerra Mundial o Exército estava embasado na doutrina francesa), bem como aos equipamentos daquele país. A FEB foi composta inicialmente por 25.000 brasileiros dos quais quatro oficiais-generais, 1.535 oficiais, além de três oficiais da Esquadilha de Ligação e Observação, 15 oficiais da ativa e reserva integrantes da Justiça Militar, 25 capelães militares, 28 funcionários do Banco do Brasil e 67 enfermeiras. Vencidas as barreiras iniciais, o primeiro grupamento militar partiu rumo ao teatro de operações Europeu em 02 de julho de 1944 sob o comando do General Zenóbio da Costa, e o último dos quatro partiu em 08 de fevereiro de 1945, sendo que a partir de 1º de novembro de 1944 chegou à Itália o General Mascarenhas de Moraes, que assumiu o controle do efetivo.

A expedição brasileira foi responsável por importantes conquistas em solo italiano, tomando o controle de Massarosa, Monte Prano, Fornaci, Galicano, Camaione, Monte Acuto, San Quirino, La Serra, Collecchio, Barga e Fornovo. O Brasil ainda foi responsável pela conquista em solo italiano dos mais difíceis pontos, como Monte Castelo, onde se deu a maior disputa entre brasileiros e alemães em solo íngreme e lamacento enfrentando o frio e a neve, em Castelnuovo, onde a eficaz coordenação da Artilharia Divisionária e da Infantaria garantiu a posição em sete horas de árdua batalha, e em Montese, onde o terreno fortemente minado e a posição alemã elevada custaram à vida de muitos combatentes brasileiros.

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi reconhecida por importantes chefes militares como de suma importância para a vitória dos Aliados em solo italiano. Os militares brasileiros aprisionaram 20.573 inimigos, e tiveram 35 combatentes aprisionados, 457 mortos, 2.722 feridos e 23 extraviados (sendo 10 enterrados como desconhecidos). Assim, em 08 de maio de 1945 se deu o Dia da Vitória na Europa cessando todas as operações, e o Brasil embarcou de volta para casa em 06 de julho do mesmo ano.

1.5.2 O fim do Período Gefulista

O fim da Segunda Grande Guerra trouxe ao mundo uma onda liberal onde, principalmente aqueles que apoiaram os Aliados, passaram a adotar medidas políticas mais flexíveis adequando-se a nova ordem mundial. Com isso, de acordo com COTRIN (1996), o Estado Novo de Vargas perdeu força iniciando uma abertura política no país onde foram criados partidos políticos como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP) e a volta das atividades do PCB. Desta forma, foi marcada eleição presidencial para o dia 02 de dezembro de 1945 onde concorreram os candidatos Yedo Fiúza (PCB), o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e o General Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB), este apoiado por Vargas. COTRIN (1996).

A trajetória da política de Vargas não demonstrava que ele entregaria o poder facilmente. Durante a campanha, ainda que apoiando o General Dutra, ele estimulava o povo a pedir a sua permanência no poder via clamor popular. Além destes fatos, apesar de ter adotado uma constituição fascista Vargas aliou-se aos Aliados durante a guerra, período em que criou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) com base na Carta *del Lavoro* (Carta do Trabalho – Itália) de caráter eminentemente fascista. Com o fim da guerra, aproveitando a popularidade, Getúlio decretou a Lei Antitruste e passou a dificultar as atividades estrangeiras no Brasil. Desta forma, a oposição ao presidente de importantes classes da sociedade brasileira, temendo que Vargas não permitisse que as eleições fossem realizadas e que o país passasse a sofrer retaliações políticas internacionais em virtude do caráter dubio que vinha a anos adotando, pressionaram o governo a deixar o poder. Contando apenas com o apoio popular, Getúlio Dornelles Vargas foi obrigado a entregar a presidência da República a José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal) após o Exército cercar o palácio do Catete no dia 29 de outubro de 1945. Vargas retirou-se sem sofrer punições e recolheu-se em São Borja, no Rio Grande do Sul, colocando fim a quinze anos de governo. COTRIN (1996).

1.6 A POLÍTICA BRASILEIRA NO PERÍODO 1945 – 1964

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo passou por importantes mudanças políticas e econômicas onde a influência de importantes áreas passaram a ser disputadas por Estados Unidos e União Soviética, no que ficou conhecido como Guerra Fria. O Brasil aliou-se aos primeiros e rompeu relações diplomáticas com a União Soviética em 1947. O período 1946 – 1951 foi presidido por Eurico Gaspar Dutra, que entre as principais medidas acabou com o nacionalismo econômico e abriu o país ao capital estrangeiro. Em 1951 voltou ao poder, através do voto popular, Getúlio Vargas e as políticas voltadas aos trabalhadores e contra o capital externo, criando ainda em 1953 a Petrobrás. Diante das grandes pressões sofridas em relação às políticas adotadas, Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954, não concluindo o seu mandato. Para o período 1956 – 1961 quem presidiu o país foi Juscelino Kubitschek de Oliveira. Com ações políticas voltadas para crescer cinquenta anos em cinco, realizou importantes reformas estruturais no país e a construção de Brasília, que passou a ser a nova sede do governo, o Distrito Federal. O custo de tais obras foi extremamente desgastante a economia do país tendo em vista o grande aumento da dívida externa. COTRIN (1996).

Em meio a estes fatos e paralelamente a posição oficial adotada pelo país, voltaram a atuar importantes movimentos desejosos de alinhar o Brasil a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em 1961 assumiu o governo Jânio Quadros e pela primeira vez desde o início da Guerra Fria e do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, um presidente da República mostrou-se mais afinado com o lado da URSS do que dos norte-americanos. Com uma política contraditória, Jânio aproximou-se politicamente da China e da União Soviética além de condecorar, em 1961, Ernesto Che Guevara, então ministro da economia de Cuba, com a mais importante comenda brasileira, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Com tais atitudes, foi acusado de abrir o país ao comunismo internacional, passando a sofrer grandes pressões políticas e renunciando em 25 de agosto de 1961. Em meio à crise política assumiu o poder João Goulart, vice-presidente, que estava em visita oficial à China. Assim, diante destes fatos e da indefinição política do governo, passaram a ocorrer revoltas dentro dos quartéis, principalmente na Marinha, pelo fato de alguns militares quererem aliar-se politicamente a causa comunista. Ainda que rapidamente controladas, temendo as conseqüências das atitudes políticas do

governo para a sociedade e, mediante clamor popular, o Exército Brasileiro deu início ao Movimento 31 de Março de 1964 que depôs João Goulart e entregou a presidência da República, em 09 de abril do mesmo ano, aos militares. COTRIN (1996).

1.7 O GOVERNO MILITAR

O governo militar brasileiro durou vinte e um anos e passou por diversas fases e vários presidentes militares. O primeiro a assumir a presidência foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, de abril de 1964 a março de 1967. As primeiras medidas do novo governo foi o de reorganizar a política interna. Através do Ato Institucional (AI) n.º 1 e reforçado pelos de n.º 2, n.º 3 e n.º 4, o governo passou a coibir os atos políticos da esquerda afastando o temor do comunismo. Assim, recebeu grande apoio das transnacionais e dos Estados Unidos. No plano econômico lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) voltado principalmente para a diminuição da inflação. COTRIN (1996).

O Marechal Castelo Branco foi substituído em 1967 pelo Marechal Artur da Costa e Silva que governou até 1969. Foi criado em seu governo o AI 5 que deu poderes totais ao presidente para reprimir a oposição comunista. Reconhecendo as necessidades da economia, o governo lançou o Programa Estratégico de Desenvolvimento que atingiu os principais objetivos que se propôs: o crescimento da economia, a redução inflacionária e a ampliação dos empregos. Vitimado por uma trombose, o Marechal Costa e Silva foi obrigado a deixar o governo sendo substituído pelo General Emílio Garrastazu Médici, que governou de agosto de 1969 até março de 1974. Tendo de reprimir importantes focos de guerrilha, entre eles o do Araguaia, o governo do General Médici foi marcado por uma forte atuação do Estado contra as ofensivas da esquerda.

O governo Médici lançou importantes planos como o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Com tais planos, foram realizadas importantes obras no país que criaram uma estrutura que permitiu o suporte logístico para o país poder desenvolver uma política nacional de industrialização. Foi dado início ainda a construção da rodovia Transamazônica e da ponte Rio Niterói, além do país ter passado a exportar mais e crescer a taxas jamais vistas antes, no que ficou

conhecido como milagre econômico. Contudo, o país e o mundo passaram a sofrer as conseqüências da crise do petróleo de 1973, que causou sérios problemas econômicos principalmente aos países subdesenvolvidos. COTRIN (1996).

Em 1974 o General Ernesto Geisel assumiu a presidência estendendo-se até 1979. A partir de seu governo iniciou-se a reabertura política do país (foi extinto o AI 5) e foi dada continuidade as obras estruturais através do II PND. Foi priorizada a expansão de indústrias de base como as de produção de máquinas, equipamentos pesados, a exploração do setor de mineração e o energético, com a criação de importantes usinas hidrelétricas como Itaipu, além do início das instalações das usinas nucleares em Angra dos Reis. Entretanto, o país ainda sofria sérios problemas econômicos em virtude da crise do petróleo que causava um grande impacto na inflação, tendo em vista o grande consumo deste bem que era em sua grande maioria importado. COTRIN (1996).

De 1979 a 1985 governou o país o General João Baptista de Oliveira Figueiredo que deu início ao III PND. Entre outras medidas criou um dos mais importantes projetos nacionais que hoje é referência no mundo, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) COTRIN (1996). Apesar deste importante projeto, a crise econômica que persistia somada a grande inflação do período, não possibilitaram a realização de todos os recursos pretendidos pelo III PND. Desta forma, a pressão popular pelo fim do período militar fez com que, em 1985, eles retornassem para aos quartéis após vinte e um anos no poder, tendo conseguido afastar a ameaça comunista e criando uma estrutura logística ao país, que em muitos casos não sofreu grandes alterações até os dias de hoje.

Em mais de 360 anos de história, o Exército Brasileiro esteve presente nas mais importantes decisões que influenciaram a sociedade brasileira. Inicialmente representado por homens em busca de um ideal, como nos Guararapes, e posteriormente como instituição, quando da promulgação da Constituição de 1824, a Força Terrestre teve participação fundamental no controle de todas as revoltas ocorridas durante o Brasil colônia e posteriormente no Brasil Imperial. A pedido do povo coube aos militares do Exército permitirem a proclamação de República e criar as bases para que esta se sustentasse. Neste período foram eles os responsáveis por conterem as mais diversas revoltas durante a República Velha e todo o governo Getúlio Vargas, que chegou ao poder com apoio militar e deixou o governo quando os militares, respondendo ao apelo do povo, possibilitaram a transição para o novo

governo. Durante a Segunda Guerra Mundial a FEB representou bravamente a nação brasileira no maior conflito armado já ocorrido no mundo, em que a bravura do povo brasileiro foi reconhecida por diversos chefes militares dos países contra os quais o Brasil lutou e dos que esteve apoiando. O pós-guerra no Brasil assim como no mundo foi extremamente complicado em virtude da divisão do mundo em capitalista, com os Estados Unidos, e socialista, com a União das Repúblicas Socialistas Soviética. Diante da incapacidade de administrar a pressão exercida pelos grupos antagônicos existentes, e levando o Brasil para o caminho que não era desejado pela maioria da população, João Goulart foi deposto pelo Exército Brasileiro após grande clamor da sociedade brasileira, que enxergou na instituição a única alternativa de reorientar e reorganizar o país. A administração militar controlou os focos de conflitos originados pelas guerrilhas e foi responsável por importantes fases de grande crescimento econômico do país, criando uma importante estrutura logística para que o Brasil pudesse se desenvolver, e após vinte e um anos no comando da nação, também a pedido do povo, o Exército retornou aos quartéis. Desta forma, o Exército Brasileiro vem ao longo de sua história e da história do Brasil representando o seu povo da maneira mais fiel possível, tendo sido um dos principais responsáveis pela unificação territorial do país, lutando pelo desenvolvimento da nação brasileira e pela soberania nacional.

Apresentado as principais atuações do Exército Brasileiro para a formação da sociedade brasileira desde o descobrimento do Brasil até o término dos governos militares, caberá ao capítulo dois apresentar o seu dever constitucional (Carta Magna de 1988) e as principais atividades desenvolvidas a partir dos anos noventa.

2 AS AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE 1988

Este capítulo tem por objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro a partir do ano de 1988, uma vez que é a partir de então que entrou em vigor a atual Constituição da República Federativa do Brasil, que traz as atribuições das Forças Armadas.

2.1 A CARTA MAGNA DE 05 DE OUTUBRO DE 1988

O término do período dos governos militares no Brasil marcou o início de uma nova fase política no país com a volta dos presidentes civis ao poder. O primeiro a ser eleito no dia 15 de janeiro de 1985 (ainda pelo Colégio Eleitoral), foi Tancredo Neves, tendo como seu vice José Sarney. Pouco antes de sua posse, o presidente eleito adoeceu e veio a falecer. Em seu lugar assumiu a presidência da república o vice José Sarney. Uma das primeiras ações do novo chefe de estado, já em 1986, foi realizar eleições simultâneas para Governadores, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléias Estaduais. Neste ano também se iniciaram os trabalhos para elaboração da nova constituição através da Assembléia Constituinte.

Aprovada em 1988, esta Carta é considerada a mais popular e liberal da história do Brasil. Entre as principais características apresentadas por ela, está a definição de presidencialismo no país, com o presidente eleito por quatro anos por voto popular direto e eleição em dois turnos, ampliação da autonomia administrativa e financeira dos Estados da Federação, amplo intervencionismo estatal, etc. Nela também consta a atual definição das atividades das forças armadas do Brasil. Segundo a Constituição Federal (1988, Art. 142):

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Desta forma, a ação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica só são desenvolvidas de acordo com esses preceitos, seja atuando dentro ou fora do território nacional.

O término do governo militar não pôs fim as atividades desenvolvidas pelo Exército. Desde 1985, assim como em toda a história do Brasil, a força terrestre continuou e continua atuando nas mais diversas atividades no Brasil e no mundo, dentro das necessidades que a atividade exigir e sempre de acordo com o amparo legal que permite o emprego da força. Desde que as tropas federais retornaram para os quartéis em 1985 e, principalmente a partir de 1988, toda e qualquer participação do Exército em atividades externas aos quartéis, são determinadas e autorizadas pelo presidente da República. Assim, sempre que o Exército Brasileiro está envolvido com alguma atividade que necessite o deslocamento de militares para as mais diversas localidades de nosso território, seja nos centros urbanos ou nas mais afastadas comunidades, a atividade é determinada pelo presidente da República. Desta forma e em acordo com as solicitações das autoridades competentes, o Exército continua contribuindo com o desenvolvimento da nação brasileira chegando muitas vezes onde nenhum outro órgão consegue chegar, e prestando apoio a todo e qualquer cidadão do nosso país, bem como enaltecendo o nome da nossa nação nas mais diversas missões mundo a fora.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM MISSÕES DE PAZ

Desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 24 de outubro de 1945, muitos países com graves crises políticas que sofrem com guerras civis e com o descrédito nos governos locais, ou mesmo com a ausência de tais autoridades, vêm sofrendo intervenções de órgãos internacionais (neste caso específico ocorre apenas caso haja aceitação do país ou dos grupos envolvidos no conflito), que tem por objetivos restabelecer a ordem e as instituições internas, além de recriar a estrutura física necessária para que aquela população possa voltar a viver em paz. Assim, são desenvolvidos os mais diversos trabalhos que vão desde atividades sociais, patrulhamento em regiões de conflito, reconstrução das cidades, retirada de minas terrestres, etc. O Brasil participa das atividades coordenadas pela ONU desde a criação da organização, participando na reconstrução da democracia em vários países do mundo. Essas atividades em geral contam com a presença do

Exército que já participou de missões de paz na América do Sul, América Central, Europa, África e Ásia, sendo que atualmente existe a atuação da tropa brasileira em diversas localidades destes continentes.

A partir dos anos de 1990 se tornou cada vez mais importante à intervenção da ONU e a conseqüente participação brasileira nestas missões, tendo em vista os grandes problemas políticos e econômicos ocorridos em muitos países, principalmente como reflexo dos diversos conflitos ocorridos durante a Guerra Fria. Estes conflitos afetam gerações e muitas vezes só são minimizados em virtude das missões de paz. Como em qualquer atividade desenvolvida pelo Exército, essas missões também acontecem mediante ordem do presidente da República, seguindo os preceitos da Constituição Federal (1988, Art. 4):

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Desta forma, serão apresentadas diversas missões de paz com a participação do Exército Brasileiro a partir de 1988, dividindo-as entre as que já estão encerradas e aquelas que ainda estão em andamento.

2.2.1 Missões de paz já concluídas¹

A primeira missão de paz em que o Brasil participou após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi batizada de ONUCA (Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central). Ocorrida na Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, entre 1989 a janeiro de 1992, contou com a

¹ As informações a respeito das missões de paz estão disponíveis em: <<http://www.exercito.gov.br>> Acesso em 20 Ago. 08, onde podem ser encontradas as informações detalhadas a respeito de cada uma delas.

participação de vinte e um militares brasileiros, que tinham como missão observar o cumprimento do acordo estabelecido por estes países de não permitirem que grupos insurgentes estabelecessem bases nestes territórios. Ainda em El Salvador só que de 1991 a 1992, o Brasil participou da ONUSAL (Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador) que tinha entre outros objetivos permitir o fim da guerra civil naquele país, bem como a reestruturação política, econômica e social. Entre agosto de 1992 e março de 1995, ocorreu na Croácia (estendida à Bósnia-Herzegovina e à Macedônia) a UNPROFOR (Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia). Além da participação de vários militares brasileiros, coube ao General-de-Brigada Newton Bonumá o comando do Contingente de Observadores Militares das Nações Unidas, tendo como objetivo apoiar a desmilitarização da região e as ajudas humanitárias. De janeiro de 1993 a dezembro de 1994 o General-de-Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva comandou, em Moçambique, a ONUMOZ (Operação das Nações Unidas em Moçambique) que teve por objetivo permitir o cessar fogo entre o governo e o grupo Resistência Nacional Moçambicana. Ainda na África, o Exército participou da UNOMUR (Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda) entre junho de 1993 e setembro de 1994. Ocorrida na fronteira entre Uganda e Ruanda, coube a UNOMUR impossibilitar a passagem de materiais bélicos na região.

Novamente na América Central, agora na Guatemala, com a missão de verificar a trégua entre o governo e o grupo Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca, além de ajudar na reconstrução do país, os militares brasileiros integraram a MINUGUA (Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala), que durou de 1994 a 1997. Na América do Sul, mais precisamente no Equador e no Peru, o Brasil participou da MOMEPE (Missão de Observadores Militares do Equador – Peru) de março de 1995 a junho de 1999 contribuindo para o fim dos conflitos fronteiriços entre os dois países. Outra importante missão coordenada pela ONU foi a UNFICYP (Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre), que iniciou em 1964 no Chipre, e contou com a presença brasileira em 1995. Coube ainda a participação de tropas brasileiras na desmilitarização da Península de Prevlaka (disputada pela Croácia e pela Iugoslávia), na missão UNMOP (Missão das Nações Unidas em Prevlaka), que durou de 1996 a dezembro de 2002. Outra importante participação do Brasil na África ocorreu em Angola entre 1997 e 1999 na

MONUA (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola). O país teve notável desempenho na reconstrução do país e na estabilidade política de Angola.

Em todas as missões de paz criadas pela ONU e que contaram com a participação do país, o Exército Brasileiro teve importantes participações fosse fornecendo militares capacitados para atuarem nos mais diversos locais, ou até mesmo no comando das operações. É por este motivo que além das atuações já ocorridas, a força terrestre continua presente em outros países, na busca pela paz e a democracia de outras nações.

2.2.2 Missões de paz em andamento ²

Em virtude das bem sucedidas participações brasileiras em missões de paz, o Brasil está atualmente exercendo diversas funções dentro das atividades desenvolvidas pela ONU mundo afora. Mais uma vez, destaca-se a participação do Exército Brasileiro que continua sendo um dos principais representantes do nosso país junto a ONU, possuindo inclusive militares junto ao Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e no Escritório das Nações Unidas de apoio à construção da paz em Guiné-Bissau (UNOGBIS), este último com participação desde 2004 onde é desempenhada a função de Assessor Militar do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na Guiné-Bissau. Além disso, desde 1995 a força terrestre brasileira participa da MARMINAS (Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul), que ocorre no Peru e Equador, tendo como objetivo principal capacitar militares daqueles países, além de prestar assessoramento técnico, para fins de que sejam feitos os processos de retirada das minas terrestres de acordo com os padrões internacionais. O Exército também participa na remoção de minas terrestres na Nicarágua, Guatemala, Honduras e Costa Rica, na MARMINCA (Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central), desde 1996, e na MARMINAS – Colômbia (Programa de Remoção de Minas na Colômbia), desde 2006. Existe ainda participação brasileira na UNMIS (Missão das Nações Unidas no Sudão), na UNMIL (Missão das Nações Unidas na Libéria), UNIOSIL (Missão das Nações Unidas na Serra Leoa), UNOCI (Operação

² Idem a 1.

das Nações Unidas na Costa do Marfim), UNMEE (Missão das Nações Unidas na Etiópia/Eritreia) e na UNMIN (Missão das Nações Unidas no Nepal).

Além destas atuações, o Exército participa atualmente de uma das mais importantes missões de paz que já contaram com a presença de brasileiros. a MINUSTAH (Missão de Paz no Haiti). O Brasil está no comando da missão que integra militares da Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai. Com autorização para atuar com um contingente de aproximadamente 6700 homens, a operação começou em 1º de junho de 2004 e não tem previsão de acabar. Os militares brasileiros contam com grande prestígio junto ao povo haitiano e estão contribuindo para a volta da paz naquele país. Desta forma, o Brasil através do Exército Brasileiro vem contribuindo para que diversas nações mundo a fora possam encontrar o caminho da paz e do desenvolvimento, possibilitando que as mais diversas populações destes países possam voltar a viver em condições mais dignas. Todavia, a missão da força terrestre em solo pátrio não acabou tendo muito ainda o que se fazer pelo povo brasileiro.

2.3 AS AÇÕES SUBSIDIÁRIAS³

Dentre as diversas atuações exercidas pelo Exército atualmente dentro do território nacional, é possível destacar o apoio direto a diversos outros órgãos públicos na tentativa de melhorar a condição de vida do povo brasileiro. Desta forma, cabe a tropa terrestre atuar em locais que muitas vezes só ele é capaz de chegar, levando assim esperança para vida de muitos brasileiros. Assim, é possível citar diversas ações coordenadas pelo Exército nos mais diversos cantos do país (serão utilizados apenas dados referentes ao ano de 2008), que demonstraram o quanto essa participação é importante para o povo.

Somente no combate a dengue os militares estiveram presentes no Distrito Federal, onde apoiaram a Secretaria Distrital de Saúde do Distrito Federal com pessoal nas atividades de combate ao mosquito da Dengue, de janeiro até o término em 15 de fevereiro. Já no Amazonas, teve como missão regular o apoio

³ As informações a respeito das ações subsidiárias desenvolvidas pelo Exército Brasileiro estão disponíveis em: <<http://www.coter.eb.mil.br>> Acesso em: 20 Ago.08, onde podem ser encontradas as informações detalhadas a respeito de cada uma delas.

operacional e administrativo dos quartéis da Guarnição de Manaus ao governo daquele estado, no controle e combate ao agente transmissor da dengue na área do município de Manaus, de 25 de fevereiro a 25 de abril. O mesmo ocorreu ainda no Mato Grosso do Sul de 14 de abril a maio e em Juiz de Fora, nas Minas Gerais, de 31 de março a 31 de maio. Dentre as operações de combate a dengue a mais importante sem dúvida foi a realizada no Rio de Janeiro, no período de 31 de março a 31 de maio, onde em plena capital daquele estado coube ao Exército montar um Hospital de Campanha equipando 30 (trinta) *containers* para atuarem como postos de hidratação, recepção e triagem, consultórios, laboratórios de análises clínicas, enfermarias, sanitários, cozinha, alojamentos, geradores, administração e comando.

Outra importante atuação dos militares é que a cada ano cresce de importância a distribuição de água em diversos municípios carentes. A Operação Pipa, iniciada em 1º de setembro de 2006, tem por objetivo coletar, tratar e distribuir água potável nos municípios do Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Espírito Santo, Alagoas e Sergipe, sendo para algumas localidades a única forma de obtenção de água. Outras importantes atuações cabem a Engenharia do Exército Brasileiro que no ano de 2008 está participando da Operação Botucaraí, que tem como missão a reconstrução de uma Ponte Semi-Permanente na localidade de Botucaraí, no interior do município de Cachoeira do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, para restabelecer o tráfego naquela localidade. As obras tiveram início em 10 de janeiro e não tem previsão de término. Outra obra de engenharia foi a Operação Aparecida de Goiânia, onde foi realizada a montagem de uma ponte militar (em caráter provisório) na Avenida Uirapuru, no município de Aparecida de Goiânia, em Goiás, para restabelecer o trânsito de pedestres e veículos no local.

O Exército ainda tem participação efetiva junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), permitindo que estes órgãos possam cumprir suas atividades, mesmos nos locais de maiores dificuldades. Assim, de 19 de abril a 19 de junho ocorreu a Operação Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, no estado do Amazonas, que teve como objetivo prestar o apoio logístico e de comunicações à FUNASA nos deslocamentos as comunidades indígenas, na Região da Terra Indígena Vale do Javari. Já no período de 20 de junho a 21 de julho, ocorreu a

Operação Costa Marques, que foi responsável por realizar a montagem da Base de Apoio Logístico ao IBAMA em São Francisco do Guaporé, Rondônia.

2.4 AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E AS ELEIÇÕES

A presença dos militares nas ruas do país torna-se cada vez mais comum diante da fragilidade de diversos outros poderes públicos. Tenha sido substituindo as polícias militares e civis que entraram em greve em vários estados no ano de 2001, seja na segurança de eventos que envolvem vários chefes de Estado, nas eleições, ou subindo os morros do Rio de Janeiro, a força terrestre vem sendo utilizada com o objetivo de garantir os poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem (GLO). Desta forma, procurando permitir o desenvolvimento do Brasil, de acordo com o Manual da Escola Superior de Guerra (2005 a, citado por MAGNO, 2007, p. 13), o Exército Brasileiro, quando trabalha a respeito de segurança do país, procura:

Atender a objetivos fundamentais voltados para os entendimentos mais elevados da Nação e preservação de sua identidade, devendo subsistir ao longo do tempo e constituindo-se pela busca da democracia, integridade nacional, integridade do patrimônio nacional, paz social, progresso e soberania.

Assim, faz-se necessária uma intensa busca pela segurança e a defesa do território brasileiro, sendo que de acordo com MAGNO (2007, p. 15 - 16) defesa é “um conjunto de atos realizados para obter ou resguardar a condição conhecida como segurança”, que por sua vez é:

Uma necessidade e um direito inalienável da sociedade. O entendimento de segurança implica garantia, confiança e tranquilidade de que os indivíduos, grupos e nações necessitam para se sentir protegidos, ao abrigo de todo o perigo e ameaças que possam afetar suas vidas, instituições, crenças, valores e bens essenciais. (...) O conceito de defesa dá ênfase aos aspectos militares da segurança e, correlativamente à agressão externa. Já a concepção de segurança é mais abrangente, porque visa à integridade global das instituições, incorporando, nestas, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e a estabilidade política interna.

A segurança ainda pode ser dividida em nacional, interna e pública. Os dois primeiros conceitos têm por base a superação de forças que possam ser contrárias ao desenvolvimento do país e que atuam diretamente contra as formas adotadas para atingirem estes objetivos, e devem ser combatidas através de ações políticas,

econômicas e psicossociais, sendo a primeira nas relações internacionais e a segunda nas relações internas. Já a segurança pública visa à segurança individual e comunitária a qualquer tipo de violação, mediante poder de polícia, encargo do Estado. MAGNO (2007). Há ainda a questão da defesa pública que é "o conjunto de atitudes, medidas e ações adotadas para garantir o cumprimento das leis, de modo a evitar, impedir ou eliminar a prática de atos que perturbem a ordem pública". (MAGNO, 2007, p. 17).

Baseado nestes conceitos é que o Exército procura atuar com os demais órgãos de segurança pública no que se chamou de Segurança Integrada. Com ações permanentes de caráter preventivo, o Exército busca contribuir com o governo para que os Poderes Constitucionais possam ser exercidos, sendo que em determinadas situações há a necessidade de partir para ações operativas. Isso se faz necessário sempre que os meios destinados especificamente à segurança pública estejam esgotados, como trata a Constituição Federal (1988, Art. 144):

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Quando isso ocorrer ou quando, segundo MAGNO (2007, p. 38), tais meios estiverem "indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional", poderá ocorrer à atuação da Força Terrestre. Assim, de acordo com a Lei Complementar Número 97, de 09 de Junho de 1999 (alterada pela Lei Complementar 117/04) no Art 15 Parágrafo 1º:

Compete ao Presidente da República à decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

Ainda de acordo com esta Lei Complementar, no parágrafo 2º:

A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República (Dec nº 3.897/01),

após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

O emprego do Exército deverá ser “de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo determinado” e caberá à autoridade competente, mediante ato formal e com anuência do Governador do Estado onde esteja ocorrendo à operação, desde que ache necessário, “transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações”, ou seja, passando ao comando do Exército. MAGNO (2007, p. 38). Com isto, de acordo com o Código Penal Militar (1969, Art. 9º, citado por MAGNO, 2007, p. 39):

Incumbirá ao Exército desenvolver ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares.

Com isso, sempre que ocorram ações na esfera das Unidades da Federação que possam ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio público e privado e já tenham sido esgotados os meios destinados à ordem pública, poderá ocorrer participação direta da Força Terrestre. De acordo com MAGNO (2007, p. 18), podem justificar a presença do Exército:

- a. greves ilegais em setores essenciais;
- b. saques;
- c. ocupações ilegais de propriedades públicas e privadas;
- d. invasões de terra;
- e. bloqueios de ruas e estradas;
- f. seqüestros, terrorismo seletivo, narcotráfico, crime organizado; e
- g. a combinação de duas ou mais ações anteriores, que caracterizem a desestabilização do poder estadual.

Há ainda outras situações em que se presume a iminência de perturbação da ordem e que por este motivo podem exigir a participação do Exército de modo preventivo e se necessário de maneira operacional, tais como “eventos oficiais ou públicos, principalmente os que contem com a participação de Chefe de Estado ou de Governo estrangeiros, e à realização de pleitos eleitorais, neste caso quando solicitado” (MAGNO, 2007, p. 39). Assim, para que seja possível que hoje o Exército

atue em operações como a Rio 92⁴, é utilizado o Decreto número 3.897/01 (Art. 5), que traz:

O emprego da tropa na proteção de eventos oficiais ou públicos de porte, como os de participação de governos estrangeiros e os pleitos eleitorais têm caráter preventivo, pela presunção de possível perturbação da ordem. Nesse caso, independe do esgotamento dos meios de segurança pública, os quais terão atuação articulada à tropa, sendo que os mesmos poderão, com a anuência do Governador, vir a atuar sob o controle Operacional do Comando da Operação.

Contudo, em virtude dos diversos decretos e leis complementares que vão de encontro com o que rege a Constituição Federal de 1988 ou, em alguns casos, contradizendo a Carta Magna, e principalmente em virtude da interpretação feita por muitos governantes, uma vez que a tropa terrestre só vai às ruas mediante ordem e autorização das autoridades competentes, e não por determinação dos comandantes militares, é que cada vez mais a presença da farda verde-oliva se faz notável principalmente em capitais como a do Rio de Janeiro, onde rotineiramente a criminalidade ameaça a soberania das instituições públicas, que não vêem outra maneira se não recorrerem ao Exército. Assim, ainda que em muitos casos o entendimento legal dê a tropa o amparo necessário para que e cumpra o que lhe foi determinado e ainda seja uma das missões constitucionais do Exército a garantia da lei e da ordem, há casos como o do Morro da Providência, em que coube ao Exército patrulhar obras realizadas naquela comunidade, através do projeto desenvolvido pelo Senador e pré-candidato a prefeitura carioca nas eleições de 2008, Marcelo Crivella, que surgem questionamentos de como e quando realmente os militares devem ir às ruas. Contudo, se as autoridades competentes seguirem os procedimentos previstos à utilização das Forças Armadas, de acordo com as normas previstas para tais fins, sem dúvida as ações coordenadas e desenvolvidas pelos militares serão executadas buscando sempre o bem estar e o conforto da população.

Por estes motivos é que cada vez mais fica claro o quanto é importante para a sociedade brasileira o preparo e a presença da Força Terrestre permitindo que as comunidades dos mais diversos nichos sociais, possam exercer seus direitos sem

⁴ II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, ocorrida no Rio de Janeiro, entre 03 e 14 de junho de 1992, e que reuniu aproximadamente 117 governantes de países. Estas informações estão disponíveis em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>> Acesso em: 05 Ago. 08.

serem sufocadas pelos grupos que desafiam os poderes legais e a sociedade. Assim, para as eleições municipais a se realizarem no ano de 2008, voltaram a existir pedidos de governadores para que a tropa federal reforce a segurança em algumas cidades, como é o caso do governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, que de acordo com o jornal O Dia Online⁵ “voltou a pedir que as tropas federais que reforçarão a segurança nas eleições permaneçam no estado depois do pleito”. Ainda segundo o jornal, Cabral teria dito “Sempre me posicionei favorável. É preciso trabalhar com liberdade. As comunidades também precisam votar com liberdade”, e que “Não podemos permitir esse constrangimento imposto por marginais. Tomara que depois da eleição eles, continuem por aqui”, deixando claro o compromisso do Exército Brasileiro com a sociedade brasileira e com a soberania do povo brasileiro.

2.5 O EXÉRCITO BRASILEIRO E A AMAZÔNIA DO BRASIL

Com uma área de aproximadamente 5,2 milhões de metros quadrados que engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, possuindo a maior reserva de água doce do mundo e a maior diversidade de flora e fauna do planeta, a Amazônia brasileira vem a muitos anos sofrendo o assédio de diversos grupos internacionais que questionam o direito brasileiro a essa floresta que corresponde a cerca de um terço de todas as florestas tropicais do planeta⁶. Desta forma, cabe ao Exército a garantia da soberania nacional sobre esta parte do Brasil, muitas vezes esquecida em virtude das grandes dificuldades logísticas de acesso que fazem com que seja tão difícil chegar a algumas localidades. Desta forma, como exemplifica o site da força terrestre⁷:

O Exército, presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando seu dispositivo pela instalação de diversas unidades de fronteira. Tais unidades representam pólos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania.

Colaborando com o povoamento em áreas longínquas, proporcionando um mínimo de infra-estrutura até que chegue o desenvolvimento, fornecendo serviços básicos, este trabalho silencioso é a parcela concreta de colaboração do Exército ao desenvolvimento da Nação.

⁵ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/resenha/complemento.htm>> Acesso em: 27 Ago. 08, e que traz em resumo as principais notícias veiculadas através de vários jornais do Brasil.

⁶ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/indice.htm>> Acesso em: 28 Ago. 08.

⁷ Idem a 6.

A imensidão da Amazônia e a riqueza que está contida nesta floresta, fazem com que desde o descobrimento do Brasil diversos grupos de aventureiros procurem tirar vantagens desta imensa área verde. Estes exploradores que vão desde povos da nossa própria terra à principalmente estrangeiros, e que em geral não possuem compromisso algum com a região, não lhe trazem qualquer melhoria e partem logo após conseguirem retirar tudo àquilo que desejam. Mas, os problemas da Amazônia brasileira não ficam somente na exploração, como escreveu o General-de-Brigada Eduardo Dias da Costa Villas Boas⁸:

Contabilizam-se aí a extensa faixa de fronteira, a instabilidade em alguns países vizinhos, as organizações de narcoguerrilha nas proximidades do território do Alto Rio Negro, os ilícitos transnacionais de toda ordem, a biopirataria e o contrabando, as questões indígena e ambiental, ambas de grande apelo junto a opinião pública internacional, a recorrente ameaça de internacionalização, os conflitos fundiários e, por fim, como um grande pano de fundo, por si só o mais grave de todos, por ser ele próprio gerador de algumas ameaças e potencializador de outras, o vazio de poder decorrente da ausência do Estado.

Estes fatores só fazem aumentar a dificuldade de integração desta importante parte de nosso território ao restante da Nação brasileira, missão esta que o Exército tem ao longo dos anos tentado cumprir com muito empenho e dedicação. Do ponto de vista militar, ainda de acordo com o general Eduardo Dias da Costa Villas Boas, “esses problemas agrupam três níveis de possíveis ameaças: as oriundas de um poder militar muito superior ao nosso, as que podem advir de poder militar igual ou inferior e, por fim, aquelas decorrentes da situação de vazio de poder”. Desta forma, de acordo com ele, o Exército está se preparando da seguinte forma:

Às primeiras, o Exército prepara-se para fazer frente por meio da estratégia da resistência. Ao poder militar igual ou inferior, a resposta é dada com a estratégia operacional da ofensiva. E, ao vazio de poder, o Exército responde com a estratégia da presença, por intermédio da qual, graças à cadeia de comando, à sua capilaridade e a sua estrutura logística, procura estar onde outras instituições, por motivos diversos, não tem condições de fazê-los.

Desta maneira, a força terrestre brasileira é uma instituição permanente junto ao povo da Amazônia procurando minimizar os problemas causados pela

⁸ Trecho retirado da Revista do Exército Brasileiro: Amazônia: Ocupação e Desenvolvimento como Condicionantes da Segurança. Vol. 143, 1º quadrimestre, p. 26, 2006.

distância dos centros do nosso país. Fornecendo serviços básicos os militares suprem à população local da infra-estrutura mínima para que eles não precisem abandonar a região. Dois bons exemplos disto são a assistência à educação, levando o conhecimento aos locais mais distantes do país, e o serviço de saúde do Exército, onde de acordo com site da instituição⁹, “prevalecem às ações preventivas de saúde, particularmente quanto a educação sanitária; pré-natal e vigilância ao parto normal; ao crescimento normal da criança e do adolescente; e a profilaxia das doenças transmissíveis e da cárie dental”. Denominadas de Seções de Saúde dos Pelotões Especiais de Fronteira, a assistência de saúde é fornecida através de dois grandes hospitais localizados em Belém (PA) e em Manaus (AM), quatro hospitais de pequeno porte localizados em Marabá (PA), Porto Velho (RO), em Boa Vista (RR), Tabatinga (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM), sendo que estes dois últimos ainda “vão até as comunidades por eles assistidas, levando desde vacinas e noções de saúde até atendimento médico, odontológico e laboratorial de pequena complexidade”¹⁰. São graças a estes atendimentos e a assistência prestada pelo Exército que muitas populações afastadas, compostas por tribos indígenas, migrantes, fronteiriços, seringueiros, pescadores, comerciantes fluviais, bem como estrangeiros, conseguem atendimento médico e odontológico de qualidade. Com isso, a força terrestre muitas vezes faz-se a única instituição capaz de apoiar a população da Amazônia e que dispõe da confiança destes que a muito foram esquecidos pelo poder público.

2.5.1 Raposa Serra do Sol

Raposa Serra do Sol é uma reserva indígena localizada em Roraima e que à muitos anos foi ocupada por diversos fazendeiros produtores de arroz. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo¹¹, desde 1992 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) iniciou um relatório com o objetivo de demarcar as terras que deveriam ser devolvidas aos indígenas. Ainda de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo¹², em 1998 o Ministério da Justiça deu ganho de causa aos índios e a FUNAI junto ao

⁹ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0071106.htm>> Acesso em 28 Ago 08.

¹⁰ Idem a 09.

¹¹ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/Resenha/homepage.htm>>, Acesso em: 28 Ago. 08, e que traz em resumo as principais notícias veiculadas através de vários jornais do Brasil. O trecho extraído do jornal O Estado de S. Paulo refere-se ao artigo “Disputa sobre Serra do Sol tem quase dez anos”.

¹² Idem a 11.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passaram a fazer o levantamento das bem feitorias feitas pelos fazendeiros na região e, em 2005, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou um decreto dando o prazo de um ano para que os não índios deixassem a região sendo que, em 2006, o Supremo Tribunal Federal determinou a desocupação da área.

Após quase dez anos do início do processo de demarcação da reserva Raposa Serra do Sol e do conflito entre índios e não índios, além do dilema entre o que seria mais correto de se fazer na região, a questão ainda não foi resolvida. O jornal O Estado de S. Paulo¹³ mostrou que de um lado encontrasse o governo federal que diz que o Executivo tem poder para demarcar terras, de outro os políticos de Roraima, principalmente de oposição ao governo Lula, que criticam a demarcação e alegam que os índios não possuem condições de sozinhos desenvolverem a região. Os índios divididos, de um lado querem a demarcação continua, como determina o governo federal, e de outro querem a demarcação de pequenas áreas onde inclusive, os não índios possam ter acesso livre. Já os arrozeiros que podem ser expulsos da área contestam o laudo da FUNAI, uma vez que para que uma área seja considerada dos índios basta que algum indígena diga ter tido antepassados no local. Toda via, a principal discussão que se faz a respeito desta ação é a respeito da soberania nacional, que seria ameaçada em virtude da grande área a ser demarcada. De acordo com o Filósofo Denis Rosenfield¹⁴, "A Funai está assumindo a posição do Senado brasileiro. Está criando Estados, nações. Ela está criando o Estado dentro de um Estado, não compete à Funai criar um Estado dentro de um Estado". Com isso, a soberania nacional estaria ameaçada uma vez que, ainda de acordo com o Filósofo, o Exército não poderia mais atuar na região, já que:

O governo diz agora que vai estabelecer pelotões de fronteira, reafirmando a soberania nacional, mas esse mesmo governo assina um tratado internacional que é a declaração dos povos indígenas que diz que o

¹³ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/Resenha/homepage.htm>> Acesso em: 28 Ago. 08, e que traz em resumo as principais notícias veiculadas através de vários jornais do Brasil. O trecho extraído do jornal O Estado de S. Paulo refere-se ao artigo "Os interesses que envolvem Serra do Sol".

¹⁴ Denis Rosenfield é professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O texto completo do professor está disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/Resenha/homepage.htm>> Acesso em: 28 Ago. 08, e que traz em resumo as principais notícias veiculadas através de vários jornais do Brasil. O trecho extraído do jornal O Estado de S. Paulo refere-se ao artigo "Para filósofo, reserva é Estado dentro de Estado".

Exército, salvo em situações especialíssimas, não pode entrar em terras indígenas. Então existe aí uma contradição manifesta, entre o que é dito e o que é feito.

É neste contexto que se insere a declaração do General-de-Exército Augusto Eleno¹⁵ que afirmou que “a política indigenista do governo federal é caótica, para não dizer um caos”. Isto porque, o Exército brasileiro que vem ao longo da história brasileira procurando unir povos e diminuir as distâncias através da presença, vê a ameaça causada pela demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, processo esse parecido com o que muitos outros países procuraram evitar, como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo¹⁶ ao apresentar a opinião do embaixador Rubens Barbosa¹⁷:

Como lembrou o embaixador Rubens Barbosa, em artigo publicado terça-feira no Estado, ao contrário dos quatro países com significativas populações indígenas - Canadá, EUA, Austrália e Nova Zelândia - que votaram contra a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, negociada nas Nações Unidas em 1993 (e que levou mais de 15 anos para ser aprovada), o Brasil votou a favor. Nisso discordou dos argumentos com que o governo australiano repudiou o documento - apesar de a questão indígena existir nos dois países -, segundo os quais a Declaração concede às populações indígenas direitos que conflitam com os do restante da população, bem como com “o marco constitucional dos países democráticos”. A principal objeção australiana foi contra o emprego do termo “autodeterminação”, justamente por ele pôr em risco a integridade territorial do país.

É por estes motivos que a demarcação em Roraima é por muitos considerada um equívoco, não sendo por tanto, uma opinião isolada do general Augusto Heleno, e sim indo de encontro ao que pensa o filósofo Denis Rosenfield e o embaixador Rubens Barbosa, além de muitos outros especialistas no assunto, mas com um importante fator a favor do general, o fato de que ele está na região e a conhece como poucas autoridades brasileiras. Entretanto, são aqueles que outrora legaram algumas regiões brasileiras ao esquecimento e que ainda hoje estão muito a quem das expectativas das populações esquecidas, sem muitas vezes atenderem

¹⁵ O General-de-Exército Augusto Heleno é Comandante Militar da Amazônia. O trecho citado foi extraído da entrevista concedida pelo general ao programa “Canal Livre” da Rede Bandeirantes de televisão, que foi ao ar no dia 05 Abr 08.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/Resenha/homepage.htm>> Acesso em: 28 Ago. 08, e que traz em resumo as principais notícias veiculadas através de vários jornais do Brasil. O trecho extraído do jornal O Estado de S. Paulo refere-se ao artigo “A soberania em juízo”.

¹⁷ Rubens Barbosa foi embaixador do Brasil em Londres, de Janeiro de 1994 a junho de 1999, e em Washington, de junho de 1999 a março de 2004, além de ter ocupado diversos outros cargos do governo federal. Atualmente é consultor de negócios e ocupa o cargo de Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

algumas localidades como realmente deveriam, que se consideram capazes de escolher o que é melhor para a soberania nacional e para a unidade territorial do Brasil, que a muita é defendida pelo Exército.

Assim como no Capítulo 1 o Capítulo 2 se encarregou de mostrar o quanto à presença do Exército Brasileiro foi e é fundamental para o desenvolvimento da nossa Nação. Se do descobrimento do Brasil até o final dos governos militares a unificação territorial e o desenvolvimento do Brasil coube ao Exército, na segunda metade da década de 1980 e a partir da promulgação da Constituição de 1988 essa missão foi intensificada. É por este motivo que cada vez mais o Exército Brasileiro se faz presente no território nacional e ainda representa de maneira patriótica e incontestável o Estado brasileiro mundo a fora, através das diversas missões de paz em parceria com a ONU. Seja através das missões subsidiárias combatendo a dengue em apoio ao Ministério da Saúde, seja levando água a quem tem sede ou reconstruindo pontes e estradas, em solo pátrio o Exército chega onde nenhum outro órgão público consegue chegar. Desta forma, leva esperança e o mínimo de conforto para diversos brasileiros que muitas vezes foram esquecidos pelo poder público, como no imenso território amazônico que, em virtude da ocupação permanente dos militares, é e continuará sendo território brasileiro. Na garantia da lei e da ordem cabe a força terrestre fazer o que o poder público não conseguiu ou falhou em muitos locais, que é trazer a paz e a tranquilidade ao povo. Se ainda há quem de alguma maneira tente denegrir a imagem do Exército é porque de fato não conhece a história brasileira ou finge não enxergar o que acontece atualmente. Assim como no passado, o Exército faz o presente e constrói o futuro, protegendo e prestando assistência a seu povo pela soberania nacional.

Ainda que seja incontestável a importância do Exército Brasileiro para o Brasil e para a sociedade brasileira, sendo a cada ano e período político da nossa Nação intensificado e se tornando cada vez mais presente, cumprindo as suas missões e em muitos casos a de outros importantes órgãos do governo, ao longo dos anos tem cada vez mais ocorrido um grande descaso das autoridades no que diz respeito à remuneração dos militares. Caberá, portanto, ao terceiro capítulo, apresentar brevemente as principais formas de ingresso no Exército, seus respectivos planos de carreira e as principais características desta nobre profissão. Este capítulo ainda apresentará de forma detalhada a defasagem salarial ocorrida na força terrestre, fazendo uma análise do período de 1964 até 2008.

3 A EVOLUÇÃO SALARIAL DO EXÉRCITO NO PERÍODO 1964 – 2008

A carreira militar ainda desfruta de grande prestígio perante a sociedade brasileira estando hoje entre os concursos públicos mais disputados do Brasil, onde ano a ano milhares de jovens disputam vagas em busca de uma carreira repleta de desafios, mas que ainda assim lhes ofereça certa estabilidade. Entretanto, a cada ano que se passa o aumento do custo de vida pesa sobre os militares pelo fato de seus salários não acompanharem as perdas causadas pela inflação. Isso ocorre pelo fato de que as leis que regulam a remuneração militar não determinam períodos ou valores específicos para que ocorram os reajustes e pelo fato dos militares não poderem exigir maior atenção das autoridades, uma vez que diferentemente de muitas outras categorias, não podem fazer greves ou possuir sindicatos. Este capítulo tem por objetivo apresentar brevemente as principais formas de ingresso no Exército, seus respectivos planos de carreira e as principais características da profissão militar, além de apresentar de forma detalhada a defasagem salarial ocorrida na Força Terrestre no período de abril de 1964 até setembro de 2008.

3.1 O INGRESSO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E O PLANO DE CARREIRA MILITAR

O acesso à carreira militar se dá através de concurso público onde mesmo para a inscrição já são exigidas condições mínimas aos candidatos, como ser brasileiro nato, limite de idade, nível mínimo de escolaridade, entre outros. Os dois principais concursos são o para a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), onde são formados os Oficiais do Exército Brasileiro, e a Escola de Sargentos das Armas (EsSA), onde são formados os Sargentos. Além de provas intelectuais para o acesso a uma instituição militar, os candidatos são, ainda como parte do processo seletivo, submetidos a testes físicos só sendo admitidos caso passem tanto no primeiro quanto no segundo. A formação do militar ocorre em caráter de internato onde as atividades começam por volta das seis horas da manhã e acabam as vinte e duas horas (não raramente estendendo-se noite adentro). Como ilustra o endereço eletrônico da Força Terrestre¹:

¹ Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/02ingr/Profmili.htm> Acesso em: 25 Set. 08.

Não se trata, apenas, de uma situação acadêmica, em que, terminada a aula, ou mesmo antes, o aluno retira-se para sua casa ou para onde lhe aprouver. Durante todo dia, estão presentes os encargos e deveres, as condições de disciplina e a exposição aos riscos do treinamento militar, em qualquer nível. Os alunos de uma escola militar são submetidos a rigorosos testes de avaliação, que abrangem os campos intelectual, psicológico, físico, moral, disciplinar e de aptidão específica para a carreira militar.

Atualmente a formação na AMAN leva quatro anos e da EsSA um ano e seis meses, períodos em que os alunos são levados a situações extremas de treinamento intelectual e físico para que possam desenvolver, além de conhecimentos comuns e específicos da carreira, a liderança, fator indispensável à carreira militar. Desta forma, estão expostos diariamente a atividades que envolvem riscos a integridade física do aluno por buscarem sempre a maior proximidade possível com a realidade, sendo desenvolvidas atividades de ensino e de instrução, que abrange aulas, conferências, exercícios práticos e manobras. Concluído o período de formação nas escolas militares, os jovens recém formados escolhem a unidade em que servirão de acordo com a classificação obtida no curso e das unidades do Brasil que possuem vagas, onde passaram ainda por um período de avaliação de mais seis meses.

Os militares obedecem a planos de carreira de acordo com o concurso escolhido, ocupando graus hierárquicos que vão ascendendo de acordo com o tempo de serviço. De acordo com site do Exército²:

O militar exerce, ao longo de sua carreira, cargos e funções em graus de complexidade crescente, o que faz da liderança fator imprescindível à instituição. Esses aspectos determinam a existência de um fluxo de carreira planejado, obediente a critérios definidos, que incluem a higidez, a capacitação profissional e os limites de idade, tudo isto influenciando nas promoções aos postos e graduações subsequentes. Sem esse fluxo, a renovação permanente, possibilitada pela rotatividade nos cargos, ficaria extremamente prejudicada e a operacionalidade inatingida. Essas promoções são realizadas segundo um planejamento a longo prazo, necessário para definir, com exatidão, as vagas existentes em cada posto ou graduação e administrar o fluxo de carreira nos diferentes quadros de oficiais e de graduados.

Com isso, ao longo da carreira o militar desempenhará diversas atividades sempre sendo exposto a situações novas e cada vez mais complexas. A Tabela 3.1 apresenta o plano de carreira do militar formado na AMAN, e a Tabela 3.2 o plano de carreira da EsSA:

² Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/02ingr/Profmili.htm> Acesso em: 25 Set. 08.

TABELA 3.1 – POSTO E TEMPO DE PERMANÊNCIA – MILITAR FORMADO NA AMAN

Posto	Tempo de permanência
Cadete do 1º Ano	1 ano
Cadete do 2º Ano	1 ano
Cadete do 3º Ano	1 ano
Cadete do 4º Ano	1 ano
Aspirante a Oficial	6 meses
Segundo Tenente	1 ano e 6 meses
Primeiro Tenente	4 anos
Capitão	8 anos
Major	6 anos
Tenente Coronel	5 anos
Coronel	7 anos
General de Brigada	4 anos
General de Divisão	4 anos
General de Exército	4 anos

FONTE: Site do Exército. <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Conheca/Postgrad/exercito.htm>>

TABELA 3.2 – POSTO E TEMPO DE PERMANÊNCIA – MILITAR FORMADO NA EsSA

Posto	Tempo de permanência
Aluno	1 ano e seis meses
Terceiro Sargento	8 anos
Segundo Sargento	7 anos
Primeiro Sargento	6 anos
Sub-tenente	5 anos
Segundo Tenente	3 anos
Primeiro Tenente	4 anos
Capitão	5 anos

FONTE: Site do Exército. <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Conheca/exercito/generais.htm>>

Como as promoções são planejadas no longo prazo o tempo de permanência em cada posto ou graduação (apresentados na Tabela 1 e na Tabela 2) pode sofrer alterações. Além disso, o fato do plano de carreira do militar formado na AMAN prever o posto de General de Exército, isso não significa que este conseguirá chegar a este posto. Tudo dependerá de como se conduzirá à carreira do militar em termos dos cursos complementares pós-formação e suas respectivas classificações, ficando garantido unicamente pela formação inicial o acesso até o posto de Tenente-Coronel. O mesmo ocorre no plano de carreira da EsSA, que apesar de prever o posto de Capitão, só garante pela formação básica promoções até Sub-Tenente. Como exemplifica o site da força:

O exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação. Ao longo de sua vida profissional, o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercício da profissão militar e realiza reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho.

Assim, ao longo da carreira os militares procuram continuar se aperfeiçoando sempre de acordo com as necessidades da força, estando sempre prontos para as mudanças que a carreira impõe ou proporciona.

3.1.1 As características da carreira militar³

A carreira militar diferencia-se das demais por diversos aspectos inerentes muitas vezes apenas a ela. Além de uma característica própria que regula as promoções e as funções que os militares desempenharão (citado anteriormente), existem outros importantes aspectos aos quais os militares estão condicionados na carreira. O militar tem de “obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional”, além de estar sempre exposto ao risco que envolve as atividades por ele desempenhadas. Logo:

Durante toda a sua carreira, o militar convive com risco. Seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão. O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida.

Assim, durante toda a carreira o militar deverá possuir um vigor físico condizente a ela, uma vez que:

As atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. O militar é submetido, durante toda a sua carreira, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física, que condicionam a sua permanência no serviço ativo.

Além disso, a carreira militar é uma das mais exigentes quanto à dedicação profissional, onde:

O militar se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra, compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial.

³ Todas as citações deste tópico estão disponíveis em: < <http://www.exercito.gov.br/02ingr/Profmili.htm>> Acesso em: 25 Set. 08.

O militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional, o que o torna dependente de seus vencimentos, historicamente reduzidos, e dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, quando na inatividade.

Isso significa na prática que ainda que as instituições militares tenham horários de expediente, na sua grande maioria, compreendidos entre as oito horas e as dezessete horas, os militares devem sempre estar disponíveis à força podendo ser acionados a qualquer hora do dia e da noite ou mesmo em feriados e finais de semana, podendo ainda ter seus horários de expediente adiantados ou prolongados, sem que para isso recebam qualquer tipo de adicional em seus salários. Diferentemente ainda das demais carreiras, o militar ao completar o tempo de serviço que em outras instituições correspondem à aposentadoria, não perde o seu vínculo com a profissão:

Mesmo quando na inatividade, o militar permanece vinculado à sua profissão. Os militares na inatividade, quando não reformados, constituem a "reserva" de 1ª linha das Forças Armadas, devendo se manter prontos para eventuais convocações e retorno ao serviço ativo, conforme prevê a lei, independente de estarem exercendo outra atividade, não podendo por tal motivo se eximir dessa convocação.

Além disso, os direitos trabalhistas dos militares também diferem muito das demais instituições públicas e civis, sofrendo uma série de restrições, onde:

O militar não usufrui alguns direitos trabalhistas, de caráter universal, que são assegurados aos trabalhadores, dentre os quais incluem-se:

- remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno;
- jornada de trabalho diário limitada a oito horas;
- obrigatoriedade de repouso semanal remunerado; e
- remuneração de serviço extraordinário, devido a trabalho diário superior a oito horas diárias.

Outra importante diferença da carreira militar diz respeito a questões políticas, além da proibição da formação de sindicatos ou de greve, sendo que:

O militar da ativa é proibido de filiar-se a partidos e de participar de atividades políticas, especialmente as de cunho político-partidário. O impedimento de sindicalização advém da rígida hierarquia e disciplina, por ser inaceitável que o militar possa contrapor-se à instituição a que pertence, devendo-lhe fidelidade irrestrita. A proibição de greve decorre do papel do militar na defesa do país, interna e externa, tarefa prioritária e essencial do Estado.

Por se tratar de tropa federal, ao militar ainda é atribuída a necessidade de vivência nacional, o que faz com que esteja em constante rotatividade pelo Brasil, dificilmente fixando-se em locais onde consiga passar a vida profissional inteira, podendo ser “movimentado em qualquer época do ano, para qualquer região do país, indo residir, em alguns casos, em locais inóspitos e destituídos de infraestrutura de apoio à família”. Todas estas atribuições e características a que a profissão militar está sujeita, trazem alguns reflexos, uma vez que:

As exigências da profissão não ficam restritas à pessoa do militar, mas afetam, também, a vida familiar, a tal ponto que a condição do militar e a condição da sua família se tornam estreitamente ligadas:

- a formação do patrimônio familiar é extremamente dificultada;
- a educação dos filhos é prejudicada;
- o exercício de atividades remuneradas por cônjuge do militar fica, praticamente, impedido; e
- o núcleo familiar, não estabelece relações duradouras e permanentes na cidade em que reside, porque ali, normalmente, passará apenas três anos.

A complexidade e as exigências da carreira militar fazem dela única em muitos detalhes, exigindo o máximo de seus integrantes sempre com o objetivo único de servir a Nação brasileira. O Exército busca intensamente “recursos humanos altamente qualificados, treinados, motivados e bem equipados” uma vez que as Forças Armadas são “o elemento final para a preservação dos interesses vitais de uma nação”. Todavia, a cada ano que se passa o custo de vida pesa sobre os militares em virtude da evolução histórica de seus salários, que não vem acompanhando a elevação dos índices de preços.

3.2 A EVOLUÇÃO SALARIAL DO EXÉRCITO NO PERÍODO DE 1964 A 2008

A história econômica recente do Brasil passou por diversas fases alternando momentos de forte crescimento como no milagre econômico da década de setenta, seguido posteriormente de recessão na década de oitenta além de um grande processo inflacionário que se estendeu até a metade da década de noventa. Em três décadas o país mudou o seu padrão monetário sete vezes na tentativa de solucionar o problema da inflação, que só foi reduzida a partir de julho de 1994 com a entrada em vigor do plano Real. Ao longo deste período, a remuneração dos militares passou por pelo menos quatro reformulações profundas (além de pequenas alterações ao longo de cada uma) até que se chegasse a atual Lei de Remuneração

Militar (LRM) em vigor desde dezembro de 2.000, através da Medida Provisória 2.231, de 28 de dezembro daquele ano. Tudo isso somado fez com que o poder aquisitivo dos militares passasse por muitas oscilações até que a partir do plano Real, assim como toda a economia brasileira, entrasse em uma fase de maior estabilidade. Desta forma, faz-se necessário uma análise da evolução salarial dos militares desde abril de 1964 até setembro de 2008. Pelo fato de existirem diversos postos e graduações (desde soldado até General de Exército), serão analisados os salários de Capitão e de Terceiro Sargento, uma vez que são o posto e a graduação em que os militares (dependendo do curso de formação) permanecem mais tempo. A análise será ainda com base na remuneração bruta média em virtude das diferenças entre as LRM, além de dados sobre os reajustes e inflação, tudo conforme o Apêndice, além de ser apresentada dentro de cada padrão monetário.

3.2.1 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro I

O Plano Cruzeiro I entrou em vigor em 1º de novembro de 1942 e se estendeu até 12 de fevereiro de 1967. A análise da remuneração militar compreenderá a fase final dessa moeda, ou seja, o período de abril de 1964 a janeiro de 1967 e está apresentada na Tabela 3.3 e Tabela 3.4, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1994.

TABELA 3.3 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO I - CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mar/64	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
abr/64	173.250,00	716,35	4,39	104,39	-	686,22
mai/64	173.250,00	716,35	2,68	107,19	-	668,31
jun/64	173.250,00	716,35	4,34	111,84	-	640,52
jul/64	173.250,00	716,35	6,47	119,08	-	601,59
ago/64	173.250,00	716,35	2,90	122,53	-	584,64
set/64	173.250,00	716,35	3,76	127,14	-	563,45
out/64	173.250,00	716,35	4,45	132,79	-	539,45
nov/64	173.250,00	716,35	6,97	142,05	-	504,30
dez/64	173.250,00	716,35	5,98	150,54	-	475,84
jan/65	173.250,00	716,35	4,87	157,88	-	453,74
fev/65	173.250,00	716,35	3,12	162,80	-	440,02
mar/65	173.250,00	716,35	6,01	172,59	-	415,07
abr/65	173.250,00	716,35	2,35	176,64	-	405,54
mai/65	173.250,00	716,35	1,72	179,68	-	398,68

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mar/64	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
jun/65	173.250,00	716,35	1,15	181,75	-	394,15
jul/65	173.250,00	716,35	2,73	186,71	-	383,68
ago/65	173.250,00	716,35	1,20	188,95	-	379,13
set/65	173.250,00	716,35	1,98	192,69	-	371,77
out/65	173.250,00	716,35	2,01	196,56	-	364,44
nov/65	173.250,00	716,35	0,91	198,35	-	361,15
dez/65	173.250,00	716,35	1,94	202,20	-	354,28
jan/66	234.300,00	968,78	7,66	217,69	35,24	445,03
fev/66	234.300,00	968,78	2,89	223,98	-	432,53
mar/66	234.300,00	968,78	2,62	229,85	-	421,49
abr/66	234.300,00	968,78	4,70	240,65	-	402,57
mai/66	234.300,00	968,78	2,32	246,23	-	393,44
jun/66	234.300,00	968,78	1,86	250,81	-	386,26
jul/66	242.550,00	1.002,89	3,32	259,14	3,52	387,01
ago/66	242.550,00	1.002,89	2,20	264,84	-	378,68
set/66	242.550,00	1.002,89	2,38	271,14	-	369,87
out/66	252.450,00	1.043,82	2,05	276,70	4,08	377,24
nov/66	252.450,00	1.043,82	0,97	279,39	-	373,61
dez/66	252.450,00	1.043,82	0,69	281,31	-	371,05
jan/67	252.450,00	1.043,82	4,45	293,83	-	355,25

NOTA: Elaboração Própria.

TABELA 3.4 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO I – TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mar/64	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
abr/64	84.000,00	347,32	4,39	104,39	-	332,71
mai/64	84.000,00	347,32	2,68	107,19	-	324,03
jun/64	84.000,00	347,32	4,34	111,84	-	310,55
jul/64	84.000,00	347,32	6,47	119,08	-	291,68
ago/64	84.000,00	347,32	2,90	122,53	-	283,46
set/64	84.000,00	347,32	3,76	127,14	-	273,19
out/64	84.000,00	347,32	4,45	132,79	-	261,55
nov/64	84.000,00	347,32	6,97	142,05	-	244,51
dez/64	84.000,00	347,32	5,98	150,54	-	230,71
jan/65	84.000,00	347,32	4,87	157,88	-	220,00
fev/65	84.000,00	347,32	3,12	162,80	-	213,34
mar/65	84.000,00	347,32	6,01	172,59	-	201,25
abr/65	84.000,00	347,32	2,35	176,64	-	196,62
mai/65	84.000,00	347,32	1,72	179,68	-	193,30
jun/65	84.000,00	347,32	1,15	181,75	-	191,10
jul/65	84.000,00	347,32	2,73	186,71	-	186,02
ago/65	84.000,00	347,32	1,20	188,95	-	183,82
set/65	84.000,00	347,32	1,98	192,69	-	180,25
out/65	84.000,00	347,32	2,01	196,56	-	176,70
nov/65	84.000,00	347,32	0,91	198,35	-	175,10
dez/65	84.000,00	347,32	1,94	202,20	-	171,77
jan/66	113.700,00	470,12	7,66	217,69	35,36	215,96
fev/66	113.700,00	470,12	2,89	223,98	-	209,90

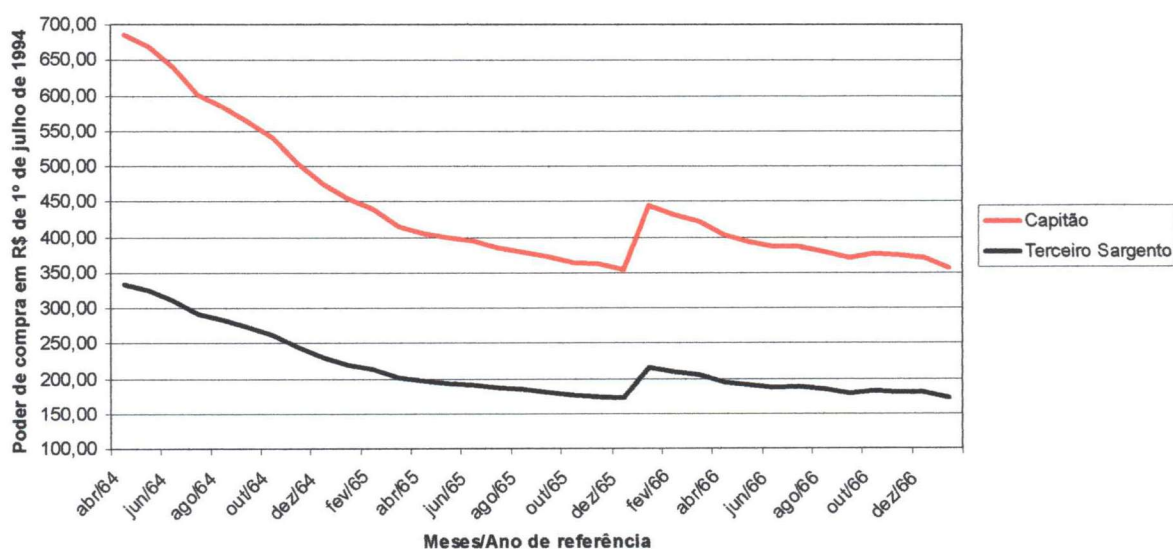
continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mar/64	continuação	
					Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
mar/66	113.700,00	470,12	2,62	229,85	-	204,54
abr/66	113.700,00	470,12	4,70	240,65	-	195,36
mai/66	113.700,00	470,12	2,32	246,23	-	190,93
jun/66	113.700,00	470,12	1,86	250,81	-	187,44
jul/66	117.600,00	486,25	3,32	259,14	3,43	187,64
ago/66	117.600,00	486,25	2,20	264,84	-	183,60
set/66	117.600,00	486,25	2,38	271,14	-	179,33
out/66	122.400,00	506,09	2,05	276,70	4,08	182,90
nov/66	122.400,00	506,09	0,97	279,39	-	181,15
dez/66	122.400,00	506,09	0,69	281,31	-	179,90
jan/67	122.400,00	506,09	4,45	293,83	-	172,24

NOTA: Elaboração Própria.

Neste breve período de trinta e quatro meses é possível verificar uma grande variação no poder de compra dos militares. O poder de compra de um Capitão oscilou 93,69% (R\$ 686,22 em abril de 1964 a R\$ 354,28 em dezembro de 1965), mesma variação ocorrida no de Terceiro Sargento (R\$ 332,71 em abril de 1964 a R\$ 171,77 em dezembro de 1965). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano. O Gráfico 3.1 exemplifica as variações ocorridas.

GRÁFICO 3.1 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO CRUZEIRO – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

3.2.2 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro Novo

O Plano Cruzeiro Novo entrou em vigor em 13 de fevereiro de 1967 e se estendeu até 14 de maio de 1970. A análise da remuneração militar está apresentada na Tabela 3.5 e Tabela 3.6, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1.994.

TABELA 3.5 – DEFASAGEM SALARIAL PLANO CRUZEIRO NOVO - CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Ncr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jan/67	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
fev/67	315,81	444,42	2,43	102,43	25,10	433,88
mar/67	315,81	444,42	2,30	104,79	-	424,12
abr/67	315,81	444,42	2,52	107,43	-	413,70
mai/67	315,81	444,42	1,33	108,86	-	408,27
jun/67	315,81	444,42	0,80	109,73	-	405,03
jul/67	315,81	444,42	2,82	112,82	-	393,92
ago/67	315,81	444,42	0,83	113,76	-	390,68
set/67	315,81	444,42	1,52	115,49	-	384,83
out/67	315,81	444,42	1,50	117,22	-	379,14
nov/67	315,81	444,42	1,59	119,08	-	373,21
dez/67	315,81	444,42	0,50	119,68	-	371,35
jan/68	378,97	533,30	3,28	123,60	20,00	431,47
fev/68	378,97	533,30	2,31	126,46	-	421,72
mar/68	378,97	533,30	2,16	129,19	-	412,81
abr/68	378,97	533,30	2,21	132,04	-	403,88
mai/68	378,97	533,30	1,44	133,95	-	398,15
jun/68	378,97	533,30	2,75	137,63	-	387,49
jul/68	378,97	533,30	1,38	139,53	-	382,22
ago/68	378,97	533,30	1,19	141,19	-	377,72
set/68	378,97	533,30	1,85	143,80	-	370,86
out/68	378,97	533,30	2,23	147,01	-	362,77
nov/68	378,97	533,30	1,46	149,15	-	357,55
dez/68	378,97	533,30	0,64	150,11	-	355,28
jan/69	1.157,59	1.629,01	1,74	152,72	205,46	1.066,66
fev/69	1.157,59	1.629,01	1,40	154,86	-	1.051,93
mar/69	1.157,59	1.629,01	0,54	155,70	-	1.046,28
abr/69	1.157,59	1.629,01	1,22	157,59	-	1.033,67
mai/69	1.157,59	1.629,01	1,21	159,50	-	1.021,31
jun/69	1.157,59	1.629,01	2,16	162,95	-	999,72
jul/69	1.157,59	1.629,01	2,26	166,63	-	977,62
ago/69	1.157,59	1.629,01	1,71	169,48	-	961,19
set/69	1.157,59	1.629,01	2,18	173,17	-	940,68
out/69	1.157,59	1.629,01	1,65	176,03	-	925,41
nov/69	1.157,59	1.629,01	1,49	178,65	-	911,82
dez/69	1.157,59	1.629,01	0,27	179,14	-	909,37
jan/70	1.362,09	1.916,78	1,26	181,39	17,67	1.056,70
fev/70	1.634,78	2.300,53	1,44	184,01	20,02	1.250,25

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Ncr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jan/67	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
mar/70	1.634,78	2.300,53	1,87	187,45	-	1.227,30
abr/70	1.634,78	2.300,53	0,32	188,05	-	1.223,39
mai/70	1.634,78	2.300,53	1,64	191,13	-	1.203,65

NOTA: Elaboração Própria.

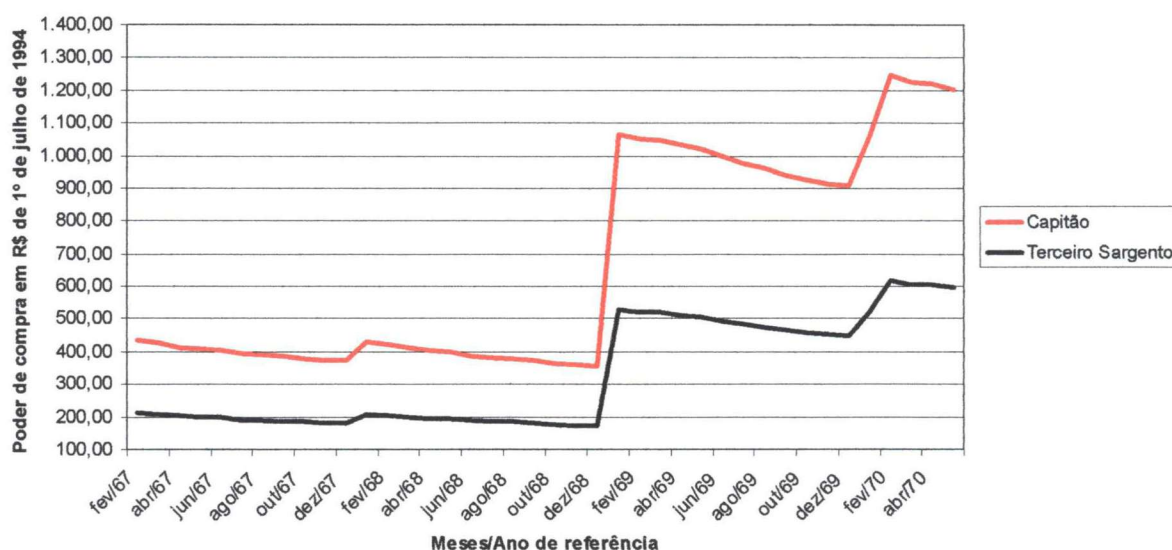
TABELA 3.6 – DEFASAGEM SALARIAL PLANO CRUZEIRO NOVO - TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Ncr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jan/67	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
fev/67	153,00	215,47	2,43	102,43	25,10	210,36
mar/67	153,00	215,47	2,30	104,79	-	205,63
abr/67	153,00	215,47	2,52	107,43	-	200,57
mai/67	153,00	215,47	1,33	108,86	-	197,94
jun/67	153,00	215,47	0,80	109,73	-	196,37
jul/67	153,00	215,47	2,82	112,82	-	190,98
ago/67	153,00	215,47	0,83	113,76	-	189,41
set/67	153,00	215,47	1,52	115,49	-	186,58
out/67	153,00	215,47	1,50	117,22	-	183,82
nov/67	153,00	215,47	1,59	119,08	-	180,94
dez/67	153,00	215,47	0,50	119,68	-	180,04
jan/68	183,60	258,56	3,28	123,60	20,00	209,19
fev/68	183,60	258,56	2,31	126,46	-	204,47
mar/68	183,60	258,56	2,16	129,19	-	200,14
abr/68	183,60	258,56	2,21	132,04	-	195,82
mai/68	183,60	258,56	1,44	133,95	-	193,04
jun/68	183,60	258,56	2,75	137,63	-	187,87
jul/68	183,60	258,56	1,38	139,53	-	185,31
ago/68	183,60	258,56	1,19	141,19	-	183,13
set/68	183,60	258,56	1,85	143,80	-	179,81
out/68	183,60	258,56	2,23	147,01	-	175,88
nov/68	183,60	258,56	1,46	149,15	-	173,35
dez/68	183,60	258,56	0,64	150,11	-	172,25
jan/69	572,83	806,72	1,74	152,72	212,00	528,23
fev/69	572,83	806,72	1,40	154,86	-	520,94
mar/69	572,83	806,72	0,54	155,70	-	518,14
abr/69	572,83	806,72	1,22	157,59	-	511,90
mai/69	572,83	806,72	1,21	159,50	-	505,78
jun/69	572,83	806,72	2,16	162,95	-	495,08
jul/69	572,83	806,72	2,26	166,63	-	484,14
ago/69	572,83	806,72	1,71	169,48	-	476,00
set/69	572,83	806,72	2,18	173,17	-	465,85
out/69	572,83	806,72	1,65	176,03	-	458,28
nov/69	572,83	806,72	1,49	178,65	-	451,56
dez/69	572,83	806,72	0,27	179,14	-	450,34
jan/70	671,92	946,26	1,26	181,39	17,30	521,66
fev/70	806,52	1.135,82	1,44	184,01	20,03	617,28
mar/70	806,52	1.135,82	1,87	187,45	-	605,95
abr/70	806,52	1.135,82	0,32	188,05	-	604,01
mai/70	806,52	1.135,82	1,64	191,13	-	594,27

NOTA: Elaboração Própria.

No período de quarenta meses em que o Plano Cruzeiro Novo esteve em vigor o poder de compra de um Capitão chegou a variar em 251,91% (R\$ 355,28 em dezembro de 1968 e R\$ 1.250,25 em fevereiro de 1970) e o de Terceiro Sargento em 258,36% (R\$ 172,25 em dezembro de 1968 e R\$ 617,28 em fevereiro de 1970). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano, não sendo ainda levado em consideração à variação do plano anterior. O Gráfico 3.2 exemplifica as variações ocorridas.

GRÁFICO 3.2 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO CRUZEIRO NOVO – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

3.2.3 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro II

A volta do padrão monetário Cruzeiro se deu a partir de 15 de maio de 1970 e durou até 27 de fevereiro de 1986. A análise da remuneração militar está apresentada na Tabela 3.7 e Tabela 3.8, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1994.

TABELA 3.7 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO II - CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
jun/70	1.634,78	1.203,65	2,18	102,18	-	1.177,97
jul/70	1.634,78	1.203,65	1,71	103,93	-	1.158,17

continua

continuação						
Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
ago/70	1.634,78	1.203,65	2,34	106,36	-	1.131,68
set/70	1.634,78	1.203,65	1,99	108,48	-	1.109,60
out/70	1.634,78	1.203,65	1,49	110,09	-	1.093,31
nov/70	1.634,78	1.203,65	0,79	110,96	-	1.084,74
dez/70	1.634,78	1.203,65	0,73	111,77	-	1.076,88
jan/71	1.634,78	1.203,65	1,61	113,57	-	1.059,82
fev/71	1.634,78	1.203,65	1,59	115,38	-	1.043,23
mar/71	1.961,40	1.444,13	1,94	117,62	19,98	1.227,84
abr/71	1.961,40	1.444,13	1,75	119,67	-	1.206,73
mai/71	1.961,40	1.444,13	1,82	121,85	-	1.185,16
jun/71	1.961,40	1.444,13	2,30	124,65	-	1.158,51
jul/71	1.961,40	1.444,13	1,50	126,52	-	1.141,39
ago/71	1.961,40	1.444,13	0,93	127,70	-	1.130,87
set/71	1.961,40	1.444,13	1,41	129,50	-	1.115,15
out/71	1.961,40	1.444,13	1,25	131,12	-	1.101,38
nov/71	1.961,40	1.444,13	1,00	132,43	-	1.090,48
dez/71	1.961,40	1.444,13	0,85	133,56	-	1.081,29
jan/72	1.961,40	1.444,13	1,68	135,80	-	1.063,42
fev/72	1.961,40	1.444,13	1,97	138,48	-	1.042,88
mar/72	2.356,20	1.734,81	1,62	140,72	20,13	1.232,82
abr/72	2.356,20	1.734,81	1,06	142,21	-	1.219,89
mai/72	2.356,20	1.734,81	0,88	143,46	-	1.209,25
jun/72	2.356,20	1.734,81	1,04	144,95	-	1.196,80
jul/72	2.356,20	1.734,81	1,37	146,94	-	1.180,63
ago/72	2.356,20	1.734,81	1,44	149,06	-	1.163,87
set/72	2.356,20	1.734,81	1,13	150,74	-	1.150,86
out/72	2.356,20	1.734,81	0,95	152,17	-	1.140,03
nov/72	2.356,20	1.734,81	0,86	153,48	-	1.130,31
dez/72	2.840,60	2.091,47	0,69	154,54	20,56	1.353,35
jan/73	2.840,60	2.091,47	1,69	157,15	-	1.330,86
fev/73	2.840,60	2.091,47	1,15	158,96	-	1.315,72
mar/73	3.250,80	2.393,49	1,45	161,26	14,44	1.484,20
abr/73	3.250,80	2.393,49	1,43	163,57	-	1.463,28
mai/73	3.250,80	2.393,49	1,07	165,32	-	1.447,79
jun/73	3.250,80	2.393,49	0,94	166,87	-	1.434,30
jul/73	3.250,80	2.393,49	1,04	168,61	-	1.419,54
ago/73	3.250,80	2.393,49	1,00	170,30	-	1.405,49
set/73	3.250,80	2.393,49	1,02	172,03	-	1.391,29
out/73	3.250,80	2.393,49	1,48	174,58	-	1.371,00
nov/73	3.250,80	2.393,49	1,21	176,69	-	1.354,61
dez/73	3.250,80	2.393,49	1,09	178,62	-	1.340,01
jan/74	3.250,80	2.393,49	2,93	183,85	-	1.301,86
fev/74	3.250,80	2.393,49	2,64	188,70	-	1.268,38
mar/74	3.901,80	2.872,80	4,52	197,23	20,03	1.456,54
abr/74	3.901,80	2.872,80	5,14	207,37	-	1.385,34
mai/74	3.901,80	2.872,80	3,51	214,65	-	1.338,36
jun/74	3.901,80	2.872,80	1,97	218,88	-	1.312,51
jul/74	3.901,80	2.872,80	1,20	221,51	-	1.296,94
ago/74	3.901,80	2.872,80	1,29	224,36	-	1.280,42
set/74	3.901,80	2.872,80	1,64	228,04	-	1.259,76
continua						

continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra em Real (R\$)
out/74	3.901,80	2.872,80	1,53	231,53		1.240,78
nov/74	3.901,80	2.872,80	1,56	235,14		1.221,72
dez/74	5.360,25	3.946,63	2,20	240,32	37,38	1.642,26
jan/75	5.360,25	3.946,63	2,23	245,68	-	1.606,43
fev/75	5.360,25	3.946,63	2,28	251,28	-	1.570,62
mar/75	6.336,75	4.665,60	1,56	255,20	18,22	1.828,23
abr/75	6.336,75	4.665,60	1,80	259,79	-	1.795,90
mai/75	6.336,75	4.665,60	2,13	265,32	-	1.758,45
jun/75	6.336,75	4.665,60	2,21	271,19	-	1.720,43
jul/75	6.336,75	4.665,60	2,11	276,91	-	1.684,88
ago/75	6.336,75	4.665,60	2,79	284,64	-	1.639,15
set/75	6.336,75	4.665,60	2,32	291,24	-	1.601,98
out/75	6.336,75	4.665,60	2,24	297,76	-	1.566,88
nov/75	6.336,75	4.665,60	2,15	304,17	-	1.533,90
dez/75	6.336,75	4.665,60	2,19	310,83	-	1.501,03
jan/76	6.336,75	4.665,60	3,10	320,46	-	1.455,90
fev/76	6.336,75	4.665,60	4,14	333,73	-	1.398,02
mar/76	9.880,50	7.274,78	3,69	346,04	55,92	2.102,27
abr/76	9.880,50	7.274,78	3,76	359,06	-	2.026,09
mai/76	9.880,50	7.274,78	3,40	371,26	-	1.959,47
jun/76	9.880,50	7.274,78	2,68	381,21	-	1.908,32
jul/76	9.880,50	7.274,78	3,80	395,70	-	1.838,46
ago/76	9.880,50	7.274,78	4,09	411,88	-	1.766,22
set/76	9.880,50	7.274,78	3,43	426,01	-	1.707,65
out/76	9.880,50	7.274,78	2,37	436,11	-	1.668,12
nov/76	9.880,50	7.274,78	1,90	444,39	-	1.637,01
dez/76	9.880,50	7.274,78	2,30	454,61	-	1.600,21
jan/77	9.880,50	7.274,78	3,74	471,62	-	1.542,52
fev/77	9.880,50	7.274,78	3,17	486,57	-	1.495,12
mar/77	12.846,75	9.458,76	4,16	506,81	30,02	1.866,34
abr/77	12.846,75	9.458,76	4,08	527,49	-	1.793,18
mai/77	12.846,75	9.458,76	3,58	546,37	-	1.731,20
jun/77	12.846,75	9.458,76	1,96	557,08	-	1.697,92
jul/77	12.846,75	9.458,76	2,07	568,61	-	1.663,49
ago/77	12.846,75	9.458,76	1,30	576,00	-	1.642,14
set/77	12.846,75	9.458,76	1,77	586,20	-	1.613,58
out/77	12.846,75	9.458,76	2,74	602,26	-	1.570,55
nov/77	12.846,75	9.458,76	2,60	617,92	-	1.530,75
dez/77	12.846,75	9.458,76	2,15	631,20	-	1.498,53
jan/78	12.846,75	9.458,76	2,66	647,99	-	1.459,70
fev/78	12.846,75	9.458,76	3,36	669,77	-	1.412,25
mar/78	17.729,25	13.053,63	3,25	691,53	38,01	1.887,64
abr/78	17.729,25	13.053,63	3,42	715,18	-	1.825,21
mai/78	17.729,25	13.053,63	3,22	738,21	-	1.768,27
jun/78	17.729,25	13.053,63	3,63	765,01	-	1.706,33
jul/78	17.729,25	13.053,63	2,77	786,20	-	1.660,34
ago/78	17.729,25	13.053,63	2,69	807,35	-	1.616,85
set/78	17.729,25	13.053,63	2,54	827,86	-	1.576,80
out/78	17.729,25	13.053,63	2,86	851,53	-	1.532,96
nov/78	17.729,25	13.053,63	2,78	875,21	-	1.491,49

continua

						continuação
Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
dez/78	17.729,25	13.053,63	1,49	888,25	-	1.469,60
jan/79	17.729,25	13.053,63	3,71	921,20	-	1.417,02
fev/79	17.729,25	13.053,63	3,72	955,47	-	1.366,20
mar/79	23.805,45	17.527,39	5,80	1010,89	34,27	1.733,86
abr/79	23.805,45	17.527,39	3,76	1048,90	-	1.671,03
mai/79	23.805,45	17.527,39	2,37	1073,75	-	1.632,35
jun/79	23.805,45	17.527,39	3,42	1110,48	-	1.578,37
jul/79	23.805,45	17.527,39	4,37	1159,00	-	1.512,28
ago/79	23.805,45	17.527,39	5,80	1226,23	-	1.429,38
set/79	23.805,45	17.527,39	7,72	1320,89	-	1.326,94
out/79	23.805,45	17.527,39	5,23	1389,97	-	1.260,99
nov/79	23.805,45	17.527,39	5,60	1467,81	-	1.194,12
dez/79	23.805,45	17.527,39	7,29	1574,82	-	1.112,98
jan/80	36.771,15	27.073,73	6,62	1679,07	54,47	1.612,43
fev/80	36.771,15	27.073,73	4,62	1756,64	-	1.541,22
mar/80	48.397,05	35.633,61	6,04	1862,74	31,62	1.912,96
abr/80	48.397,05	35.633,61	5,29	1961,28	-	1.816,85
mai/80	48.397,05	35.633,61	5,70	2073,07	-	1.718,88
jun/80	48.397,05	35.633,61	5,31	2183,15	-	1.632,21
jul/80	48.397,05	35.633,61	5,55	2304,32	-	1.546,38
ago/80	48.397,05	35.633,61	4,95	2418,38	-	1.473,45
set/80	48.397,05	35.633,61	4,23	2520,68	-	1.413,65
out/80	48.397,05	35.633,61	7,25	2703,43	-	1.318,09
nov/80	48.397,05	35.633,61	6,59	2881,59	-	1.236,60
dez/80	48.397,05	35.633,61	6,39	3065,72	-	1.162,32
jan/81	73.704,15	54.266,63	6,84	3275,42	52,29	1.656,79
fev/81	73.704,15	54.266,63	6,15	3476,85	-	1.560,80
mar/81	73.704,15	54.266,63	5,10	3654,17	-	1.485,06
abr/81	99.496,80	73.257,15	5,04	3838,34	34,99	1.908,56
mai/81	99.496,80	73.257,15	7,39	4122,00	-	1.777,22
jun/81	99.496,80	73.257,15	3,98	4286,05	-	1.709,20
jul/81	99.496,80	73.257,15	6,69	4572,79	-	1.602,02
ago/81	99.496,80	73.257,15	6,28	4859,96	-	1.507,36
set/81	99.496,80	73.257,15	5,29	5117,05	-	1.431,63
out/81	99.496,80	73.257,15	4,57	5350,90	-	1.369,06
nov/81	99.496,80	73.257,15	5,88	5665,53	-	1.293,03
dez/81	99.496,80	73.257,15	4,37	5913,12	-	1.238,89
jan/82	160.634,79	118.271,61	8,32	6405,09	61,45	1.846,53
fev/82	160.634,79	118.271,61	6,14	6798,36	-	1.739,71
mar/82	160.634,79	118.271,61	6,36	7230,74	-	1.635,68
abr/82	160.634,79	118.271,61	5,18	7605,29	-	1.555,12
mai/82	208.824,63	153.752,66	6,46	8096,59	30,00	1.898,98
jun/82	208.824,63	153.752,66	7,38	8694,12	-	1.768,47
jul/82	208.824,63	153.752,66	6,54	9262,72	-	1.659,91
ago/82	208.824,63	153.752,66	5,94	9812,92	-	1.566,84
set/82	208.824,63	153.752,66	5,61	10363,43	-	1.483,61
out/82	208.824,63	153.752,66	4,59	10839,11	-	1.418,50
nov/82	208.824,63	153.752,66	4,59	11336,62	-	1.356,25
dez/82	208.824,63	153.752,66	6,04	12021,36	-	1.279,00
jan/83	330.361,89	243.237,68	10,45	13277,59	58,20	1.831,94

continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra em Real (R\$)
fev/83	330.361,89	243.237,68	6,06	14082,21	-	1.727,27
mar/83	330.361,89	243.237,68	8,54	15284,83	-	1.591,37
abr/83	330.361,89	243.237,68	7,80	16477,05	-	1.476,22
mai/83	330.361,89	243.237,68	5,57	17394,82	-	1.398,33
jun/83	429.469,86	316.208,54	7,87	18763,79	30,00	1.685,21
jul/83	429.469,86	316.208,54	12,06	21026,70	-	1.503,84
ago/83	429.469,86	316.208,54	8,32	22776,12	-	1.388,33
set/83	429.469,86	316.208,54	9,48	24935,30	-	1.268,12
out/83	429.469,86	316.208,54	10,90	27653,25	-	1.143,48
nov/83	429.469,86	316.208,54	6,96	29577,92	-	1.069,07
dez/83	429.469,86	316.208,54	7,44	31778,51	-	995,04
jan/84	708.621,09	521.741,01	10,14	35000,85	65,00	1.490,65
fev/84	708.621,09	521.741,01	9,10	38185,93	-	1.366,32
mar/84	708.621,09	521.741,01	8,98	41615,03	-	1.253,73
abr/84	708.621,09	521.741,01	9,23	45456,10	-	1.147,79
mai/84	708.621,09	521.741,01	9,88	49947,16	-	1.044,59
jun/84	708.621,09	521.741,01	8,14	54012,86	-	965,96
jul/84	1.169.284,20	860.916,41	12,62	60829,28	65,01	1.415,30
ago/84	1.169.284,20	860.916,41	7,32	65281,98	-	1.318,77
set/84	1.169.284,20	860.916,41	11,39	72717,60	-	1.183,92
out/84	1.169.284,20	860.916,41	10,87	80622,00	-	1.067,84
nov/84	1.169.284,20	860.916,41	10,35	88966,38	-	967,69
dez/84	1.169.284,20	860.916,41	10,35	98174,40	-	876,93
jan/85	2.539.863,00	1.870.041,29	14,61	112517,68	117,22	1.662,00
fev/85	2.539.863,00	1.870.041,29	8,95	122588,01	-	1.525,47
mar/85	2.539.863,00	1.870.041,29	12,78	138254,76	-	1.352,61
abr/85	2.539.863,00	1.870.041,29	8,80	150421,18	-	1.243,20
mai/85	2.539.863,00	1.870.041,29	6,76	160589,65	-	1.164,48
jun/85	2.539.863,00	1.870.041,29	7,71	172971,11	-	1.081,13
jul/85	4.805.385,00	3.538.091,76	9,27	189005,53	89,20	1.871,95
ago/85	4.805.385,00	3.538.091,76	12,10	211875,20	-	1.669,89
set/85	4.805.385,00	3.538.091,76	11,98	237257,85	-	1.491,24
out/85	4.805.385,00	3.538.091,76	9,60	260034,61	-	1.360,62
nov/85	4.805.385,00	3.538.091,76	11,12	288950,46	-	1.224,46
dez/85	4.805.385,00	3.538.091,76	13,36	327554,24	-	1.080,15
jan/86	9.098.967,00	6.699.355,04	16,23	380716,29	89,35	1.759,67
fev/86	9.098.967,00	6.699.355,04	11,23	423470,73	-	1.582,01

NOTA: Elaboração Própria.

TABELA 3.8 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO II – TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
jun/70	806,52	594,27	2,18	102,18	-	581,59
jul/70	806,52	594,27	1,71	103,93	-	571,81
ago/70	806,52	594,27	2,34	106,36	-	558,74
set/70	806,52	594,27	1,99	108,48	-	547,84
out/70	806,52	594,27	1,49	110,09	-	539,79
nov/70	806,52	594,27	0,79	110,96	-	535,56

continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra em Real (R\$)
dez/70	806,52	594,27	0,73	111,77	-	531,68
jan/71	806,52	594,27	1,61	113,57	-	523,26
fev/71	806,52	594,27	1,59	115,38	-	515,07
mar/71	967,20	712,66	1,94	117,62	19,92	605,93
abr/71	967,20	712,66	1,75	119,67	-	595,51
mai/71	967,20	712,66	1,82	121,85	-	584,86
jun/71	967,20	712,66	2,30	124,65	-	571,71
jul/71	967,20	712,66	1,50	126,52	-	563,26
ago/71	967,20	712,66	0,93	127,70	-	558,07
set/71	967,20	712,66	1,41	129,50	-	550,31
out/71	967,20	712,66	1,25	131,12	-	543,52
nov/71	967,20	712,66	1,00	132,43	-	538,14
dez/71	967,20	712,66	0,85	133,56	-	533,60
jan/72	967,20	712,66	1,68	135,80	-	524,79
fev/72	967,20	712,66	1,97	138,48	-	514,65
mar/72	1.162,20	856,35	1,62	140,72	20,16	608,55
abr/72	1.162,20	856,35	1,06	142,21	-	602,17
mai/72	1.162,20	856,35	0,88	143,46	-	596,91
jun/72	1.162,20	856,35	1,04	144,95	-	590,77
jul/72	1.162,20	856,35	1,37	146,94	-	582,79
ago/72	1.162,20	856,35	1,44	149,06	-	574,51
set/72	1.162,20	856,35	1,13	150,74	-	568,09
out/72	1.162,20	856,35	0,95	152,17	-	562,75
nov/72	1.162,20	856,35	0,86	153,48	-	557,95
dez/72	1.396,20	1.028,77	0,69	154,54	20,13	665,69
jan/73	1.396,20	1.028,77	1,69	157,15	-	654,63
fev/73	1.396,20	1.028,77	1,15	158,96	-	647,19
mar/73	1.602,90	1.181,07	1,45	161,26	14,80	732,38
abr/73	1.602,90	1.181,07	1,43	163,57	-	722,06
mai/73	1.602,90	1.181,07	1,07	165,32	-	714,41
jun/73	1.602,90	1.181,07	0,94	166,87	-	707,76
jul/73	1.602,90	1.181,07	1,04	168,61	-	700,47
ago/73	1.602,90	1.181,07	1,00	170,30	-	693,54
set/73	1.602,90	1.181,07	1,02	172,03	-	686,54
out/73	1.602,90	1.181,07	1,48	174,58	-	676,52
nov/73	1.602,90	1.181,07	1,21	176,69	-	668,43
dez/73	1.602,90	1.181,07	1,09	178,62	-	661,23
jan/74	1.602,90	1.181,07	2,93	183,85	-	642,41
fev/74	1.602,90	1.181,07	2,64	188,70	-	625,88
mar/74	1.922,70	1.416,71	4,52	197,23	19,95	718,29
abr/74	1.922,70	1.416,71	5,14	207,37	-	683,17
mai/74	1.922,70	1.416,71	3,51	214,65	-	660,01
jun/74	1.922,70	1.416,71	1,97	218,88	-	647,25
jul/74	1.922,70	1.416,71	1,20	221,51	-	639,58
ago/74	1.922,70	1.416,71	1,29	224,36	-	631,43
set/74	1.922,70	1.416,71	1,64	228,04	-	621,25
out/74	1.922,70	1.416,71	1,53	231,53	-	611,88
nov/74	1.922,70	1.416,71	1,56	235,14	-	602,49
dez/74	2.606,40	1.920,48	2,20	240,32	35,56	799,14

continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra em Real (R\$)
jan/75	2.606,40	1.920,48	2,23	245,68	-	781,71
fev/75	2.606,40	1.920,48	2,28	251,28	-	764,29
mar/75	3.076,80	2.267,09	1,56	255,20	18,05	888,37
abr/75	3.076,80	2.267,09	1,80	259,79	-	872,66
mai/75	3.076,80	2.267,09	2,13	265,32	-	854,46
jun/75	3.076,80	2.267,09	2,21	271,19	-	835,98
jul/75	3.076,80	2.267,09	2,11	276,91	-	818,71
ago/75	3.076,80	2.267,09	2,79	284,64	-	796,49
set/75	3.076,80	2.267,09	2,32	291,24	-	778,43
out/75	3.076,80	2.267,09	2,24	297,76	-	761,37
nov/75	3.076,80	2.267,09	2,15	304,17	-	745,35
dez/75	3.076,80	2.267,09	2,19	310,83	-	729,37
jan/76	3.076,80	2.267,09	3,10	320,46	-	707,44
fev/76	3.076,80	2.267,09	4,14	333,73	-	679,32
mar/76	4.372,80	3.222,02	3,69	346,04	42,12	931,10
abr/76	4.372,80	3.222,02	3,76	359,06	-	897,36
mai/76	4.372,80	3.222,02	3,40	371,26	-	867,85
jun/76	4.372,80	3.222,02	2,68	381,21	-	845,20
jul/76	4.372,80	3.222,02	3,80	395,70	-	814,26
ago/76	4.372,80	3.222,02	4,09	411,88	-	782,27
set/76	4.372,80	3.222,02	3,43	426,01	-	756,32
out/76	4.372,80	3.222,02	2,37	436,11	-	738,81
nov/76	4.372,80	3.222,02	1,90	444,39	-	725,04
dez/76	4.372,80	3.222,02	2,30	454,61	-	708,74
jan/77	4.372,80	3.222,02	3,74	471,62	-	683,19
fev/77	4.372,80	3.222,02	3,17	486,57	-	662,19
mar/77	5.683,20	4.187,57	4,16	506,81	29,97	826,26
abr/77	5.683,20	4.187,57	4,08	527,49	-	793,87
mai/77	5.683,20	4.187,57	3,58	546,37	-	766,43
jun/77	5.683,20	4.187,57	1,96	557,08	-	751,70
jul/77	5.683,20	4.187,57	2,07	568,61	-	736,46
ago/77	5.683,20	4.187,57	1,30	576,00	-	727,00
set/77	5.683,20	4.187,57	1,77	586,20	-	714,36
out/77	5.683,20	4.187,57	2,74	602,26	-	695,31
nov/77	5.683,20	4.187,57	2,60	617,92	-	677,69
dez/77	5.683,20	4.187,57	2,15	631,20	-	663,43
jan/78	5.683,20	4.187,57	2,66	647,99	-	646,24
fev/78	5.683,20	4.187,57	3,36	669,77	-	625,23
mar/78	7.843,20	5.779,12	3,25	691,53	38,01	835,70
abr/78	7.843,20	5.779,12	3,42	715,18	-	808,06
mai/78	7.843,20	5.779,12	3,22	738,21	-	782,85
jun/78	7.843,20	5.779,12	3,63	765,01	-	755,43
jul/78	7.843,20	5.779,12	2,77	786,20	-	735,07
ago/78	7.843,20	5.779,12	2,69	807,35	-	715,81
set/78	7.843,20	5.779,12	2,54	827,86	-	698,08
out/78	7.843,20	5.779,12	2,86	851,53	-	678,67
nov/78	7.843,20	5.779,12	2,78	875,21	-	660,32
dez/78	7.843,20	5.779,12	1,49	888,25	-	650,62
jan/79	7.843,20	5.779,12	3,71	921,20	-	627,35

continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra
						em Real (R\$)
fev/79	7.843,20	5.779,12	3,72	955,47	-	604,85
mar/79	12.355,20	9.103,71	5,80	1010,89	57,53	900,57
abr/79	12.355,20	9.103,71	3,76	1048,90	-	867,93
mai/79	12.355,20	9.103,71	2,37	1073,75	-	847,84
jun/79	12.355,20	9.103,71	3,42	1110,48	-	819,80
jul/79	12.355,20	9.103,71	4,37	1159,00	-	785,48
ago/79	12.355,20	9.103,71	5,80	1226,23	-	742,42
set/79	12.355,20	9.103,71	7,72	1320,89	-	689,21
out/79	12.355,20	9.103,71	5,23	1389,97	-	654,96
nov/79	12.355,20	9.103,71	5,60	1467,81	-	620,22
dez/79	12.355,20	9.103,71	7,29	1574,82	-	578,08
jan/80	17.296,20	12.744,40	6,62	1679,07	39,99	759,02
fev/80	17.296,20	12.744,40	4,62	1756,64	-	725,50
mar/80	21.621,60	15.931,49	6,04	1862,74	25,01	855,27
abr/80	21.621,60	15.931,49	5,29	1961,28	-	812,30
mai/80	21.621,60	15.931,49	5,70	2073,07	-	768,50
jun/80	21.621,60	15.931,49	5,31	2183,15	-	729,75
jul/80	21.621,60	15.931,49	5,55	2304,32	-	691,38
ago/80	21.621,60	15.931,49	4,95	2418,38	-	658,77
set/80	21.621,60	15.931,49	4,23	2520,68	-	632,03
out/80	21.621,60	15.931,49	7,25	2703,43	-	589,31
nov/80	21.621,60	15.931,49	6,59	2881,59	-	552,87
dez/80	21.621,60	15.931,49	6,39	3065,72	-	519,67
jan/81	32.923,80	24.259,32	6,84	3275,42	52,27	740,65
fev/81	32.923,80	24.259,32	6,15	3476,85	-	697,74
mar/81	32.923,80	24.259,32	5,10	3654,17	-	663,88
abr/81	44.447,40	32.750,28	5,04	3838,34	35,00	853,24
mai/81	44.447,40	32.750,28	7,39	4122,00	-	794,52
jun/81	44.447,40	32.750,28	3,98	4286,05	-	764,11
jul/81	44.447,40	32.750,28	6,69	4572,79	-	716,20
ago/81	44.447,40	32.750,28	6,28	4859,96	-	673,88
set/81	44.447,40	32.750,28	5,29	5117,05	-	640,02
out/81	44.447,40	32.750,28	4,57	5350,90	-	612,05
nov/81	44.447,40	32.750,28	5,88	5665,53	-	578,06
dez/81	44.447,40	32.750,28	4,37	5913,12	-	553,86
jan/82	73.438,44	54.111,82	8,32	6405,09	65,23	844,83
fev/82	73.438,44	54.111,82	6,14	6798,36	-	795,95
mar/82	73.438,44	54.111,82	6,36	7230,74	-	748,36
abr/82	73.438,44	54.111,82	5,18	7605,29	-	711,50
mai/82	95.468,28	70.344,11	6,46	8096,59	30,00	868,81
jun/82	95.468,28	70.344,11	7,38	8694,12	-	809,10
jul/82	95.468,28	70.344,11	6,54	9262,72	-	759,43
ago/82	95.468,28	70.344,11	5,94	9812,92	-	716,85
set/82	95.468,28	70.344,11	5,61	10363,43	-	678,77
out/82	95.468,28	70.344,11	4,59	10839,11	-	648,98
nov/82	95.468,28	70.344,11	4,59	11336,62	-	620,50
dez/82	95.468,28	70.344,11	6,04	12021,36	-	585,16
jan/83	151.033,56	111.286,41	10,45	13277,59	58,20	838,15
fev/83	151.033,56	111.286,41	6,06	14082,21	-	790,26
mar/83	151.033,56	111.286,41	8,54	15284,83	-	728,08

continua

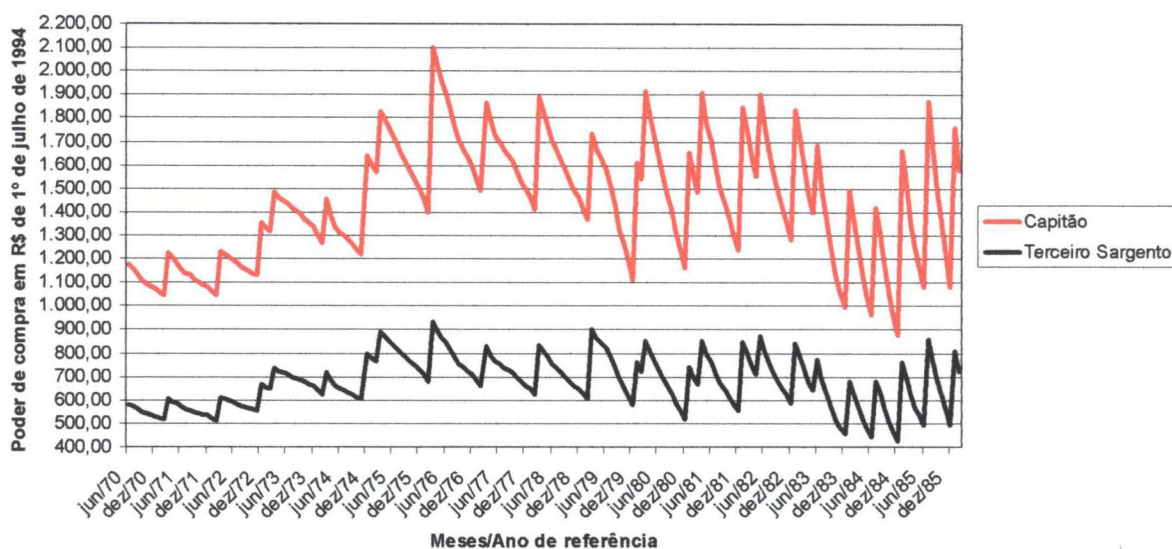
Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mai/70	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra
						em Real (R\$)
abr/83	151.033,56	111.286,41	7,80	16477,05	-	675,40
mai/83	151.033,56	111.286,41	5,57	17394,82	-	639,77
jun/83	196.345,32	144.673,58	7,87	18763,79	30,00	771,03
jul/83	196.345,32	144.673,58	12,06	21026,70	-	688,05
ago/83	196.345,32	144.673,58	8,32	22776,12	-	635,20
set/83	196.345,32	144.673,58	9,48	24935,30	-	580,20
out/83	196.345,32	144.673,58	10,90	27653,25	-	523,17
nov/83	196.345,32	144.673,58	6,96	29577,92	-	489,13
dez/83	196.345,32	144.673,58	7,44	31778,51	-	455,26
jan/84	323.967,24	238.709,53	10,14	35000,85	65,00	682,01
fev/84	323.967,24	238.709,53	9,10	38185,93	-	625,12
mar/84	323.967,24	238.709,53	8,98	41615,03	-	573,61
abr/84	323.967,24	238.709,53	9,23	45456,10	-	525,14
mai/84	323.967,24	238.709,53	9,88	49947,16	-	477,92
jun/84	323.967,24	238.709,53	8,14	54012,86	-	441,95
jul/84	562.993,20	414.831,58	12,62	60829,28	73,78	681,96
ago/84	562.993,20	414.831,58	7,32	65281,98	-	635,45
set/84	562.993,20	414.831,58	11,39	72717,60	-	570,47
out/84	562.993,20	414.831,58	10,87	80622,00	-	514,54
nov/84	562.993,20	414.831,58	10,35	88966,38	-	466,28
dez/84	562.993,20	414.831,58	10,35	98174,40	-	422,55
jan/85	1.164.402,00	857.969,02	14,61	112517,68	106,82	762,52
fev/85	1.164.402,00	857.969,02	8,95	122588,01	-	699,88
mar/85	1.164.402,00	857.969,02	12,78	138254,76	-	620,57
abr/85	1.164.402,00	857.969,02	8,80	150421,18	-	570,38
mai/85	1.164.402,00	857.969,02	6,76	160589,65	-	534,26
jun/85	1.164.402,00	857.969,02	7,71	172971,11	-	496,02
jul/85	2.203.092,00	1.623.309,38	9,27	189005,53	89,20	858,87
ago/85	2.203.092,00	1.623.309,38	12,10	211875,20	-	766,16
set/85	2.203.092,00	1.623.309,38	11,98	237257,85	-	684,20
out/85	2.203.092,00	1.623.309,38	9,60	260034,61	-	624,27
nov/85	2.203.092,00	1.623.309,38	11,12	288950,46	-	561,80
dez/85	2.203.092,00	1.623.309,38	13,36	327554,24	-	495,58
jan/86	4.171.500,00	3.073.696,01	16,23	380716,29	89,35	807,35
fev/86	4.171.500,00	3.073.696,01	11,26	423584,94	-	725,64

NOTA: Elaboração Própria.

O Plano Cruzeiro II vigorou por mais de quinze anos (cento e oitenta e nove meses) e vivenciou períodos diversos da economia brasileira. Na década de setenta a inflação encontrou-se relativamente controlada e o crescimento brasileiro esteve entre os maiores do mundo no que ficou conhecido como o Milagre Econômico. Mesmo com as crises internacionais do petróleo em 1.973 e 1.979, o país continuou a crescer principalmente impulsionado pelo crédito externo. Contudo, a partir da década de oitenta, crises econômicas em diversos países em desenvolvimento como, por exemplo, no México, fizeram com que o crédito externo fosse reduzido e

ainda houvesse uma grande elevação das taxas de juros internacionais. Com isso, o crescimento brasileiro diminuiu consideravelmente e a inflação passou a ser, mais do que em qualquer outro momento, uma preocupação da economia nacional. Neste período o poder de compra de um Capitão chegou a variar em 139,73% (R\$ 2.102,27 em março de 1976 e R\$ 876,93 em dezembro de 1984) e o de Terceiro Sargento em 120,35% (R\$ 931,10 em março de 1976 e R\$ 422,55 em dezembro de 1984). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano, não sendo ainda levado em consideração às variações dos planos anteriores. O Gráfico 3.3 exemplifica as variações ocorridas.

GRÁFICO 3.3 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO CRUZEIRO II – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

3.2.4 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzado

O padrão monetário Cruzado vigorou de 28 de fevereiro de 1986 a 15 de janeiro de 1989. A análise da remuneração militar está apresentada na Tabela 3.9 e Tabela 3.10, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1994.

TABELA 3.9 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZADO - CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cz\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base fev/86	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
mar/86	8.999,73	1.564,61	-0,11	99,89	-1,10	1.566,33

continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cz\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base fev/86	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra em Real (R\$)
abr/86	8.999,73	1.564,61	0,78	100,67	-	1.554,21
mai/86	8.999,73	1.564,61	1,40	102,08	-	1.532,75
jun/86	8.999,73	1.564,61	1,27	103,37	-	1.513,53
jul/86	8.999,73	1.564,61	1,71	105,14	-	1.488,08
ago/86	8.999,73	1.564,61	3,55	108,88	-	1.437,07
set/86	8.999,73	1.564,61	1,72	110,75	-	1.412,77
out/86	8.999,73	1.564,61	1,90	112,85	-	1.386,43
nov/86	8.999,73	1.564,61	5,45	119,00	-	1.314,77
dez/86	8.999,73	1.564,61	11,65	132,87	-	1.177,58
jan/87	15.098,04	2.624,81	13,21	150,42	67,76	1.745,01
fev/87	15.098,04	2.624,81	12,64	169,43	-	1.549,19
mar/87	18.117,50	3.149,74	16,37	197,17	20,00	1.597,50
abr/87	21.741,30	3.779,74	19,10	234,83	20,00	1.609,60
mai/87	26.089,56	4.535,69	21,45	285,20	20,00	1.590,38
jun/87	26.207,63	4.556,22	19,71	341,41	0,45	1.334,54
jul/87	26.207,63	4.556,22	9,21	372,85	-	1.221,99
ago/87	26.207,63	4.556,22	4,87	391,01	-	1.165,25
set/87	33.271,38	5.784,26	7,78	421,43	26,95	1.372,53
out/87	47.026,08	8.175,52	11,22	468,71	41,34	1.744,25
nov/87	49.975,16	8.688,22	15,08	539,40	6,27	1.610,73
dez/87	55.392,12	9.629,96	14,15	615,72	10,84	1.564,02
jan/88	99.989,33	17.383,22	18,89	732,03	80,51	2.374,66
fev/88	110.827,85	19.267,51	15,70	846,96	10,84	2.274,91
mar/88	128.771,69	22.387,06	17,60	996,02	16,19	2.247,64
abr/88	128.771,69	22.387,06	19,29	1188,16	-	1.884,18
mai/88	128.771,69	22.387,06	17,42	1395,13	-	1.604,65
jun/88	151.538,09	26.345,01	22,00	1702,06	17,68	1.547,83
jul/88	178.330,68	31.002,93	21,91	2074,98	17,68	1.494,13
ago/88	243.836,10	42.391,09	21,59	2522,97	36,73	1.680,20
set/88	295.993,04	51.458,62	27,45	3215,53	21,39	1.600,32
out/88	482.095,45	83.812,67	25,62	4039,35	62,87	2.074,91
nov/88	679.948,16	118.209,51	27,94	5167,94	41,04	2.287,36
dez/88	857.075,23	149.003,19	28,70	6651,14	26,05	2.240,27
jan/89	1.408.680,00	244.900,10	37,49	9144,65	64,36	2.678,07

NOTA: Elaboração Própria.

TABELA 3.10 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZADO – TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cz\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base fev/86	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
mar/86	4.126,14	717,66	-0,11	99,89	-1,10	718,45
abr/86	4.126,14	717,66	0,78	100,67	-	712,89
mai/86	4.126,14	717,66	1,40	102,08	-	703,05
jun/86	4.126,14	717,66	1,27	103,37	-	694,23
jul/86	4.126,14	717,66	1,71	105,14	-	682,56
ago/86	4.126,14	717,66	3,55	108,88	-	659,16
set/86	4.126,14	717,66	1,72	110,75	-	648,01
out/86	4.126,14	717,66	1,90	112,85	-	635,93
nov/86	4.126,14	717,66	5,45	119,00	-	603,06

continua

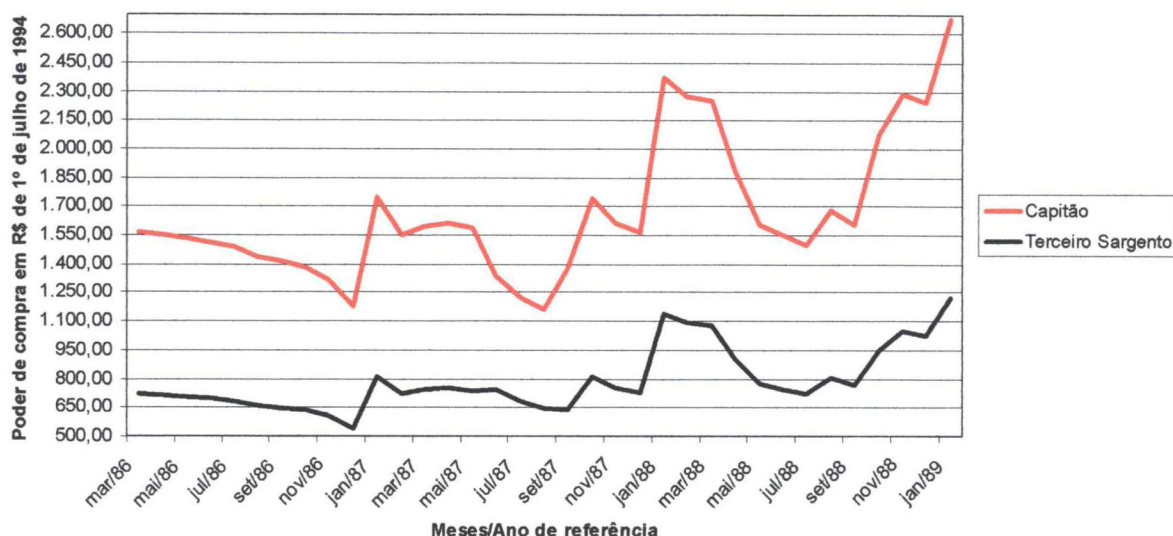
Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cz\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base fev/86	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra em Real (R\$)
dez/86	4.126,14	717,66	11,65	132,87	-	540,14
jan/87	7.019,99	1.220,99	13,21	150,42	70,13	811,73
fev/87	7.019,99	1.220,99	12,64	169,43	-	720,64
mar/87	8.399,34	1.460,90	16,37	197,17	19,65	740,95
abr/87	10.109,19	1.758,29	19,10	234,83	20,36	748,77
mai/87	12.130,44	2.109,85	21,45	285,20	19,99	739,79
jun/87	14.556,68	2.531,84	19,71	341,41	20,00	741,59
jul/87	14.556,68	2.531,84	9,21	372,85	-	679,05
ago/87	14.556,68	2.531,84	4,87	391,01	-	647,52
set/87	15.469,55	2.690,62	7,78	421,43	6,27	638,45
out/87	21.864,78	3.802,94	11,22	468,71	41,34	811,36
nov/87	23.236,29	4.041,49	15,08	539,40	6,27	749,26
dez/87	25.755,14	4.479,59	14,15	615,72	10,84	727,54
jan/88	48.033,72	8.354,51	18,89	732,03	86,50	1.141,28
fev/88	53.241,20	9.260,25	15,70	846,96	10,84	1.093,35
mar/88	61.861,28	10.759,54	17,60	996,02	16,19	1.080,25
abr/88	61.861,28	10.759,54	19,29	1188,16	-	905,57
mai/88	61.861,28	10.759,54	17,42	1395,13	-	771,22
jun/88	72.798,08	12.661,78	22,00	1702,06	17,68	743,91
jul/88	85.668,66	14.900,36	21,91	2074,98	17,68	718,10
ago/88	117.136,95	20.373,64	21,59	2522,97	36,73	807,53
set/88	142.193,10	24.731,66	27,45	3215,53	21,39	769,13
out/88	220.226,33	38.303,99	25,62	4039,35	54,88	948,27
nov/88	310.607,55	54.024,01	27,94	5167,94	41,04	1.045,37
dez/88	392.511,08	68.269,50	28,70	6651,14	26,37	1.026,43
jan/89	643.500,00	111.924,03	37,49	9144,65	63,94	1.223,93

NOTA: Elaboração Própria.

Nos trinta e cinco meses em que o Plano Cruzado vigorou a inflação brasileira disparou chegando a 980,21%⁴ em 1988. O país ainda enfrentou forte recessão econômica chegando inclusive a declarar moratória dos juros em 1987. Neste curto período as reposições salariais se tornaram praticamente mensais em virtude da grande desvalorização monetária, sendo que o poder de compra de um Capitão chegou a variar em 129,83% (R\$ 1.165,25 em agosto de 1987 e R\$ 2.678,07 em janeiro de 1989) e o de Terceiro Sargento em 126,59% (R\$ 540,14 em dezembro de 1986 e R\$ 1.223,93 em janeiro de 1989). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano, não sendo ainda levado em consideração às variações dos planos anteriores. O Gráfico 3.4 exemplifica as variações ocorridas.

⁴ Dados com base na inflação mensal divulgada pelo IBGE e cálculo da inflação acumulada. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaulttab1.shtml> Acesso em: 25 Set. 08.

GRÁFICO 3.4 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO CRUZADO – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

3.2.5 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzado Novo

Mais uma mudança de padrão monetário ocorreu a partir de 16 janeiro de 1989 quando entrou em vigor o Plano Cruzado Novo, que durou até 15 de março de 1990. A análise da remuneração militar está apresentada na Tabela 3.11 e Tabela 3.12, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1994.

TABELA 3.11 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZADO NOVO - CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (NCz\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jan/89	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
fev/89	1.408,68	2.678,07	16,78	116,78	-	2.293,26
mar/89	1.408,68	2.678,07	6,82	124,74	-	2.146,85
abr/89	1.408,68	2.678,07	8,33	135,14	-	1.981,76
mai/89	1.831,28	3.481,49	17,92	159,35	30,00	2.184,78
jun/89	1.831,28	3.481,49	28,65	205,01	-	1.698,24
jul/89	2.513,05	4.777,61	27,74	261,87	37,23	1.824,39
ago/89	3.081,94	5.859,14	33,71	350,15	22,64	1.673,31
set/89	3.796,21	7.217,06	37,56	481,67	23,18	1.498,34
out/89	5.689,80	10.817,00	39,77	673,23	49,88	1.606,73
nov/89	10.968,74	20.852,90	47,82	995,17	92,78	2.095,41
dez/89	16.975,50	32.272,46	51,50	1507,68	54,76	2.140,53
jan/90	32.115,20	61.054,85	67,55	2526,12	89,19	2.416,94
fev/90	53.359,17	101.442,20	75,73	4439,15	66,15	2.285,17
mar/90	103.175,58	196.149,17	82,39	8096,57	93,36	2.422,62

NOTA: Elaboração Própria.

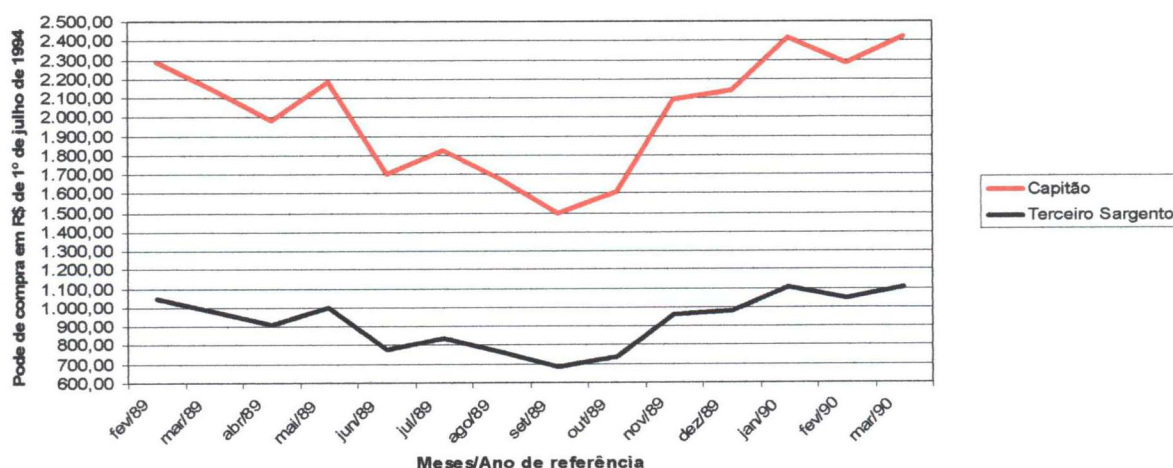
TABELA 3.12 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZADO NOVO – TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (NCz\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jan/89	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
fev/89	643,50	1.223,93	16,78	116,78	-	1.048,06
mar/89	643,50	1.223,93	6,82	124,74	-	981,15
abr/89	643,50	1.223,93	8,33	135,14	-	905,71
mai/89	836,55	1.591,11	17,92	159,35	30,00	998,49
jun/89	836,55	1.591,11	28,65	205,01	-	776,13
jul/89	1.148,40	2.184,24	27,74	261,87	37,28	834,08
ago/89	1.408,28	2.678,52	33,71	350,15	22,63	764,96
set/89	1.734,15	3.298,33	37,56	481,67	23,14	684,77
out/89	2.599,58	4.944,36	39,77	673,23	49,90	734,42
nov/89	5.011,05	9.530,96	47,82	995,17	92,76	957,72
dez/89	7.755,00	14.749,93	51,50	1507,68	54,76	978,32
jan/90	14.670,98	27.904,03	67,55	2526,12	89,18	1.104,62
fev/90	24.375,45	46.361,84	75,73	4439,15	66,15	1.044,38
mar/90	47.062,95	89.513,22	82,39	8096,57	93,08	1.105,57

NOTA: Elaboração Própria.

O Plano Cruzado Novo teve duração de apenas quatorze meses onde persistiram no país altos índices de inflação, que alcançaram 1.972,91%⁵ no acumulado de 1989. Neste contexto, o poder de compra de um Capitão chegou a variar em 61,69% (R\$ 1.498,34 em setembro de 1989 e R\$ 2.422,62 em março de 1990) e o de Terceiro Sargento em 61,45% (R\$ 684,77 em setembro de 1989 e R\$ 1.105,57 em março de 1990). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano, não sendo ainda levado em consideração às variações dos planos anteriores. O Gráfico 3.5 exemplifica as variações ocorridas.

GRÁFICO 3.5 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO CRUZADO NOVO – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

⁵ Idem a 4.

3.2.6 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro III

Em 16 de março de 1990 voltou a vigorar no Brasil o Plano Cruzeiro, que desta vez se estendeu até 31 de julho de 1993. A análise da remuneração militar está apresentada na Tabela 3.13 e Tabela 3.14, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1994.

TABELA 3.13 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO – CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base abr/90	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
abr/90	103.175,58	2.422,62	15,52	115,52	-	2.097,14
mai/90	103.175,58	2.422,62	7,59	124,29	-	1.949,20
jun/90	103.175,58	2.422,62	11,75	138,89	-	1.744,25
jul/90	103.175,58	2.422,62	12,92	156,84	-	1.544,68
ago/90	103.175,58	2.422,62	12,88	177,04	-	1.368,42
set/90	103.175,58	2.422,62	14,41	202,55	-	1.196,07
out/90	133.932,96	3.144,82	14,36	231,63	29,81	1.357,67
nov/90	133.932,96	3.144,82	16,81	270,57	-	1.162,29
dez/90	133.932,96	3.144,82	18,44	320,47	-	981,33
jan/91	242.418,48	5.692,12	20,75	386,96	81,00	1.470,98
fev/91	265.109,06	6.224,91	20,72	467,14	9,36	1.332,56
mar/91	265.109,06	6.224,91	11,92	522,82	-	1.190,63
abr/91	265.109,06	6.224,91	4,99	548,91	-	1.134,04
mai/91	322.518,49	7.572,91	7,43	589,70	21,66	1.284,21
jun/91	322.518,49	7.572,91	11,19	655,68	-	1.154,96
jul/91	386.660,09	9.078,99	12,41	737,05	19,89	1.231,79
ago/91	386.660,09	9.078,99	0,00	737,05	-	1.231,79
set/91	386.660,09	9.078,99	33,71	985,51	-	921,24
out/91	1.090.866,00	25.614,14	20,23	1184,88	182,13	2.161,74
nov/91	1.090.866,00	25.614,14	25,21	1483,59	-	1.726,49
dez/91	1.309.039,20	30.736,97	23,71	1835,35	20,00	1.674,72
jan/92	1.832.655,72	43.031,78	25,94	2311,44	40,00	1.861,68
fev/92	2.290.818,60	53.789,70	24,32	2873,59	25,00	1.871,87
mar/92	2.618.078,40	61.473,94	21,40	3488,54	14,29	1.762,17
abr/92	3.403.502,76	79.916,14	19,93	4183,80	30,00	1.910,13
mai/92	4.058.022,36	95.284,63	24,86	5223,89	19,23	1.824,02
jun/92	4.712.541,96	110.653,11	20,21	6279,64	16,13	1.762,09
jul/92	4.712.541,96	110.653,11	21,83	7650,49	-	1.446,35
ago/92	6.059.070,00	142.270,34	22,14	9344,31	28,57	1.522,53
set/92	9.079.776,00	213.198,20	24,63	11645,81	49,85	1.830,69
out/92	9.079.776,00	213.198,20	25,24	14585,21	-	1.461,74
nov/92	9.079.776,00	213.198,20	22,49	17865,43	-	1.193,36
dez/92	9.079.776,00	213.198,20	25,24	22374,66	-	952,86
jan/93	24.913.704,00	584.987,65	30,35	29165,37	174,39	2.005,76
fev/93	24.913.704,00	584.987,65	24,98	36450,88	-	1.604,87

continua

continuação						
Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base abr/90	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
mar/93	35.084.340,00	823.799,85	27,26	46387,39	40,82	1.775,91
abr/93	35.084.340,00	823.799,85	27,75	59259,90	-	1.390,15
mai/93	64.906.056,00	1.524.030,35	27,69	75668,96	85,00	2.014,08
jun/93	64.906.056,00	1.524.030,35	30,07	98422,62	-	1.548,46
jul/93	86.759.964,00	2.037.172,29	30,72	128658,05	33,67	1.583,40

NOTA: Elaboração Própria.

TABELA 3.14 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO – TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base abr/90	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
abr/90	47.062,95	1.105,57	15,52	115,52	-	957,04
mai/90	47.062,95	1.105,57	7,59	124,29	-	889,52
jun/90	47.062,95	1.105,57	11,75	138,89	-	795,99
jul/90	47.062,95	1.105,57	12,92	156,84	-	704,92
ago/90	47.062,95	1.105,57	12,88	177,04	-	624,48
set/90	47.062,95	1.105,57	14,41	202,55	-	545,83
out/90	61.182,00	1.437,24	14,36	231,63	30,00	620,48
nov/90	61.182,00	1.437,24	16,81	270,57	-	531,19
dez/90	61.182,00	1.437,24	18,44	320,47	-	448,49
jan/91	110.739,75	2.601,42	20,75	386,96	81,00	672,27
fev/91	121.105,05	2.844,92	20,72	467,14	9,36	609,01
mar/91	121.105,05	2.844,92	11,92	522,82	-	544,14
abr/91	121.105,05	2.844,92	4,99	548,91	-	518,28
mai/91	146.230,43	3.435,14	7,43	589,70	20,75	582,53
jun/91	146.230,43	3.435,14	11,19	655,68	-	523,90
jul/91	175.475,85	4.122,16	12,41	737,05	20,00	559,27
ago/91	175.475,85	4.122,16	0,00	737,05	-	559,27
set/91	175.475,85	4.122,16	33,71	985,51	-	418,27
out/91	521.746,11	12.256,50	20,23	1184,88	197,33	1.034,40
nov/91	521.746,11	12.256,50	25,21	1483,59	-	826,14
dez/91	626.095,17	14.707,79	23,71	1835,35	20,00	801,36
jan/92	876.533,40	20.590,91	25,94	2311,44	40,00	890,82
fev/92	1.095.665,94	25.738,62	24,32	2873,59	25,00	895,70
mar/92	1.252.189,53	29.415,56	21,40	3488,54	14,29	843,21
abr/92	1.627.846,47	38.240,23	19,93	4183,80	30,00	914,01
mai/92	1.940.894,46	45.594,14	24,86	5223,89	19,23	872,80
jun/92	2.253.941,64	52.948,03	20,21	6279,64	16,13	843,17
jul/92	2.253.941,64	52.948,03	21,83	7650,49	-	692,09
ago/92	2.905.104,00	68.244,68	22,14	9344,31	28,89	730,33
set/92	3.039.240,00	71.395,71	24,63	11645,81	4,62	613,06
out/92	3.039.240,00	71.395,71	25,24	14585,21	-	489,51
nov/92	3.039.240,00	71.395,71	22,49	17865,43	-	399,63
dez/92	3.039.240,00	71.395,71	25,24	22374,66	-	319,09
jan/93	11.665.962,00	274.048,64	30,35	29165,37	283,84	939,64
fev/93	11.665.962,00	274.048,64	24,98	36450,88	-	751,83
mar/93	16.456.125,00	386.575,81	27,26	46387,39	41,06	833,36
abr/93	16.456.125,00	386.575,81	27,75	59259,90	-	652,34
mai/93	30.443.805,00	715.164,64	27,69	75668,96	85,00	945,12

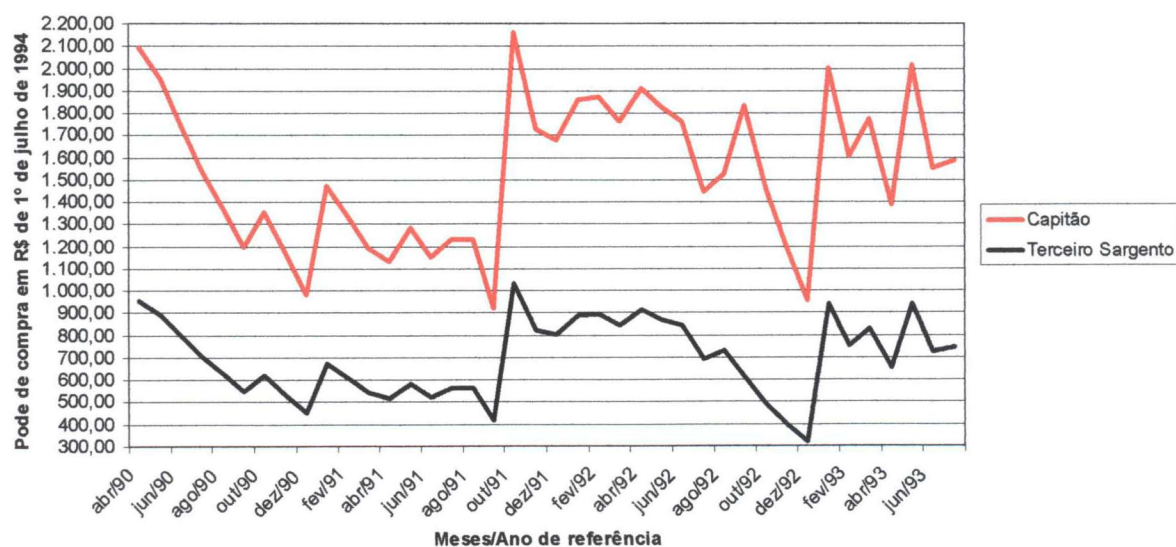
continua

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base abr/90	Reajuste Salarial (%)	continuação Poder de compra em Real (R\$)
jun/93	30.443.805,00	715.164,64	30,07	98422,62	-	726,63
jul/93	40.694.220,00	955.960,24	30,72	128658,05	33,67	743,02

NOTA: Elaboração Própria.

O início da década de 1990 acompanhou os altos índices de inflação herdados do final dos anos de 1980. Somado a isso o país teve a poupança da população “seqüestrada” e viu o presidente da República Fernando Collor de Mello sofrer um *impeachment* por corrupção em 1992. Com isso, o Plano Cruzeiro III acabou durando apenas quarenta meses, período em que a inflação alcançou 1.620,97%⁶ no acumulado de 1990. Assim, o poder de compra de um Capitão chegou a variar em 134,66% (R\$ 921,24 em setembro de 1991 e R\$ 2.161,74 em outubro de 1991) e o de Terceiro Sargento em 224,17% (R\$ 1.034,90 em outubro de 1991 e R\$ 319,09 em dezembro de 1992). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano, não sendo ainda levado em consideração às variações dos planos anteriores. O Gráfico 3.6 exemplifica as variações ocorridas.

GRÁFICO 3.6 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO CRUZEIRO III – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

⁶ Idem a 4.

3.2.7 A evolução da remuneração dos militares – Plano Cruzeiro Real

O Plano Cruzeiro Real foi criado em 1º de agosto de 1993 e durou até 30 de junho de 1994. A análise da remuneração militar está apresentada na Tabela 3.15 e Tabela 3.16, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1994.

TABELA 3.15 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO REAL – CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (CR\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jul/93	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
ago/93	86.832,00	1.584,67	32,96	132,96	0,08	1.191,84
set/93	161.676,00	2.950,56	35,69	180,41	86,19	1.635,44
out/93	161.676,00	2.950,56	33,92	241,61	-	1.221,21
nov/93	228.312,00	4.166,66	35,56	327,53	41,22	1.272,16
dez/93	228.312,00	4.166,66	36,84	448,19	-	929,67
jan/94	668.736,00	12.204,32	41,31	633,33	192,90	1.927,00
fev/94	668.736,00	12.204,32	40,27	888,38	-	1.373,78
mar/94	966.240,00	17.633,72	42,75	1268,16	44,49	1.390,50
abr/94	1.373.990,00	25.075,10	42,68	1809,41	42,20	1.385,82
mai/94	1.953.600,00	35.652,89	44,03	2606,09	42,18	1.368,06
jun/94	1.953.600,00	35.652,89	47,43	3842,15	-	927,94

NOTA: Elaboração Própria.

TABELA 3.16 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO CRUZEIRO REAL – TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (CR\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jul/93	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
ago/93	40.740,00	743,84	32,96	132,96	0,11	559,45
set/93	75.810,00	1.384,16	35,69	180,41	86,08	767,21
out/93	75.810,00	1.384,16	33,92	241,61	-	572,89
nov/93	107.100,00	1.955,46	35,56	327,53	41,27	597,04
dez/93	107.100,00	1.955,46	36,84	448,19	-	436,30
jan/94	313.635,00	5.726,42	41,31	633,33	192,84	904,17
fev/94	313.635,00	5.726,42	40,27	888,38	-	644,59
mar/94	445.100,00	8.126,74	42,75	1268,16	41,92	640,83
abr/94	633.780,00	11.571,70	42,68	1809,41	42,39	639,53
mai/94	898.070,00	16.397,16	44,03	2606,09	41,70	629,19
jun/94	898.070,00	16.397,16	47,43	3842,15	-	426,77

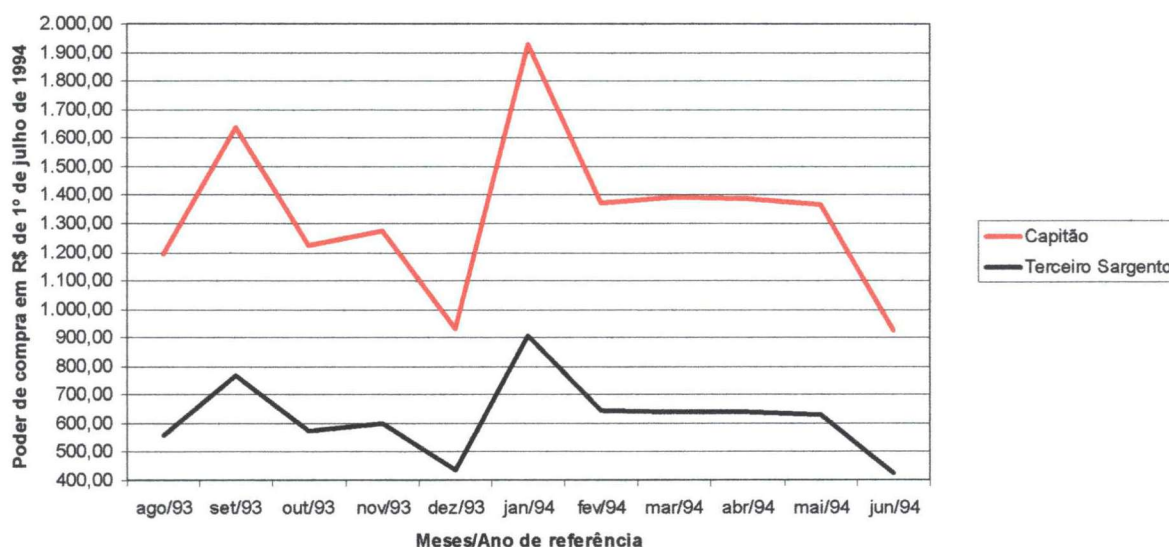
NOTA: Elaboração Própria.

O Plano Cruzeiro Real foi o plano de transição ao atual padrão monetário e nos onze meses de duração viu o ano de 1993 atingir 2.477,15%⁷ de inflação acumulada. Esse foi o maior índice de inflação desde 1.964 (período de análise deste trabalho). Assim, o poder de compra de um Capitão chegou a variar em

⁷ Idem a 4.

107,66% (R\$ 1.927,00 em janeiro de 1994 e R\$ 927,94 em junho de 1994) e o de Terceiro Sargento em 111,86% (R\$ 904,17 em janeiro de 1994 e R\$ 426,77 em junho de 1994). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano, não sendo ainda levado em consideração às variações dos planos anteriores. O Gráfico 3.7 exemplifica as variações ocorridas.

GRÁFICO 3.7 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO CRUZEIRO REAL – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

3.2.8 A evolução da remuneração dos militares – Plano Real

O Plano Real está em vigor desde 1º de julho de 1994. A análise da remuneração militar está apresentada na Tabela 3.17 e Tabela 3.18, respectivamente salário de Capitão e de Terceiro Sargento. As tabelas apresentam o poder de compra dos salários em Real de 1º de julho de 1994.

TABELA 3.17 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO REAL – CAPITÃO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
jul/94	2.473,80	6,84	106,84	216,57	2.315,42
ago/94	2.473,80	1,86	108,83	-	2.273,14
set/94	2.473,80	1,53	110,49	-	2.238,89
out/94	2.473,80	2,62	113,39	-	2.181,73
nov/94	2.473,80	2,81	116,57	-	2.122,10
dez/94	2.473,80	1,71	118,57	-	2.086,42

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
jan/95	3.089,70	1,70	120,58	24,90	2.562,31
fev/95	3.089,70	1,02	121,81	-	2.536,44
mar/95	3.089,70	1,55	123,70	-	2.497,73
abr/95	3.089,70	2,43	126,71	-	2.438,47
mai/95	3.089,70	2,67	130,09	-	2.375,06
jun/95	3.089,70	2,26	133,03	-	2.322,57
jul/95	3.089,70	2,36	136,17	-	2.269,02
ago/95	3.089,70	0,99	137,52	-	2.246,78
set/95	3.089,70	0,99	138,88	-	2.224,75
out/95	3.089,70	1,41	140,84	-	2.193,82
nov/95	3.089,70	1,47	142,91	-	2.162,04
dez/95	3.089,70	1,56	145,14	-	2.128,83
jan/96	3.089,70	1,34	147,08	-	2.100,68
fev/96	3.089,70	1,03	148,60	-	2.079,26
mar/96	3.089,70	0,35	149,12	-	2.072,01
abr/96	3.089,70	1,26	150,99	-	2.046,23
mai/96	3.089,70	1,22	152,84	-	2.021,56
jun/96	3.089,70	1,19	154,66	-	1.997,79
jul/96	3.089,70	1,11	156,37	-	1.975,86
ago/96	3.089,70	0,44	157,06	-	1.967,20
set/96	3.089,70	0,15	157,30	-	1.964,26
out/96	3.089,70	0,30	157,77	-	1.958,38
nov/96	3.089,70	0,32	158,27	-	1.952,13
dez/96	3.089,70	0,47	159,02	-	1.943,00
jan/97	3.089,70	1,18	160,89	-	1.920,34
fev/97	3.089,70	0,50	161,70	-	1.910,79
mar/97	3.089,70	0,51	162,52	-	1.901,09
abr/97	3.089,70	0,88	163,95	-	1.884,51
mai/97	3.089,70	0,41	164,62	-	1.876,81
jun/97	3.089,70	0,54	165,51	-	1.866,73
jul/97	3.089,70	0,22	165,88	-	1.862,64
ago/97	3.089,70	-0,02	165,84	-	1.863,01
set/97	3.089,70	0,06	165,94	-	1.861,89
out/97	3.089,70	0,23	166,33	-	1.857,62
nov/97	3.089,70	0,17	166,61	-	1.854,47
dez/97	3.089,70	0,43	167,32	-	1.846,53
jan/98	3.089,70	0,71	168,51	-	1.833,51
fev/98	3.089,70	0,46	169,29	-	1.825,11
mar/98	3.089,70	0,34	169,86	-	1.818,93
abr/98	3.089,70	0,24	170,27	-	1.814,57
mai/98	3.089,70	0,50	171,12	-	1.805,55
jun/98	3.089,70	0,02	171,16	-	1.805,18
jul/98	3.089,70	-0,12	170,95	-	1.807,35
ago/98	3.089,70	-0,51	170,08	-	1.816,62
set/98	3.089,70	-0,22	169,71	-	1.820,62
out/98	3.089,70	0,02	169,74	-	1.820,26
nov/98	3.089,70	-0,12	169,54	-	1.822,45
dez/98	3.089,70	0,33	170,10	-	1.816,45
jan/99	3.089,70	0,70	171,29	-	1.803,83
fev/99	3.089,70	1,05	173,08	-	1.785,08

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
mar/99	3.089,70	1,10	174,99	-	1.765,66
abr/99	3.089,70	0,56	175,97	-	1.755,83
mai/99	3.089,70	0,30	176,50	-	1.750,58
jun/99	3.089,70	0,19	176,83	-	1.747,26
jul/99	3.089,70	1,09	178,76	-	1.728,42
ago/99	3.089,70	0,56	179,76	-	1.718,79
set/99	3.089,70	0,31	180,32	-	1.713,48
out/99	3.089,70	1,19	182,46	-	1.693,33
nov/99	3.089,70	0,95	184,20	-	1.677,39
dez/99	3.089,70	0,60	185,30	-	1.667,39
jan/00	3.089,70	0,62	186,45	-	1.657,11
fev/00	3.089,70	0,13	186,69	-	1.654,96
mar/00	3.089,70	0,22	187,10	-	1.651,33
abr/00	3.089,70	0,42	187,89	-	1.644,42
mai/00	3.089,70	0,01	187,91	-	1.644,26
jun/00	3.089,70	0,23	188,34	-	1.640,49
jul/00	3.089,70	1,61	191,37	-	1.614,49
ago/00	3.089,70	1,31	193,88	-	1.593,62
set/00	3.089,70	0,23	194,33	-	1.589,96
out/00	3.089,70	0,14	194,60	-	1.587,74
nov/00	3.089,70	0,32	195,22	-	1.582,67
dez/00	3.089,70	0,59	196,37	-	1.573,39
jan/01	3.618,00	0,57	197,49	17,10	1.831,98
fev/01	3.618,00	0,46	198,40	-	1.823,59
mar/01	3.618,00	0,38	199,15	-	1.816,68
abr/01	3.618,00	0,58	200,31	-	1.806,21
mai/01	3.618,00	0,41	201,13	-	1.798,83
jun/01	3.618,00	0,52	202,18	-	1.789,53
jul/01	3.618,00	1,33	204,87	-	1.766,04
ago/01	3.618,00	0,70	206,30	-	1.753,76
set/01	3.618,00	0,28	206,88	-	1.748,87
out/01	3.618,00	0,83	208,59	-	1.734,47
nov/01	3.618,00	0,71	210,07	-	1.722,24
dez/01	3.618,00	0,65	211,44	-	1.711,12
jan/02	3.618,00	0,52	212,54	-	1.702,27
fev/02	3.618,00	0,36	213,31	-	1.696,16
mar/02	3.618,00	0,60	214,58	-	1.686,05
abr/02	3.618,00	0,80	216,30	-	1.672,66
mai/02	3.618,00	0,21	216,76	-	1.669,16
jun/02	3.618,00	0,42	217,67	-	1.662,18
jul/02	3.618,00	1,19	220,26	-	1.642,63
ago/02	3.618,00	0,65	221,69	-	1.632,02
set/02	3.618,00	0,72	223,28	-	1.620,36
out/02	3.618,00	1,31	226,21	-	1.599,40
nov/02	3.618,00	3,02	233,04	-	1.552,52
dez/02	3.618,00	2,10	237,93	-	1.520,59
jan/03	3.618,00	2,25	243,29	-	1.487,13
fev/03	3.618,00	1,57	247,11	-	1.464,14
mar/03	3.618,00	1,23	250,15	-	1.446,35
abr/03	3.618,00	0,97	252,57	-	1.432,45

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
mai/03	3.618,00	0,61	254,11	-	1.423,77
jun/03	3.618,00	-0,15	253,73	-	1.425,91
jul/03	3.618,00	0,20	254,24	-	1.423,06
ago/03	3.618,00	0,34	255,11	-	1.418,24
set/03	3.618,00	0,78	257,09	-	1.407,26
out/03	3.618,00	0,29	257,84	-	1.403,19
nov/03	3.618,00	0,34	258,72	-	1.398,44
jan/04	3.618,00	0,76	262,04	-	1.380,71
fev/04	3.618,00	0,61	263,64	-	1.372,34
mar/04	3.618,00	0,47	264,88	-	1.365,92
abr/04	3.618,00	0,37	265,86	-	1.360,88
mai/04	3.618,00	0,51	267,21	-	1.353,98
jun/04	3.618,00	0,71	269,11	-	1.344,43
jul/04	3.618,00	0,91	271,56	-	1.332,31
ago/04	3.618,00	0,69	273,43	-	1.323,18
set/04	3.979,80	0,33	274,33	10,00	1.450,71
out/04	3.979,80	0,44	275,54	-	1.444,36
nov/04	3.979,80	0,69	277,44	-	1.434,46
dez/04	3.979,80	0,86	279,83	-	1.422,23
jan/05	3.979,80	0,58	281,45	-	1.414,03
fev/05	3.979,80	0,59	283,11	-	1.405,73
mar/05	3.979,80	0,61	284,84	-	1.397,21
abr/05	3.979,80	0,87	287,32	-	1.385,16
mai/05	3.979,80	0,49	288,73	-	1.378,40
jun/05	3.979,80	-0,02	288,67	-	1.378,68
jul/05	3.979,80	0,25	289,39	-	1.375,24
ago/05	3.979,80	0,17	289,88	-	1.372,91
set/05	3.979,80	0,35	290,90	-	1.368,12
out/05	4.498,38	0,75	293,08	13,03	1.534,88
nov/05	4.498,38	0,55	294,69	-	1.526,48
dez/05	4.498,38	0,36	295,75	-	1.521,01
jan/06	4.498,38	0,59	297,50	-	1.512,08
fev/06	4.498,38	0,41	298,72	-	1.505,91
mar/06	4.498,38	0,43	300,00	-	1.499,46
abr/06	4.498,38	0,21	300,63	-	1.496,32
mai/06	4.498,38	0,10	300,93	-	1.494,83
jun/06	4.498,38	-0,21	300,30	-	1.497,97
jul/06	4.498,38	0,19	300,87	-	1.495,13
ago/06	4.948,62	0,05	301,02	10,01	1.643,96
set/06	4.948,62	0,21	301,65	-	1.640,51
out/06	4.948,62	0,33	302,65	-	1.635,11
nov/06	4.948,62	0,31	303,58	-	1.630,06
dez/06	4.948,62	0,48	305,04	-	1.622,27
jan/07	4.948,62	0,44	306,38	-	1.615,17
fev/07	4.948,62	0,44	307,73	-	1.608,09
mar/07	4.948,62	0,37	308,87	-	1.602,16
abr/07	4.948,62	0,25	309,64	-	1.598,17
mai/07	4.948,62	0,28	310,51	-	1.593,71
jun/07	4.948,62	0,28	311,38	-	1.589,26
jul/07	4.948,62	0,24	312,13	-	1.585,45

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
ago/07	4.948,62	0,47	313,59	-	1.578,03
set/07	4.948,62	0,18	314,16	-	1.575,20
out/07	4.948,62	0,30	315,10	-	1.570,49
nov/07	4.948,62	0,38	316,30	-	1.564,54
dez/07	4.948,62	0,74	318,64	-	1.553,05
jan/08	5.431,02	0,54	320,36	9,75	1.695,29
fev/08	5.431,02	0,49	321,93	-	1.687,02
mar/08	5.431,02	0,48	323,47	-	1.678,96
abr/08	5.431,02	0,55	325,25	-	1.669,78
mai/08	5.431,02	0,79	327,82	-	1.656,69
jun/08	5.431,02	0,74	330,25	-	1.644,52
jul/08	5.672,22	0,53	332,00	4,44	1.708,50
ago/08	5.672,22	0,28	332,93	-	1.703,73
set/08	5.672,22	0,26	333,79	-	1.699,31

NOTA: Elaboração Própria.

TABELA 3.18 – EVOLUÇÃO SALARIAL PLANO REAL – TERCEIRO SARGENTO

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
jul/94	976,50	6,84	106,84	171,83	913,98
ago/94	976,50	1,86	108,83	-	897,29
set/94	976,50	1,53	110,49	-	883,77
out/94	976,50	2,62	113,39	-	861,21
nov/94	976,50	2,81	116,57	-	837,67
dez/94	976,50	1,71	118,57	-	823,59
jan/95	1.242,09	1,70	120,58	27,20	1.030,08
fev/95	1.242,09	1,02	121,81	-	1.019,68
mar/95	1.242,09	1,55	123,70	-	1.004,11
abr/95	1.242,09	2,43	126,71	-	980,29
mai/95	1.242,09	2,67	130,09	-	954,80
jun/95	1.242,09	2,26	133,03	-	933,70
jul/95	1.242,09	2,36	136,17	-	912,17
ago/95	1.242,09	0,99	137,52	-	903,23
set/95	1.242,09	0,99	138,88	-	894,37
out/95	1.242,09	1,41	140,84	-	881,94
nov/95	1.242,09	1,47	142,91	-	869,16
dez/95	1.242,09	1,56	145,14	-	855,81
jan/96	1.242,09	1,34	147,08	-	844,49
fev/96	1.242,09	1,03	148,60	-	835,88
mar/96	1.242,09	0,35	149,12	-	832,97
abr/96	1.242,09	1,26	150,99	-	822,60
mai/96	1.242,09	1,22	152,84	-	812,69
jun/96	1.242,09	1,19	154,66	-	803,13
jul/96	1.242,09	1,11	156,37	-	794,31
ago/96	1.242,09	0,44	157,06	-	790,84
set/96	1.242,09	0,15	157,30	-	789,65
out/96	1.242,09	0,30	157,77	-	787,29
nov/96	1.242,09	0,32	158,27	-	784,78

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
dez/96	1.242,09	0,47	159,02	-	781,11
jan/97	1.242,09	1,18	160,89	-	772,00
fev/97	1.242,09	0,50	161,70	-	768,16
mar/97	1.242,09	0,51	162,52	-	764,26
abr/97	1.242,09	0,88	163,95	-	757,59
mai/97	1.242,09	0,41	164,62	-	754,50
jun/97	1.242,09	0,54	165,51	-	750,45
jul/97	1.242,09	0,22	165,88	-	748,80
ago/97	1.242,09	-0,02	165,84	-	748,95
set/97	1.242,09	0,06	165,94	-	748,50
out/97	1.242,09	0,23	166,33	-	746,78
nov/97	1.242,09	0,17	166,61	-	745,51
dez/97	1.242,09	0,43	167,32	-	742,32
jan/98	1.242,09	0,71	168,51	-	737,09
fev/98	1.242,09	0,46	169,29	-	733,71
mar/98	1.242,09	0,34	169,86	-	731,23
abr/98	1.242,09	0,24	170,27	-	729,48
mai/98	1.242,09	0,50	171,12	-	725,85
jun/98	1.242,09	0,02	171,16	-	725,70
jul/98	1.242,09	-0,12	170,95	-	726,57
ago/98	1.242,09	-0,51	170,08	-	730,30
set/98	1.242,09	-0,22	169,71	-	731,91
out/98	1.242,09	0,02	169,74	-	731,76
nov/98	1.242,09	-0,12	169,54	-	732,64
dez/98	1.242,09	0,33	170,10	-	730,23
jan/99	1.242,09	0,70	171,29	-	725,16
fev/99	1.242,09	1,05	173,08	-	717,62
mar/99	1.242,09	1,10	174,99	-	709,81
abr/99	1.242,09	0,56	175,97	-	705,86
mai/99	1.242,09	0,30	176,50	-	703,75
jun/99	1.242,09	0,19	176,83	-	702,41
jul/99	1.242,09	1,09	178,76	-	694,84
ago/99	1.242,09	0,56	179,76	-	690,97
set/99	1.242,09	0,31	180,32	-	688,84
out/99	1.242,09	1,19	182,46	-	680,73
nov/99	1.242,09	0,95	184,20	-	674,33
dez/99	1.242,09	0,60	185,30	-	670,31
jan/00	1.242,09	0,62	186,45	-	666,18
fev/00	1.242,09	0,13	186,69	-	665,31
mar/00	1.242,09	0,22	187,10	-	663,85
abr/00	1.242,09	0,42	187,89	-	661,07
mai/00	1.242,09	0,01	187,91	-	661,01
jun/00	1.242,09	0,23	188,34	-	659,49
jul/00	1.242,09	1,61	191,37	-	649,04
ago/00	1.242,09	1,31	193,88	-	640,65
set/00	1.242,09	0,23	194,33	-	639,18
out/00	1.242,09	0,14	194,60	-	638,29
nov/00	1.242,09	0,32	195,22	-	636,25
dez/00	1.242,09	0,59	196,37	-	632,52
jan/01	1.459,20	0,57	197,49	17,48	738,87

continua

continuação

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
fev/01	1.459,20	0,46	198,40	-	735,48
mar/01	1.459,20	0,38	199,15	-	732,70
abr/01	1.459,20	0,58	200,31	-	728,47
mai/01	1.459,20	0,41	201,13	-	725,50
jun/01	1.459,20	0,52	202,18	-	721,75
jul/01	1.459,20	1,33	204,87	-	712,27
ago/01	1.459,20	0,70	206,30	-	707,32
set/01	1.459,20	0,28	206,88	-	705,35
out/01	1.459,20	0,83	208,59	-	699,54
nov/01	1.459,20	0,71	210,07	-	694,61
dez/01	1.459,20	0,65	211,44	-	690,12
jan/02	1.459,20	0,52	212,54	-	686,55
fev/02	1.459,20	0,36	213,31	-	684,09
mar/02	1.459,20	0,60	214,58	-	680,01
abr/02	1.459,20	0,80	216,30	-	674,61
mai/02	1.459,20	0,21	216,76	-	673,20
jun/02	1.459,20	0,42	217,67	-	670,38
jul/02	1.459,20	1,19	220,26	-	662,50
ago/02	1.459,20	0,65	221,69	-	658,22
set/02	1.459,20	0,72	223,28	-	653,52
out/02	1.459,20	1,31	226,21	-	645,07
nov/02	1.459,20	3,02	233,04	-	626,16
dez/02	1.459,20	2,10	237,93	-	613,28
jan/03	1.459,20	2,25	243,29	-	599,78
fev/03	1.459,20	1,57	247,11	-	590,51
mar/03	1.459,20	1,23	250,15	-	583,34
abr/03	1.459,20	0,97	252,57	-	577,73
mai/03	1.459,20	0,61	254,11	-	574,23
jun/03	1.459,20	-0,15	253,73	-	575,09
jul/03	1.459,20	0,20	254,24	-	573,94
ago/03	1.459,20	0,34	255,11	-	572,00
set/03	1.459,20	0,78	257,09	-	567,57
out/03	1.459,20	0,29	257,84	-	565,93
nov/03	1.459,20	0,34	258,72	-	564,01
dez/03	1.459,20	0,52	260,06	-	561,10
jan/04	1.459,20	0,76	262,04	-	556,86
fev/04	1.459,20	0,61	263,64	-	553,49
mar/04	1.459,20	0,47	264,88	-	550,90
abr/04	1.459,20	0,37	265,86	-	548,87
mai/04	1.459,20	0,51	267,21	-	546,08
jun/04	1.459,20	0,71	269,11	-	542,23
jul/04	1.459,20	0,91	271,56	-	537,34
ago/04	1.459,20	0,69	273,43	-	533,66
set/04	1.605,12	0,33	274,33	10,00	585,10
out/04	1.605,12	0,44	275,54	-	582,53
nov/04	1.605,12	0,69	277,44	-	578,54
dez/04	1.605,12	0,86	279,83	-	573,61
jan/05	1.605,12	0,58	281,45	-	570,30
fev/05	1.605,12	0,59	283,11	-	566,96
mar/05	1.605,12	0,61	284,84	-	563,52

continua

continuação

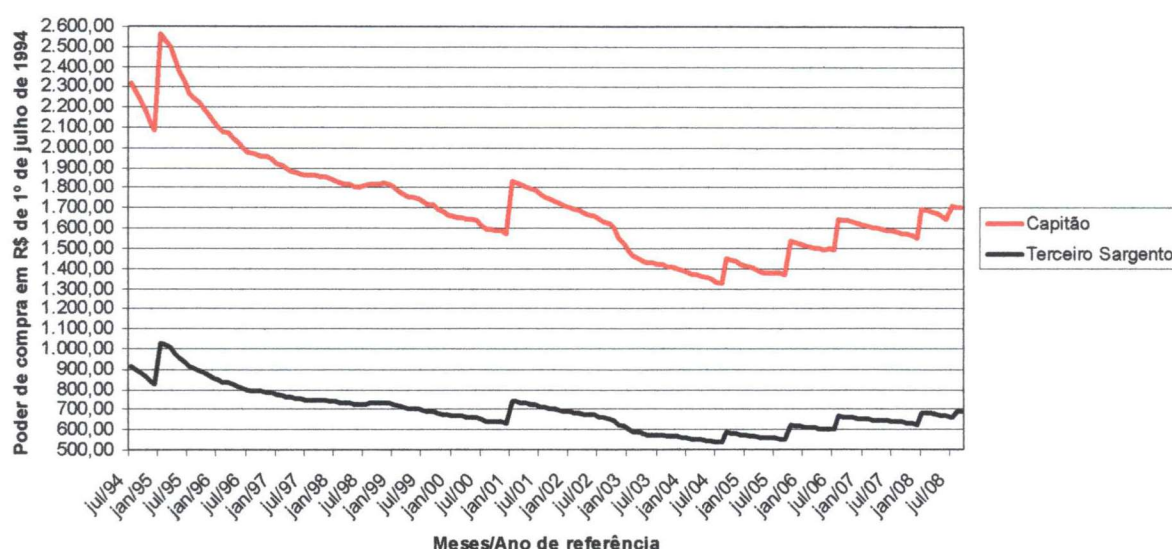
Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (R\$)	Inflação (%)	Índice Base jun/94	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra em Real (R\$)
abr/05	1.605,12	0,87	287,32	-	558,66
mai/05	1.605,12	0,49	288,73	-	555,93
jun/05	1.605,12	-0,02	288,67	-	556,04
jul/05	1.605,12	0,25	289,39	-	554,66
ago/05	1.605,12	0,17	289,88	-	553,72
set/05	1.605,12	0,35	290,90	-	551,79
out/05	1.816,32	0,75	293,08	13,16	619,74
nov/05	1.816,32	0,55	294,69	-	616,35
dez/05	1.816,32	0,36	295,75	-	614,14
jan/06	1.816,32	0,59	297,50	-	610,54
fev/06	1.816,32	0,41	298,72	-	608,04
mar/06	1.816,32	0,43	300,00	-	605,44
abr/06	1.816,32	0,21	300,63	-	604,17
mai/06	1.816,32	0,10	300,93	-	603,57
jun/06	1.816,32	-0,21	300,30	-	604,84
jul/06	1.816,32	0,19	300,87	-	603,69
ago/06	1.996,80	0,05	301,02	9,94	663,35
set/06	1.996,80	0,21	301,65	-	661,96
out/06	1.996,80	0,33	302,65	-	659,78
nov/06	1.996,80	0,31	303,58	-	657,74
dez/06	1.996,80	0,48	305,04	-	654,60
jan/07	1.996,80	0,44	306,38	-	651,73
fev/07	1.996,80	0,44	307,73	-	648,88
mar/07	1.996,80	0,37	308,87	-	646,48
abr/07	1.996,80	0,25	309,64	-	644,87
mai/07	1.996,80	0,28	310,51	-	643,07
jun/07	1.996,80	0,28	311,38	-	641,28
jul/07	1.996,80	0,24	312,13	-	639,74
ago/07	1.996,80	0,47	313,59	-	636,75
set/07	1.996,80	0,18	314,16	-	635,60
out/07	1.996,80	0,30	315,10	-	633,70
nov/07	1.996,80	0,38	316,30	-	631,30
dez/07	1.996,80	0,74	318,64	-	626,67
jan/08	2.192,64	0,54	320,36	9,81	684,43
fev/08	2.192,64	0,49	321,93	-	681,09
mar/08	2.192,64	0,48	323,47	-	677,84
abr/08	2.192,64	0,55	325,25	-	674,13
mai/08	2.192,64	0,79	327,82	-	668,85
jun/08	2.192,64	0,74	330,25	-	663,94
jul/08	2.192,64	0,53	332,00	-	660,43
ago/08	2.292,48	0,28	332,93	-	688,58
set/08	2.292,48	0,26	333,79	-	686,79

NOTA: Elaboração Própria.

O Plano Real trouxe ao Brasil a estabilidade econômica depois de um longo período de grande inflação. Contudo, o país continuou amargando um crescimento econômico extremamente baixo melhorando apenas no ano de 2007 e nas projeções para 2008. Neste período o poder de compra de um Capitão chegou a

variar (até setembro de 2008) em 93,65% (R\$ 1.323,18 em agosto de 1994 e R\$ 2.562,31 em janeiro de 1995) e o de Terceiro Sargento em 93,02% (R\$ 533,66 em agosto de 1994 e R\$ 1.030,08 em janeiro de 1995). As variações referem-se ao maior e ao menor poder de compra atingido dentro do plano, não sendo ainda levado em consideração às variações dos planos anteriores. O Gráfico 3.8 exemplifica as variações ocorridas.

GRÁFICO 3.8 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PLANO REAL – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO

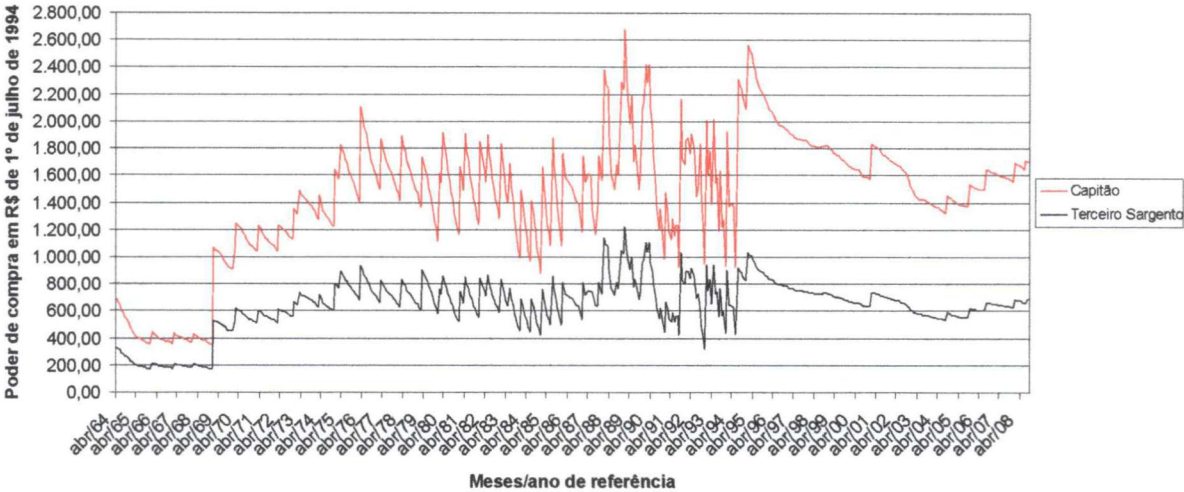


NOTA: Elaboração Própria.

3.3 COMPARATIVO DO PODER DE COMPRA

A remuneração militar vem sofrendo ao longo destes quarenta e quatro anos grandes oscilações. A análise mais simplificada dentro de cada padrão monetário já mostrou que em determinados períodos os salários chegaram a variar mais de 250%. É, no entanto, necessário fazer uma análise comparativa entre as diversas fases econômicas para que seja possível identificar qual a real situação da remuneração militar em comparação com os períodos anteriores. O Gráfico 3.9 apresenta a evolução salarial ocorrida entre abril de 1964 e setembro de 2008, medidos em Real de 1º de julho de 1994.

GRÁFICO 3.9 – EVOLUÇÃO PODER DE COMPRA PERÍODO ABRIL DE 1964 A SETEMBRO DE 2008 – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

É possível ainda observar as grandes variações apresentando o maior e menor poder de compra atingido em cada fase, além do poder de compra médio de cada período, também medidos em Real de 1º de julho de 2004. Para isso, serão utilizadas as informações da Tabelas 3.19 e da Tabela 3.20, respectivamente sobre a remuneração de Capitão e de Terceiro Sargento.

TABELA 3.19 – COMPARATIVO DO PODER DE COMPRA NOS DIFERENTES PADRÕES MONETÁRIOS – CAPITÃO

Padrão Monetário	Menor poder de compra		Maior poder de compra		Poder de compra médio	Oscilação poder de compra (%)
Cruzeiro	354,28	dez/65	686,22	abr/64	443,53	93,69
Cruzeiro Novo	355,28	dez/68	1.250,25	fev/70	671,17	251,91
Cruzeiro	876,93	dez/84	2.102,27	mar/76	1.443,20	139,73
Cruzado	1.165,25	ago/87	2.678,07	jan/89	1.670,79	129,83
Cruzado Novo	1.498,34	set/89	2.422,62	mar/90	2.019,17	61,69
Cruzeiro	921,24	set/91	2.161,74	out/91	1.530,96	134,66
Cruzeiro Real	927,94	jun/94	1.927,00	jan/94	1.329,40	107,66
Real	1.323,18	ago/94	2.562,31	jan/95	1.721,54	93,65

NOTA: Elaboração Própria.

TABELA 3.20 – COMPARATIVO DO PODER DE COMPRA NOS DIFERENTES PADRÕES MONETÁRIOS – TERCEIRO SARGENTO

Padrão Monetário	Menor poder de compra		Maior poder de compra		Poder de compra médio	Oscilação poder de compra (%)
Cruzeiro	171,77	dez/65	332,71	abr/64	215,08	93,69
Cruzeiro Novo	172,25	dez/68	617,28	fev/70	329,81	258,36
Cruzeiro	422,55	dez/84	931,10	mar/76	676,01	120,35
Cruzado	540,14	dez/86	1.223,93	jan/89	789,38	126,59
Cruzado Novo	684,77	set/89	1.105,57	mar/90	922,74	61,45

continua

Padrão Monetário	Menor poder de compra		Maior poder de compra		Poder de compra médio	continuação
						Oscilação poder de compra (%)
Cruzeiro	319,09	dez/92	1.034,40	out/91	696,55	224,17
Cruzeiro Real	426,77	jun/94	904,17	jan/94	619,82	111,86
Real	533,66	ago/94	1.030,08	jan/95	692,56	93,02

NOTA: Elaboração Própria.

Com base nas tabelas anteriores é possível observar que em todos os períodos analisados a remuneração militar sofreu com grandes oscilações. Nem mesmo a estabilidade trazida pelo Plano Real minimizou esse problema. É possível observar ainda que até o início da década de 1990 o salário dos militares foi sofrendo gradativo aumento no poder de compra, porém a partir deste momento passou por sucessivas perdas. No decorrer do Plano Real, com exceção do reajuste dado em janeiro de 1995, os militares passaram por longos períodos sem qualquer reposição, e quando foram feitas não conseguiram recuperar sequer o poder de compra de janeiro de 1995, que já era menor do que de períodos anteriores. Mesmo com a economia estável, o poder de compra médio de um Capitão a partir de julho de 1994 foi ligeiramente maior que o período do Plano Cruzado (28/02/1986 - 15/01/1989) e menor do que o Plano Cruzado Novo (16/01/1989 - 15/03/1990). Já a remuneração média de um Terceiro Sargento neste período foi menor do que no Plano Cruzado, Cruzado Novo e Cruzeiro III. A Tabela 3.21 apresenta o poder de compra atual de um Capitão e de um Sargento do Exército (setembro de 2008), medidos em Real de 1º de julho de 1994, em comparação com o maior valor alcançado no período entre abril de 1964 e setembro de 2008:

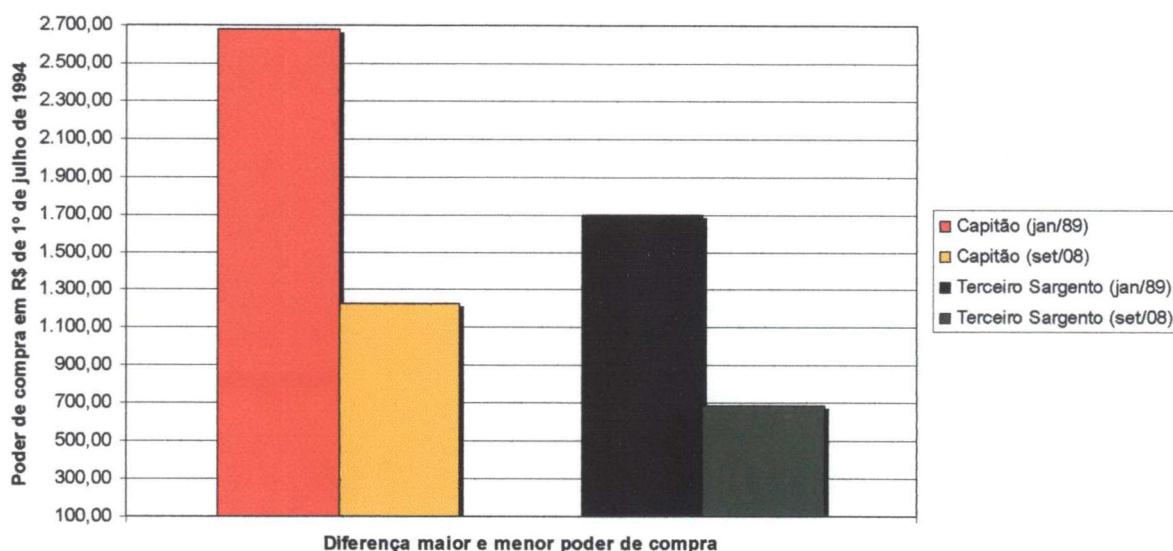
TABELA 3.21 – DIFERENÇA ENTRE O MAIOR PODER DE COMPRA E O PODER DE COMPRA ATUAL – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO

Posto/ Graduação	Maior poder de compra atingido		Poder de compra atual		Perda de poder de compra (%)
Capitão	2.678,07	jan/89	1.699,31	set/08	36,55
Terceiro Sargento	1.223,93	jan/89	686,79	set/08	43,89

NOTA: Elaboração Própria.

O Gráfico 3.10 exemplifica a diferença ocorrida:

GRÁFICO 3.10 – DIFERENÇA ENTRE O MAIOR PODER DE COMPRA E O PODER DE COMPRA ATUAL – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO



NOTA: Elaboração Própria.

Desta forma, a pelo menos dezenove anos as Forças Armadas vem passando por um processo gradativo de perda de poder de compra sendo que hoje tanto um Capitão quanto um Terceiro Sargento têm um poder aquisitivo apenas maior do que o período entre abril de 1964 e maio de 1970, uma vez que depois disso por várias vezes já haviam conseguido poder de compra maior do que o atual. Para que seja possível fazer uma análise apenas dentro do plano Real, a Tabela 3.22 apresenta quanto é e o quanto deveria ser o salário nominal para que fosse possível pelo menos manter o maior poder de compra do atual padrão monetário, lembrando que este não é o maior poder aquisitivo conquistado desde 1964, que foi atingido em janeiro de 1989, como mostrou a Tabela 3.21.

TABELA 3.22 – SALÁRIO NOMINAL NECESSÁRIO PARA MANTER MAIOR PODER DE COMPRA DO PLANO REAL – CAPITÃO E TERCEIRO SARGENTO

Posto/ Graduação	Poder de compra em janeiro de 1995 (maior atingido no Real)	Salário Nominal atual	Salário nominal necessário pra igualar poder de compra de janeiro de 1995
Capitão	2.562,31	5672,22	8.552,92
Terceiro Sargento	1.030,08	2.292,48	3.438,36

NOTA: Elaboração Própria.

É possível verificar, portanto, que hoje haveria uma necessidade de um aumento na ordem de 50,79% para Capitão e de 49,98% para Terceiro Sargento,

somente para que estes conseguissem recuperar o maior poder de compra atingido dentro do Plano Real.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma série histórica com a evolução do salário dos militares do Exército Brasileiro, para mensurar o quanto à remuneração está defasada. Para isso foram analisados os salários desde abril de 1964 até setembro de 2008, utilizando-se como base o salário de Terceiro Sargento e de Capitão, por serem a graduação e o posto em que o militar fica mais tempo, dado o concurso que tenha prestado.

Para tanto, no primeiro capítulo foi analisado o processo de formação do Estado Brasileiro desde o descobrimento até 1988, passando pelas diversas fases da nossa política, e evidenciando a participação do Exército Brasileiro na busca da soberania nacional, da unificação territorial e do desenvolvimento do país, em ações desenvolvidas tanto em solo pátrio quanto em conflitos externos.

O segundo capítulo ficou encarregado de apresentar as principais atuações do Exército nos períodos mais recentes, a partir da Constituição de 1988, mais uma vez apresentando as principais contribuições da Força em prol do Brasil, atuando nas mais diversas comunidades de acordo com as necessidades de cada uma, além da valiosíssima contribuição a diversas outras nações através das missões de paz.

No que diz respeito ao terceiro capítulo, foi apresentado as principais características da carreira militar, nos aspectos que a diferencia das demais, além de ter sido elaborado um estudo sobre a evolução da remuneração dos militares.

Conclui-se com esse estudo que ainda que a participação do Exército Brasileiro tenha sido e ainda seja fundamental para o progresso do Brasil, os militares que servem a essa imensa Nação vem passando cada vez mais por um processo de defasagem salarial, possuindo hoje um poder de compra muito inferior ao alcançado em outros momentos de nossa história. Fica evidente ainda que o período dos governos militares não gerou distorções na remuneração, uma vez que os maiores poderes aquisitivos foram atingidos entre 1985 e 1989. A estabilização econômica atingida a partir de 1994 contribuiu ainda mais para a perda do poder de compra dos militares, uma vez que estes passaram por grandes períodos sem sofrerem recomposições salariais. O peso do custo de vida sobre o militar poderá acabar trazendo consequências negativas como já observadas em outras carreiras como, por exemplo, nas polícias militares e civis, onde muitas vezes seus servidores após cumprirem o expediente se arriscam fazendo trabalhos paralelos em busca de

um complemento da renda familiar. A única forma de evitar que isso ocorra também no Exército ou que os militares acabem trocando a farda verde-oliva por outros empregos melhor remunerados, é estabelecendo critérios para a remuneração dos militares de maneira que gradativamente esses possam recuperar o poder de compra outrora alcançado, podendo fazer o que manda a legislação, dedicar-se exclusivamente a Força servindo a Nação brasileira.

Este trabalho fica disponível para futuras comparações das perdas de poder de compra ocorridas em outras profissões, dentro dos períodos analisados neste estudo.

REFERÊNCIAS

COTRIN, G (1996) *História e consciência do Brasil*. Rio de Janeiro: Saraiva.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. (2000) *Teoria e Prática no Brasil*. 2a ed. Rio de Janeiro: Campus.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 12 DE OUTUBRO DE 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa – Exército Brasileiro. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. MAGNO, P (2007) *Segurança Integrada*. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky.

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: *Amazônia: Ocupação e Desenvolvimento como Condicionantes da Segurança*. Vol. 143, 1º quadrimestre, p. 26, 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Guararapes. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/patriaca.htm>> Acesso em: 23 Mar. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Guararapes. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/vencer.htm>> Acesso em: 23 Mar. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Guararapes. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/verdade.htm>> Acesso em: 23 Mar. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. História. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/index.htm>> Acesso em: 24 mar. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. História. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/indice.htm>> Acesso em: 26 mar. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Guararapes. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/seduto.htm>> Acesso em: 27 Mar. 2008.

RESENET. *Primeira Batalha Dos Guararapes*. Disponível em: <<http://www.resenet.com.br/ahimtb/2a.htm>> Acesso em: 27 mar. 2008.

WIKIPEDIA. Cota topográfica. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Cota_\(topografia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cota_(topografia))> Acesso em: 27 Mar. 2008.

WORDPRESS. Guerra da Restauração. Disponível em: <<http://guerradarestauracao.wordpress.com/2008/08/26/postos-do-exercito-portugues-13-o-mestre-de-campo/>> Acesso em: 29 Mar. 2008.

WIKIPEDIA. Postos do Exército. Disponível em:
< <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ex%C3%A9rcito>> Acesso em 29 Mar. 2008.

VELHOS AMIGOS. Dia do Soldado. Disponível em:
<<http://www.velhosamigos.com.br/datas especiais/diasoldado.html>> Acesso em: 10 Abr. 2008.

GEOCITIES. Governos Gerais do Brasil. Disponível em:
< <http://www.geocities.com/rgn1945/link0037.htm>> Acesso em: 18 Abr. 2008.

BRASIL ESCOLA. História do Brasil. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/historiab/historia-brasil.htm>> Acesso em: 18 Abr. 2008.

UOL. Faltar à verdade no processo administrativo disciplinar castrense frente os direitos e garantias constitucionais. Por José Halley Fernandes Suliano, bacharel em direito. <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3625>> Acesso em: 19 Abr. 08.

EXÉRCITO BRASILEIRO. História. Disponível em:
< <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Artigos/0011005.htm>> Acesso em: 13 maio. 2008.

WIKIPEDIA. Guerra do Paraguai. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Paraguai> Acesso em 13 maio 2008.

WIKIPEDIA. ECO 92. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>> Acesso em: 05 Ago. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br>> Acesso em 20 Ago. 2008.

COTER. Missões subsidiárias. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br>> Acesso em: 20 Ago.08.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Resenha on line. Disponível em:
<<http://www.exercito.gov.br/resenha/complemento.htm>> Acesso em: 27 Ago. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Amazônia. Disponível em:
<<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/indice.htm>> Acesso em: 28 Ago. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Amazônia. Disponível em:
<<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0071106.htm>> Acesso em: 28 Ago. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Resenha on line. Disponível em:
<<http://www.exercito.gov.br/Resenha/homepage.htm>>, Acesso em: 28 Ago. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. A Profissão Militar. Disponível em:
<<http://www.exercito.gov.br/02ingr/Profmili.htm>> acesso em 25set08>. Acesso em: 25 Set. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Postos e graduações. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Conheca/Postgrad/exercito.htm>> Acesso em: 25 Set. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatística/Indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaulttab1.shtm> Acesso em: 25 Set. 2008.

PORTAL BRASIL. Séries históricas. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/igp_seriehistorica.htm> Acesso em: 25 Set. 2008.

CONINT. Remuneração. Disponível em: <<http://www.conint.com.br/livro/tab.htm>> Acesso em: 25 Set. 2008.

CONINT. Estruturas Remuneratórias. Disponível em: <<http://www.conint.com.br/livro/estrut.htm>> Acesso em: 25 Set. 2008.

OCAIXA. Conversão das antigas moedas brasileiras para Real. Disponível em: <<http://www.ocaixa.com.br/passos/passos3.htm>> Acesso em: 26 Set. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundação de economia e estatística: mudanças no padrão monetário brasileiro. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php> Acesso em: 26 Set. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa – Exército Brasileiro. Índices de Reajuste dos Militares - 1972 a 1995. Disponível em: <<http://www.5rm5de.eb.mil.br/sip5/Arqzipado/indicereajuste.pdf>>. Acesso em: 26 Set. 2008.

APÊNDICE

Para que seja possível a obtenção em Real dos valores correspondentes à remuneração bruta média dos militares foram adotados os seguintes cálculos:

1. Obtenção dos soldos referentes a cada período e que estão disponíveis em:
<<http://www.conint.com.br/livro/tab.htm>>; e
2. Cálculo dos valores adicionais sobre o soldo, referentes à Lei de Remuneração Militar (LRM), obtidos com dados disponíveis em:
<<http://www.conint.com.br/livro/estrut.htm>>.

Exemplo: Para o mês de abril de 1964 o soldo de um Capitão do Exército era de Cr\$ 157.500,00. Acrescentava-se a esse valor mais 10% sobre o soldo, relativo à gratificação de representação (de acordo com a Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 que estabeleceu a LRM daquele ano). Logo a remuneração passava para Cr\$ 173.500.

Observação:

- Foram utilizadas as LRM de 1964, 1972, 1991 e 2000 para obter todos os soldos de acordo com os seus períodos;
- Não foram incluídos em nenhum soldo Adicional de Tempo de Serviço, Gratificação de Compensação Orgânica e Gratificação de Localidade Especial.

Após a obtenção do soldo em valor corrente, foi realizada a conversão para o Real através do seguinte processo:

Foi calculado através da inflação mensal a inflação acumulada em cada ano e com estes valores foi inflacionado o valor corrente até julho de 1994 e posteriormente convertido.

Exemplo:

- Inflação acumulada para o ano de 1964:

mês	ano	inflação	Índice*	mês	ano	inflação	Índice*
jan	1964	11,26	1,1126	jul	1964	6,47	1,5195
fev	1964	6,75	1,1877	ago	1964	2,90	1,5635
mar	1964	7,44	1,2761	set	1964	3,76	1,6223
abr	1964	4,39	1,3321	out	1964	4,45	1,6945
mai	1964	2,68	1,3678	nov	1964	6,97	1,8126
jun	1964	4,34	1,4271	dez	1964	5,98	1,9210
Acumulado							92,12

* O número índice foi obtido considerando o seguinte cálculo: para o dia 1º de janeiro estabeleceu-se 1, e ao final de janeiro 1+11,26 (inflação relativa a janeiro). Para os demais meses: $\{[(1+\text{inflação do mês})/100] \times \text{índice do mês anterior}\}$. Para o valor do acumulado: $[(\text{índice do mês de dezembro} \times 100) - 100]$.

- Obtendo valor para 1994:

ano	inflação acumulada	173.250,00
1964	78,8	309.771,00
1965	34,31	416.053,43
1966	39,13	578.855,14
1967	25	723.568,92
1968	25,43	907.572,50
1969	19,34	1.083.097,02
1970	19,26	1.291.701,51
1971	19,49	1.543.454,13
1972	15,71	1.785.930,77
1973	15,58	2.064.178,79
1974	34,54	2.777.146,14
1975	29,34	3.591.960,82
1976	46,26	5.253.601,89
1977	38,84	7.294.100,87
1978	40,72	10.264.258,74
1979	77,29	18.197.504,32
1980	94,67	35.425.081,66
1981	92,88	68.327.897,50
1982	103,3	138.910.615,62
1983	164,35	367.210.212,39
1984	208,93	1.134.422.509,15
1985	233,65	3.785.000.701,77
1986	71,77	6.501.495.705,43
1987	363,41	30.128.581.248,55
1988	980,21	325.451.947.504,96
1989	1972,91	6.746.325.965.025,05
1990	1620,97	116.102.245.960.292,00
1991	472,7	664.917.562.614.590,00
1992	1119,1	8.106.010.005.834.460,00
1993	2477,15	208.904.036.865.363.000,00
1994	757,27	1.790.871.636.835.700.000,00

A inflação acumulada utilizada para 1964 foi relativa ao período de 1º de abril a 31 de dezembro, uma vez que a análise começa em abril, e para 1994 foi relativa ao período 1º de janeiro a 30 de junho.

O valor para 1994 que deve ser convertido é Cr\$ 1.790.871.636.835.700.000,00 (esse cálculo está de acordo com o site <<http://www.ocaixa.com.br/passos/passos3.htm>>)

Para conversão foi aplicada a seguinte relação: (segundo GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A., 2000, p. 157)

Denominação	Período de vigência	Paridade em relação à moeda anterior	
Cruzeiro (Cr\$)	01.11.1942 a 12.02.1967	1000 réis	= 1 cruzeiro
Cruzeiro novo (Ncr\$)	13.02.1967 a 14.05.1970	1000 cruzeiros	= 1 cruzeiro novo
Cruzeiro (Cr\$)	15.05.1970 a 27.02.1986	1 cruzeiro novo	= 1 cruzeiro
Cruzado (Cz\$)	28.02.1986 a 15.01.1989	1000 cruzeiros	= 1 cruzado
Cruzado novo (NCz\$)	16.01.1989 a 15.03.1990	1000 cruzados	= 1 cruzado novo
Cruzeiro (Cr\$)	16.03.1990 a 31.07.1993	1 cruzado novo	= 1 cruzeiro
Cruzeiro real (CR\$)	01.08.1993 a 30.06.1994	1000 cruzeiros	= 1 cruzeiro real
Real (R\$)	Desde 01.07.1994	2750 cruzeiros reais	= 1 real

Logo:

1.790.871.636.835.700.000,00 Cruzeiro
 1.790.871.636.835.700,00 Cruzeiro novo
 1.790.871.636.835.700,00 Cruzeiro
 1.790.871.636.835,70 Cruzado
 1.790.871.636,84 Cruzado novo
 1.790.871.636,84 Cruzeiro
 1.790.871,64 Cruzeiro real
 716,35 Real

Após a obtenção da remuneração bruta média em Real de 1º de julho de 1994, o próximo passo é verificar o seu poder de compra, da seguinte forma:

Exemplo:

Mês Ano	Salário Nominal Valor vigente (Cr\$)	Salário Nominal em Real (R\$)	Inflação (%)	Índice Base mar/64	Reajuste Salarial (%)	Poder de compra atualizado em Real (R\$)
Abr/64	173.250,00	716,35	4,39	104,39	-	686,22
Mai/64	173.250,00	716,35	2,68	107,19	-	668,31
Jun/64	173.250,00	716,35	4,34	111,84	-	640,52

Com base no valor corrente de abril de 1964 foi feita a conversão para Real;

Através da inflação do mês de abril, utilizando, portanto, como base 100 o mês anterior, definiu-se o número índice: para o primeiro mês → a base + a inflação. E para os demais, por se tratar de inflação acumulada: → $\{[(100 + \text{inflação mensal})/100] \times \text{índice anterior}\}$.

Com o índice referente a cada mês calculou-se o poder de compra:

$[\text{Salário nominal em R\$} \times (100 / \text{pelo índice})] \rightarrow$ tudo referente ao mês que se deseja.

Caso tivesse ocorrido aumento, esse seria aplicado ao valor corrente e na conversão para o Real.

Logo: para Abril de 1964 → $173.500,00 = 716,35$

$$100 + 4,39 = 104,39$$

$$716,35 \times (100/104,39)$$

Poder de compra para abril: R\$ 686,22.

Todo esse processo foi utilizado para medir o poder de compra de cada mês desde abril de 1964 até setembro de 2008. Em cada padrão monetário foi estabelecida a base 100 no mês anterior ao seu início.

NOTA: As tabelas utilizadas para medir o poder de compra são de elaboração própria. Para a realização dos cálculos acima apresentados (para obtenção do poder de compra em Real de 1º de julho de 1994), necessários para construção das tabelas, foram utilizados dados das seguintes fontes:

1. Valores dos soldos: disponível em <http://www.conint.com.br/livro/tab.htm>;
2. Estruturas Remuneratórias de acordo com as LRM: disponível em <http://www.conint.com.br/livro/estrut.htm>;
3. Inflação mensal período de abril de 1964 a dezembro de 1979: disponível em http://www.portalbrasil.net/igp_seriehistorica.htm;
4. Inflação mensal período de janeiro de 1980 a setembro de 2008: disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaulttab1.shtm; e
5. Reajustes salariais: disponível em <http://www.5rm5de.eb.mil.br/sip5/Arqzipado/indicereaajuste.pdf>.